



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

# **Redesenho Organizacional na Administração Pública Portuguesa:**

**- A adopção do PRACE no Ministério da Economia e da Inovação**

**Daniela Cláudia dos Reis Rosa**

**Orientação: Professora Auxiliar Doutora Elisabete Reis de Carvalho**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Gestão e Políticas Públicas

**Lisboa**  
**2012**



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Redesenho Organizacional na Administração Pública Portuguesa:  
- A adopção do PRACE no Ministério da Economia e da Inovação

Daniela Cláudia dos Reis Rosa

Orientação: Professora Auxiliar Doutora Elisabete Reis de Carvalho

Mestrado em Gestão e Políticas Públicas

# Índice

1. Introdução .....	1
2. Reforma Administrativa Segundo o Modelo Gestionário.....	4
2.1. Do modelo profissional Weberiano à Nova Gestão Pública.....	4
2.2. Reforma Administrativa em Portugal .....	12
3. Redesenho da Administração Pública em Portugal .....	19
3.1. Caracterização.....	19
3.2. Exercícios de redesenho: PRACE e PREMAC .....	24
3.2.1. Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) .....	24
3.2.2. Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC).....	29
4. A Reestruturação do Ministério da Economia à luz do PRACE e do PREMAC ...	35
4.1. Caracterização do Ministério da Economia no XVII, XVIII e XIX Governos Constitucionais.....	35
4.2. A Reestruturação do Ministério da Economia .....	43
4.2.1. Objectivos.....	43
4.2.2. Resultados.....	46
5. Conclusão.....	64
Bibliografia.....	73
ANEXOS .....	78
PRACE.....	79
Direcção-Geral das Actividades Económicas .....	80
Direcção-Geral do Consumidor .....	107
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. ....	125
Instituto Português da Qualidade, I.P.....	143
PREMAC .....	168
Direcção-Geral das Actividades Económicas .....	169
Direcção-Geral do Consumidor .....	172
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. ....	175
Instituto Português da Qualidade, I.P.....	180
Organogramas.....	182
Direcção-Geral das Actividades Económicas .....	183

Direcção-Geral do Consumidor .....	185
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. ....	186
Instituto Português da Qualidade, I.P.....	188

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Crescimento da Função Pública no período 1935-2009.....	21
Tabela 2- Evolução do número de Funcionários Públicos nos vários Sectores da Administração Pública no período 1968-2009 .....	22
Tabela 3- Evolução do Número de Funcionários no Ministério da Economia (2005-2011).....	23
Tabela 4- Domínios de Intervenção do MEI, MEID, MEE.....	38
Tabela 5- Número de Dirigentes e de Atribuições nos organismos em estudo.....	39
Tabela 6- Número de Organismos no MEI e no MEE .....	40
Tabela 7- Número de Organismos alvo de mudanças no MEI e no MEE .....	41
Tabela 8- Número de Dirigentes na Administração Directa e Indirecta do MEI e do MEE.....	42
Tabela 9- Recomendações do PRACE implementadas pela DGAE .....	49
Tabela 10- Recomendações do PRACE implementadas pela DGC.....	52
Tabela 11- Recomendações do PRACE implementadas pelo IAPMEI, I.P.....	56
Tabela 12- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGAE .....	59
Tabela 13- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGC .....	60
Tabela 14- Redução resultante do PREMAC na estrutura do IAPMEI, I.P.....	62
Tabela 15- Redução resultante com o PREMAC na estrutura do IPQ, I.P. ....	63

## Índice de Gráficos e Ilustrações

Gráfico 1- Evolução do Número e Taxa de Crescimento dos Funcionários .....	21
Gráfico 2- Número de Funcionários nos Sectores da Administração Pública .....	22
Gráfico 3- Número de Dirigentes e de Atribuições no MEI e no MEE .....	39
Gráfico 4- Número de Organismos no MEI e no MEE .....	40
Gráfico 5- Número de Organismos alvo de mudança no MEI e no MEE .....	42
Gráfico 6- Número de Dirigentes na Administração Directa e Indirecta do MEI e do MEE .....	43
Gráfico 7- Medidas recomendadas pelo PRACE - DGAE .....	50
Gráfico 8- Medidas recomendadas pelo PRACE - DGC .....	53
Gráfico 9- Medidas recomendadas pelo PRACE - IAPMEI, I.P. ....	57
Gráfico 10- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGAE .....	59
Gráfico 11- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGC .....	61
Gráfico 12- Redução resultante do PREMAC na estrutura do IAPMEI, I.P. ....	62
Gráfico 13- Redução resultante do PREMAC na estrutura do IPQ, I.P. ....	63
Ilustração 1- Estrutura do Ministério da Economia e da Inovação .....	36
Ilustração 2- Estrutura do Ministério da Economia e do Emprego .....	37

## Lista de Acrónimos

DGAE	Direcção-Geral das Actividades Económicas
DGC	Direcção-Geral do Consumidor
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IPQ	Instituto Português da Qualidade
MEE	Ministério da Economia e do Emprego
MEI	Ministério da Economia e da Inovação
MEID	Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
NPM	<i>New Public Management</i>
OCDE	Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado
SIMPLEX	Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa

## **Agradecimentos**

Quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização desta dissertação.

Um Muito Obrigada especialmente:

À minha orientadora, Professora Auxiliar Doutora Elisabete Reis de Carvalho, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade para discutir as várias fases do trabalho e generosidade reveladas ao longo deste ano de trabalho, assim como pela sinceridade, críticas, correcções e sugestões relevantes feitas durante a sua orientação.

Às minhas colegas e amigas que comigo partilharam este percurso académico, ao longo do qual foram feitos comentários relevantes para a conclusão da investigação.

À minha família, especialmente aos meus pais e irmã, e namorado por todo o apoio constante. E ainda aos meus tios, Almerinda e José Manuel por toda a disponibilidade e prontidão que demonstraram ao longo de todo este meu percurso académico.



## **Resumo**

O tema deste estudo é o processo de redesenho organizacional na Administração Pública Portuguesa, assentando na análise do seu impacto ao nível das estruturas organizacionais da Direcção-Geral das Actividades Económicas, da Direcção-Geral do Consumidor, do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P., e do Instituto Português da Qualidade, I.P., organismos do Ministério da Economia e da Inovação. O período em análise reporta de 2006 à actualidade. Pretendeu-se estudar a conformidade dos diplomas orgânicos às recomendações patentes nos relatórios do PRACE dos organismos em estudo. Na perspectiva do PRACE verificou-se que a DGAE e a DGC conseguiram ir mais além do recomendado, conseguindo reduzir o número de dirigentes, de atribuições e de unidades internas. O IAPMEI só consegue reduzir o número de unidades internas. O IPQ não foi extinto como se pretendia. E a redução de competências nas unidades internas verifica-se na DGAE e na DGC. Na perspectiva do PREMAC verificou-se que a DGC e o IAPMEI conseguem reduzir o número de dirigentes e de atribuições em relação ao anterior diploma orgânico. A DGAE só consegue reduzir o número de dirigentes. E o IPQ mantém tudo em conformidade com o anterior diploma.

**Palavras-Chave:** Reforma Administrativa; PRACE; PREMAC; Nova Gestão Pública; Ministério da Economia; Redesenho Organizacional na Administração Pública Portuguesa.

## **Abstract**

This study focus on the process of organizational redesign in the Portuguese Public Administration, through the analysis of its impact on the organizational structures of the Directorate-General for Economic Activities, of the Directorate-General for Consumer Protection, of the Institute of Support to Small and Medium Enterprises and Innovation, PI, and of the Portuguese Institute of Quality, PI, agencies of the Ministry of Economy and Innovation. The timetable under consideration goes from 2006 to the present. It was aimed at studying to what extent law decrees comply with the recommendations rooted in the reports of the reinventing the Portuguese machinery of government, i.e, PRACE and PREMAC. In view of PRACE we have found that the DGAE and DGC could go further than recommended to reduce the number of senior civil servants, assignments and organizational units. IAPMEI can only reduce the number of organizational units. The IPQ was not extinguished as intended. A reduction in internal units competences was implemented at DGAE and DGC. In view of PREMAC we have found that the DGC and IAPMEI can reduce the number of senior civil servants and assignments from the previous organic diploma. The DGAE can only reduce the number of senior civil servants. And the IPQ keeps everything in line with the previous law.

**Keywords:** Administrative Reform; Restructuring Programme for the Central State Administration; Reduction Plan and Improvement of Central State Administration; New Public Management; Ministry of Economy; Organizational Redesign in the Portuguese Public Administration.

## **1. Introdução**

O presente estudo tem como tema o processo de redesenho organizacional na Administração Pública Portuguesa, assentando na análise do seu impacto ao nível das estruturas organizacionais em quatro organismos do Ministério da Economia e da Inovação<sup>1</sup>.

A escolha deste tema enquadra-se nos processos de reforma administrativa adoptados nas últimas décadas em Portugal e na constatação, após revisão da literatura, da manutenção da sua constância ao nível dos objectivos pese embora a mudança de Governos. A eficiência, eficácia, qualidade e aproximação da Administração aos cidadãos têm sido metas declaradas da reforma, nos seus diferentes exercícios.

O PRACE foi um programa de reforma que visou o redesenho das diferentes entidades dentro dos Ministérios para a prossecução das metas acima referidas. De acordo com os documentos analisados, visava-se um posicionamento técnico que, através do estudo cuidadoso e objectivo das estruturas e funções das unidades organizacionais, conduzisse a um redesenho impulsionador de uma maior eficiência.

Sendo assim, não deixa de ser pertinente questionar qual a conformidade dos diplomas orgânicos às recomendações da Comissão Técnica do PRACE.

A pergunta central consiste em saber em que medida as recomendações da Comissão Técnica do PRACE foram adoptadas nos diplomas orgânicos das entidades do Ministério da Economia e da Inovação.

Pretende-se estudar a conformidade dos diplomas orgânicos às recomendações patentes nos relatórios do PRACE nos seguintes organismos: Direcção-Geral das Actividades

---

<sup>1</sup> Designação adoptada para o Ministério com a pasta dos assuntos económicos no XVII Governo Constitucional.

Económicas, Direcção-Geral do Consumidor, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P., e Instituto Português da Qualidade, I.P., organismos do Ministério da Economia e da Inovação da Administração Pública Portuguesa. O período em análise reporta de 2006 à actualidade.

Quanto ao modelo de análise pretende-se comparar o recomendado nos relatórios do PRACE no tocante às estruturas organizacionais, com os diplomas orgânicos. Sendo que a análise centrar-se-á na micro-estrutura (organograma das entidades ministeriais) tendo em conta as competências e atribuições, número de unidades organizacionais (direcções de serviço, divisões), e cargos de direcção.

Tendo em conta o objectivo do trabalho, encetaremos uma pesquisa de cariz qualitativo, que vise descrever e avaliar se os organismos em estudo seguiram as recomendações do PRACE em relação às suas reestruturações, recorrendo à pesquisa e análise documental, quer dos relatórios oficiais, quer dos diplomas legais. Os resultados da análise, decorrentes da comparação do que foi estabelecido em cada momento, estarão patentes, em pormenor, nas tabelas anexadas à dissertação. Tabelas essas construídas a partir dos diplomas orgânicos dos organismos e das recomendações do PRACE.

A pesquisa documental visa seleccionar, tratar e interpretar informação bruta existente em suportes estáveis (*scripto, áudio, vídeo e informo*) com vista a dela extrair algum sentido (Carmo e Ferreira, 1998: 59).

A análise documental irá basear-se fundamentalmente no estudo de diplomas legais e outros documentos, a que se teve acesso, tendo origem, na sua maioria, em fontes primárias. As fontes primárias fornecem informação directa (em primeira mão) e podem ser de vária natureza, por exemplo, legislação, biografias, publicações oficiais, revistas, jornais, entre outros (Carmo e Ferreira, 1998: 211).

Irá também proceder-se a uma revisão da literatura que permita estabelecer o estado da arte dos conceitos tratados. As fontes utilizadas serão livros, teses de doutoramento,

artigos e meios electrónicos. A bibliografia apresentada fará referência às obras efectivamente mencionadas neste trabalho.

A dissertação apresentará, num primeiro capítulo, a revisão da literatura, na qual se abordará a reforma administrativa segundo o modelo gestor. Será apresentada uma breve caracterização do modelo profissional Weberiano e da Nova Gestão Pública. E ainda uma breve caracterização da reforma administrativa em Portugal.

No segundo capítulo será feita uma abordagem ao redesenho da Administração Pública em Portugal através da sua caracterização e também dos exercícios de redesenho portugueses: PRACE e PREMAC.

No terceiro capítulo, numa primeira parte, falar-se-á da reestruturação do Ministério da Economia à luz do PRACE e do PREMAC, caracterizando o Ministério da Economia no XVII, XVIII e XIX Governos Constitucionais. Numa segunda parte falar-se-á da reestruturação do Ministério da Economia, referindo quais os objectivos dos quatro organismos em estudo, tendo como base o PRACE; e os resultados obtidos nos mesmos quatro organismos na óptica do PRACE e também do PREMAC.

No último capítulo, serão apresentadas as conclusões apuradas ao longo desta investigação.

## **2. Reforma Administrativa Segundo o Modelo Gestionário**

### **2.1. Do modelo profissional Weberiano à Nova Gestão Pública**

A reforma administrativa é um fenómeno mutável, porque retrata um processo de melhoria do sistema da Administração Pública, com vista à prossecução dos valores, fins e meios que são tidos como preferenciais num determinado tempo e espaço.

De acordo com Mozzicafreddo (apud Nunes 2004: 16):

A reforma da administração pública é condicionada pelo contexto histórico, pela complexidade social e pela orientação do poder político das sociedades, onde as escolhas colectivas e individuais dos cidadãos, em regime democrático, são de ter em conta para que tanto a reforma da administração pública, como a legitimidade dos seus objectivos e funções sejam reconhecidas pelos indivíduos que contribuem para o seu funcionamento.

Ao longo de mais de um século, o modelo profissional Weberiano, mais conhecido por “burocrático”, prevaleceu como o padrão para a estrutura e funcionamento da Administração Pública.

O modelo burocrático aparece associado a Max Weber em 1920. Este descreveu a burocracia como a organização que responderia às necessidades do capitalismo, estendendo-se a todos os sectores, privados e públicos. De acordo com Carvalho (2006: 184) no sector privado, a burocracia “teria como maior dádiva a eficiência, tão necessária para uma produção em massa”; no sector público, a burocracia “evitaria a discricionariedade, ao contemplar casos abstractos nas regras que pautam a conduta dos serviços públicos”.

Weber considerava a burocracia como muito positiva para a sociedade, pois esta tinha a sua autoridade baseada na lei e em formas racionais em vez de no poder monárquico ou

no carisma de um líder (Antunes, 2007: 404). Era possível a realização de tarefas grandes e complexas de forma eficiente pois havia autoridade hierárquica e especialização funcional (Antunes, 2007: 404).

Weber considerava a burocracia uma condição necessária, ou um meio organizado para a racionalidade legal, económica e técnica da civilização moderna (Rocha, 2000: 7; 2001: 19). Acreditava que a burocracia floresce porque a sociedade se torna crescentemente mais complexa e só este tipo organizacional responde eficazmente e eficientemente aos novos desafios que a sociedade enfrentará (Carvalho, 2006: 184).

As organizações burocráticas são, para Weber, tecnicamente superiores às outras formas de organização. Sendo atributos da administração burocrática: a precisão, a velocidade, o conhecimento, a continuidade, a unidade, a subordinação escrita e redução de custos materiais e humanos (Rocha, 2000: 7; 2001: 19). Caracteriza-se ainda pelo rigor, pela discrição e pela redução da fricção entre os diferentes elementos organizacionais (Carvalho, 2006: 184).

A burocracia é a exaltação organizacional do princípio da divisão do trabalho, da especialização, da entrega de um conjunto restrito de tarefas a profissionais qualificados para a sua execução, do papel primordial das regras e da racionalidade (Carvalho, 2006: 184).

Os sistemas burocráticos são constituídos pelos seguintes princípios (Gearth e Mills apud Rocha, 2001: 19-20):

- Princípio das áreas de jurisdição, fixadas por leis e regulamentos administrativos;
- Princípio dos níveis ou hierarquias em que existe uma supervisão dos níveis mais altos sobre os mais baixos;
- A gestão moderna baseia-se em documentos escritos, os quais são conservados na sua forma original, existindo, um staff de funcionários subalternos e escriturários;

- Quando a repartição é desenvolvida pressupõe a existência de funcionários especialistas em diversas áreas;
- Em regra a actividade dos funcionários implica o trabalho a tempo inteiro, independentemente da delimitação do horário de trabalho;
- A gestão da organização obedece a regras gerais, as quais são mais ou menos exaustivas e podem ser aprendidas. O conhecimento destas regras supõe uma aprendizagem, envolvendo a jurisprudência, direito administrativo e gestão.

Consequentemente, e em resumo, no modelo burocrático, as organizações são ligadas por normas; baseadas numa sistemática divisão do trabalho; os cargos são estabelecidos segundo o princípio hierárquico; têm normas e regras técnicas fixadas para o desempenho de cada função; a selecção dos funcionários faz-se com base no mérito; as comunicações assumem um carácter formal; baseadas na separação entre proprietários e gestores; e caracterizam-se pela profissionalização dos funcionários.

De acordo com Carvalho (2006: 184-185), a burocracia de Max Weber insere-se numa perspectiva organizacional própria da abordagem clássica das organizações. Esta é a organização que Henry Fayol e Luther Gulick entre outros defendem para promover a eficácia e eficiência, ou seja, o instrumento perfeito para a optimização da aplicação dos meios para alcançar determinada finalidade.

No entanto, as perspectivas organizacionais do período clássico tiveram duas grandes falhas: ignoraram a complexidade do Homem e os efeitos da incerteza da mudança ambiental na organização (Carvalho: 2006: 185).

Carvalho (2006: 185) menciona que:

Os defensores da teoria clássica tiveram como foco da sua análise a organização formal que define as relações de autoridade, as funções de cada um e as linhas de comunicação legítimas, em que o comportamento dos indivíduos se deveria cingir aos limites sancionados por esta estrutura. Mas, a redução do Homem a uma mera peça da máquina, descurando a sua agenda, levou a que não se tivesse



considerado devidamente o factor humano, gerando muitas das chamadas buropatologias ou disfunções burocráticas.

Podem-se apontar as seguintes disfunções ao modelo Weberiano: a interiorização das regras e um apego exagerado aos regulamentos; excesso e formalismo e de papéis; resistência a mudanças; despersonalização do relacionamento; processo de decisão assente em categorias (a categoria sobrepõe-se à competência); superconformidade às rotinas e procedimentos; exibição de sinais de autoridade; dificuldade no atendimento a clientes e conflitos com o público (Rocha, 2001:22).

As causas das buropatologias ou disfunções burocráticas poderão ser infinitas, podendo, existir tantas causas específicas quantas as especificidades próprias que cada organização pode revelar, não se conhecendo o limite do seu número (Gonçalves, 2000a: 140, 2000b: 90).

As disfunções tornam-se praticamente inevitáveis devido à existência de causas globais referentes à idealização da construção das burocracias (Gonçalves, 2000: 140). Nas palavras do autor (2000: 140), “é a não atenção a essas causas globais que parece dever atribuir-se a maior insuficiência da desburocratização na acepção comum da palavra, voltada mais para os sintomas periféricos do que para os verdadeiros males da burocracia”. Apontando como causas globais: a desconfiança no Homem; a falta de atenção às estruturas informais; a falsa ideia de estabilidade das organizações e do seu ambiente; o excessivo predomínio da pré-regulação nas organizações burocráticas; e a carência de tecno-estruturas nas organizações (Gonçalves, 2000: 140-143).

A burocracia funcionou para a produção de massa de produtos e serviços básicos criando por isso, organizações lentas e inflexíveis demais para enfrentar a actividade e ritmos de mudança que assentavam numa gestão pública tradicional, com objectivos vagos, pondo ênfase na responsabilidade e com uma função pública mais orientada para o público do que para os cidadãos (Dias et al, 2011:7; Nunes, 2004: 40).

O modelo burocrático ou os governos burocráticos, com o passar do tempo, afastaram-se da sua missão, tornando-os maiores e ineficientes, funcionando com desperdícios (Nunes, 2004: 41). O modelo passou a caracterizar-se pelas suas patologias: não reconhecimento da responsabilidade dos funcionários; extrema complexidade da máquina administrativa e processual; falta de capacidade de iniciativa e de implementação de serviços; incapacidade de resposta às necessidades dos cidadãos (Dias et al, 2011:8; Nunes, 2004: 41).

As disfunções criaram contestação e a crise do Estado do “*Welfare*” gerou as condições propícias para o questionar do modelo Weberiano e a procura de novos paradigmas.

De acordo com Rocha (2009: 40), as críticas ao modelo científico criaram um ambiente favorável para a mudança na abordagem à teoria administrativa. O aparecimento do “*Welfare*” social e o consequente aumento das funções do Estado são considerados o grande factor de mudança. O crescimento do peso do Estado manifestou-se ao nível do aumento das despesas públicas e aumento do número de funcionários. Este crescimento deveu-se em parte, pela pressão exercida dos eleitores que desejam sempre mais benefícios sociais sem os associarem a uma subida dos impostos (Rocha, 2009: 40).

Rocha menciona que, apesar do sucesso do Estado do “*Welfare*”, a crise económica dos anos 70 veio fragilizar este modelo de administração, traduzindo-se em críticas à sua forma de funcionamento (2009: 53).

No início dos anos 80 sentiu-se a necessidade de substituir o Estado de “*Welfare*” que tinha uma lógica administrativa e profissional por um Estado managerial, em que se constatou o imperativo de substituir a racionalidade jurídica pela racionalidade managerial (Rocha, 2000: 67-68).

De acordo com Rocha (2000: 68):

O ataque ao Estado do “*Welfare*” foi desencadeado pelos partidos de direita, os quais retomaram o pensamento económico liberal e defendiam que o modelo

keynesiano era fundamentalmente ineficiente, insistindo na desregulação e na não intervenção do Estado na actividade económica. Em relação às actividades não privatizáveis propunham um modelo de gestão empresarial. Este modelo ficou conhecido como “*New Public Management*” ou managerialismo.

O managerialismo consiste num conjunto de crenças e práticas, que tem como centro a assunção, raramente testada, de que uma melhor gestão será uma solução eficaz para um amplo campo de males económicos e sociais. Entre as crenças que a compõem, encontram-se as seguintes (Pollitt apud Carvalho, 2001: 45):

- O caminho principal para o progresso social que reside na obtenção de aumentos contínuos numa produtividade economicamente definida;
- Tais aumentos de produtividade resultarão da aplicação de tecnologias cada vez mais sofisticadas, tais como as tecnologias de informação e comunicação (TIC);
- A aplicação e exploração destas tecnologias implicam a existência de uma força de trabalho disciplinada, de acordo com os ideais da produtividade;
- A gestão é uma função organizacional separada e distinta das demais, que possui um papel crucial no planeamento, implementação e mensuração das melhorias de produtividade necessárias. O sucesso do negócio dependerá cada vez mais das qualidades e do profissionalismo dos gestores;
- Para que os gestores possam desempenhar esse papel crucial deverão possuir um espaço de manobra considerável (i.e. o direito de gerir).

O managerialismo reflectiu-se, nas últimas décadas do século XX, num movimento de reforma e modernização administrativa, que atravessou os países da OCDE – o “*New Public Management*” (Bilhim, 2000a: 46; 2000b: 29).

O conceito do NPM aparecido em meados da década 80 não significa o aparecimento de ideias novas, mas apenas que se procura substituir a gestão pública tradicional por processos e técnicas de gestão empresarial (Rocha, 2001: 51).

Hood refere que o NPM é a designação atribuída a um conjunto de doutrinas, globalmente semelhantes, que dominam a agenda da reforma burocrática em muitos dos países da OCDE desde o final dos anos 70 (Hood, 1991: 3-4). O autor refere ainda que, a emergência do NPM é uma das mais surpreendentes tendências internacionais na Administração Pública, em que o seu aparecimento parece estar ligado a quatro megatendências administrativas. São elas (Hood, 1991: 3):

1. Tentativas para abrandar ou reverter o crescimento do sector administrativo em termos de despesa pública e número de funcionários;
2. Uma tendência para a privatização e quase-privatização e um afastamento das instituições governamentais, como uma ênfase renovada na subsidiariedade na provisão de serviços;
3. O desenvolvimento da automação, especialmente das tecnologias de informação, na produção e distribuição dos serviços públicos;
4. O desenvolvimento de uma agenda internacional, cada vez mais centrada nos aspectos gerais da administração pública, da concepção de políticas, dos estilos de gestão e da cooperação intergovernamental, em vez da velha tradição da especificidade da administração pública nacional.

O NPM é, resumidamente, a importação de conceitos e técnicas do sector privado para o sector público (Wilson apud Carvalho, 2001: 47). Esta importação é possível porque os seus partidários partem de pressupostos que legitimam essa acção, tais como (Wilson apud Carvalho, 2001: 47):

- A gestão é superior à administração;
- A gestão no sector privado é superior à gestão no sector público;
- A boa gestão é uma solução eficaz para uma vasta variedade de problemas económicos e sociais;
- A gestão consiste num corpo distinto de conhecimentos universalmente aplicáveis.

O NPM tem uma pretensão da universalidade, assumindo duas formas (Hood, 1991: 8):

- Portabilidade e Difusão: praticamente o mesmo conjunto de doutrinas foi apresentado como o meio para a resolução das patologias de gestão em

diferentes contextos, independentemente do tipo e dimensão da organização, do domínio político, dos governos e dos países.

- Neutralidade Política: o NPM foi visto como tendo um enquadramento político, dentro do qual vários valores poder-se-iam prosseguir eficazmente.

Os elementos-chave do NPM, segundo Hood (1991: 4-5), são os seguintes:

- A gestão profissional actuante;
- Os padrões e medidas de desempenho explícitos;
- A maior ênfase no controlo de resultados;
- A tendência para a desagregação de unidades;
- A ênfase nos estilos de gestão praticados no sector privado;
- Uma maior ênfase na disciplina e parcimónia na utilização de recursos.

Quanto às críticas feitas ao managerialismo e à sua aplicação no domínio público (NPM), estas giram em torno da possibilidade de se aceitar a universalidade da gestão e, logo, da aplicação dos seus conceitos e técnicas, independentemente do contexto considerado (sector privado, público ou voluntário). A questão, à partida, reside em saber se existem diferenças entre o sector público e o sector privado e em que é que elas se traduzem (Carvalho, 2001: 56).

Hood (apud Rocha 2009: 76) sintetiza as críticas ao “*New Public Management*” referindo que:

- O “*New Public Management*” não tem qualquer conteúdo teórico, é uma roupagem vazia;
- A grande consequência do managerialismo tem sido o aumento exponencial dos controladores orçamentais e de performance, sem que o facto se tenha traduzido em melhorias dos serviços públicos, como vem sendo contestado pelos cidadãos;
- Embora se apresente como promotor do bem comum, na realidade o managerialismo tem servido de veículo de interesses particulares, sendo criada uma elite de novos gestores públicos, cujos privilégios são muito superiores aos dos antigos administradores;

- O “*New Public Management*” tem de ser entendido como um modelo de gestão pública de matriz britânica, dificilmente exportável para outras estruturas e culturas administrativas.

Segundo Carvalho (2001: 57), existem determinados factores de diferenciação entre o sector público e o sector privado que são incontornáveis e que irão condicionar, se não mesmo desvirtuar, a aplicação de conceitos e técnicas oriundas do sector público, são eles:

- Responsabilidade perante os representantes eleitos;
- Múltiplos e conflituantes objectivos e prioridades;
- Ausência ou raridade de organizações em competição;
- Processos orientados para o cliente/cidadão;
- Gestão do pessoal;
- Enquadramento legal.

O “*New Public Management*” não teve o mesmo impacto em todas as administrações públicas, pois, a sua aplicação foi filtrada pelas estruturas e culturas administrativas de cada país (Rocha, 2009:75).

## **2.2. Reforma Administrativa em Portugal**

É necessário que a Administração Pública acompanhe e se adapte às novas exigências do seu meio envolvente, de forma a prosseguir o interesse público dando resposta aos desafios da envolvente, por isso a reforma administrativa é algo intrínseco à sua natureza.

A reforma administrativa plasma-se na introdução de melhorias contínuas que não alteram o modelo subjacente (mudança incremental), ou na adopção de modelos novos, refazendo o actual (mudança radical) (Bilhim, 2000: 273).

Rocha (2001: 93) defende que se pode dividir o movimento da reforma administrativa, em Portugal, nas seguintes fases:

1. Reforma Administrativa no “Estado Novo”
2. A Revolução de Abril de 1974 e a Reforma Administrativa (1974-1985)
3. Revolução Managerial da Administração Pública Portuguesa (1985-1995)
4. Governo Socialista e Reforma Administrativa (1995-1999).

Na primeira fase, de acordo com Rocha (2001: 93-94), verificava-se um Estado Administrativo onde não existiam partidos políticos e onde o Parlamento (Assembleia Nacional) tinha funções meramente decorativas. A criação de um “Estado Salazarista” com a reforma das Finanças Públicas e da Contabilidade Pública (lei de 1935) e a publicação do Código Administrativo (1940). Consequentemente, a Administração Pública tornou-se num sistema autoritário – burocrático, em que Salazar consolidou a sua posição durante o “Estado Novo”. A Administração concebeu-se como um poder público e não como um serviço público (Lawrence Graham apud Rocha, 2001: 94).

No final dos anos 70, a situação tende a mudar devido à necessidade de desenvolvimento económico e pela urgência de construir o Estado do “*Welfare*” (Rocha, 2001: 94).

Na segunda fase, de acordo com Rocha (2001: 98), a existência de dez governos constitucionais entre 1976 e 1986 dificultou qualquer iniciativa mais profunda de reforma administrativa. Este período, não trouxe assim, alterações substanciais no funcionamento da Administração Pública, a não ser mudanças pontuais referentes à modernização. A inexistência de uma política consistente no âmbito da reforma administrativa deveu-se à fraqueza do poder político e à necessidade de manter a máquina do Estado a funcionar para além da instabilidade governamental existente na época (Rocha, 2001: 97-98).

De acordo com Rocha (2001: 98), a reforma administrativa era uma necessidade imposta pela crise do Estado do “*Welfare*” mas esse Estado só começou a ser

construído, verdadeiramente, depois do 25 de Abril de 1974. Sendo que, a necessidade de racionalizar o funcionamento do Estado impôs-se só na década de 80.

Com o aparecimento da democracia desponta um grande impulso reformador desencadeado pelas necessidades de democratização do país, de desenvolvimento económico e das acessórias reformas económicas e sociais. Mas, só a partir de meados dos anos 80 é que a definição do modelo de Estado e de Administração Pública que se pretendia para o país assume contornos claros (Araújo, 2005: 1).

Embora as iniciativas de reforma não tenham sido profundas, são de referir as seguintes situações (Rocha, 2001: 98-99): criação da Direcção-Geral da Função Pública e da Direcção-Geral da Organização Administrativa (1974); as atribuições relativas à Administração Pública são integradas no Ministério da Administração Interna (1975); criação de um Departamento Central do Pessoal (1976); criação do Instituto de Informática (1977); criação do Ministério da Reforma Administrativa e da Comissão de Racionalização de Efectivos da Administração Pública (1978); lei do Estatuto dos Quadros Superiores e criação do Instituto Nacional de Administração e das Comissões de Coordenação Regional (1979); criação do Centro de Formação da Administração Pública e do Centro de Estudos e de Formação Autárquica (1980); criação do Gabinete de Estudos da Reforma Administrativa (1981); introdução do Sistema de Avaliação dos Funcionários (1983); criação do Gabinete de Estudos Técnicos de Apoio Legislativo (1984); decreto-lei da reestruturação das carreiras (1985).

Na terceira fase, o principal impulsionador foi o Secretariado para a Modernização Administrativa criado em 1986, encarregue de promover a inovação e a modernização administrativa; encorajar os serviços administrativos, com um papel de animador; fornecer conselhos técnicos; e proceder à avaliação das medidas de modernização (Rocha, 2001: 106).

O Secretariado para a Modernização Administrativa teve um papel importante em duas grandes fases (Rocha, 2001: 108): a primeira – desintervenção e desburocratização (1986-1992), caracterizada por uma perspectiva que passava pela redução de custos,



nomeadamente através da implementação de várias medidas de desintervenção e também através da desburocratização de serviços e procedimentos tendentes a uma melhor relação com os utentes da administração, em especial com as empresas; a segunda fase – gestão da qualidade nos serviços públicos (1993-1995) tinha como objectivo melhorar a qualidade e conseguir a confiança nas instituições públicas. Este período, que coincidiu com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, foi fértil em iniciativas de reforma (Araújo, 2005: 3).

Na quarta fase, houve uma mudança na estrutura da modernização administrativa, em que a Secretaria de Estado e da Administração Pública aparece como impulsionadora. Segundo Rocha (2001: 115-116), adopta-se, em relação ao período anterior, uma abordagem mais eclética, no sentido em que se exige maior produtividade, melhor qualidade de bens e produtos prestados pelo serviço público, a existência de funcionários motivados e altamente qualificados profissionalmente, o recurso a tecnologias de informação avançadas e uma maior desburocratização, racionalização e simplificação de estruturas e procedimentos administrativos, garantias de maior flexibilidade e autonomia gestonária.

A reforma orientava-se por três objectivos principais: melhorar a relação entre a Administração e os cidadãos; reduzir os custos das obrigações e formalidades administrativas; e melhorar a formação dos funcionários públicos (Corte-Real apud Araújo, 2005: 3).

Foi adoptada uma política de não confrontação com as organizações sindicais, de modo a envolver os funcionários na reforma administrativa e adoptando uma estratégia participativa na gestão de recursos humanos (Rocha, 2001: 109).

O modelo tradicional de Administração foi posto em causa, surgindo uma nova orientação que colocou os cidadãos no centro da reforma através de um vasto programa de modernização para reduzir as formalidades e aumentar a transparência administrativa (Araújo, 2005: 3).

As preocupações com a qualidade dos serviços públicos, a relação administração/cidadãos, a adopção de formas inovadoras de fornecimento de serviços públicos e a procura de maior envolvimento e participação das organizações sem fins lucrativos na implementação das políticas públicas foram algumas iniciativas desenvolvidas que procuraram dar uma nova ênfase à reforma. É neste período que se verifica um grande desenvolvimento das parcerias entre a Administração e o sector privado, em particular as parcerias com o denominado terceiro sector para a implementação das políticas sociais (Araújo, 2005: 4).

Foram iniciativas de reforma deste período: a criação do Fórum do Cidadão – Administração e do Conselho Superior de Administração e Função Pública, instituição obrigatória do Livro de Reclamações, definição dos princípios do Relatório Anual de Actividades e Organismos da Administração Pública, definição das regras de Auditoria dos Recursos Humanos e de Modernização Administrativa, lei do Balanço Social (1996); criação da Inspeção-Geral da Administração Pública e da Rede Intergovernamental de Modernização Administrativa, regulamentação do Estatuto do Pessoal Dirigente (1997); institucionalização da Loja do Cidadão (1998).

De acordo com Araújo (2005: 1):

Falar de reforma administrativa em Portugal é falar, principalmente, nas mudanças que ocorreram nas últimas três décadas com o regresso do regime democrático em Abril de 1974. Sendo, até essa altura, iniciativas de reforma esporádicas, algumas sem consequências visíveis. Podendo mesmo afirmar-se que a grande reforma administrativa realizada antes do regime democrático ocorreu em 1935, a qual incidiu fundamentalmente sobre as questões do pessoal. Só na década de sessenta é que se esboçou novamente uma tentativa reformadora, enquadrada nos planos de desenvolvimento elaborados na altura, mas sem grande êxito. Apesar dos vários estudos, diagnósticos e propostas de reforma a forte resistência à mudança impediu a implementação da reforma.

Barata (2000: 27) menciona que aos poucos tornou-se claro que era necessário:

Promover a mudança de uma administração pública tradicionalmente ordenada em função do requerido pelo exercício do poder do Estado nas áreas específicas da sua autoridade e preservação da legalidade dos actos administrativos para uma outra mais capaz de garantir a gestão eficiente dos serviços criados para assegurar a intervenção que o Estado foi gradualmente sentido necessidade de exercer em áreas da vida económica e social cada vez mais amplas e mais atenta aos requisitos de flexibilidade de procedimentos exigida pela nova atenção ao princípio de não perturbar em excesso o normal exercício da iniciativa privada.

Em Portugal, dentro da visão das coisas enraizada nas tradições próprias da sua administração pública, havia uma necessidade de rever critérios e processos em sentido mais aberto, semelhante ao que se passava ao mesmo tempo noutros países (Barata, 2000: 27).

Segundo Bilhim (2000: 273):

Os princípios da desburocratização, da aproximação dos serviços às populações, da participação dos interessados na gestão da administração pública, da descentralização e da desconcentração, têm inspirado as medidas de modernização e reforma da administração pública dos países da OCDE e, em Portugal, têm sido uma preocupação constante de todos os Governos. A aplicação desses princípios obriga a administração pública a canalizar as suas energias para um esforço constante de adaptação ao meio envolvente, que pode ser caracterizado por desequilíbrios e rupturas mundiais e por profundas e contínuas transformações económicas, sociais, culturais e tecnológicas.

Desde o final dos anos 70, que se vem assistindo a uma mudança da “*public administration*” para a “*public management*” (a sua judiferenciação resulta da procura de modelos de gestão alternativos aos tradicionais, existentes nas organizações, e que terão por origem o sector empresarial) e, nos próximos anos, para o papel do Estado e da acção das suas instituições na sociedade, no espírito de aquilo que nos países anglo-saxónicos se convencionou chamar “*governance*”. O que significa, no sentido adoptado pela OCDE, o acto de governar, em sentido lato. O termo abrange a administração pública e as instituições, métodos e instrumentos de Governo. Incorpora ainda as relações entre o Governo, o cidadão e os agentes económicos, bem como o papel do Estado (Carvalho, 2001: 44-45). Sendo que esta mudança se insere na filosofia do managerialismo, ou seja, na veneração da gestão como solução para os vários problemas que assolam as organizações (Carvalho, 2001: 45).

Araújo (2005: 9) refere que:

O percurso da reforma da Administração Pública em Portugal seguiu, nas últimas décadas, um percurso idêntico àquele que se verificou noutros países da OCDE, pelo menos no que respeita ao conteúdo de muitas das propostas de reforma. Apesar das indefinições iniciais a partir da década de 80 a estratégia de reforma assume uma orientação de mudança centrada no paradigma gestor e que tem perdurado nas propostas de reforma apresentadas.

Carvalho (2009: 261-262) menciona que:

A representação dos problemas da Administração Pública, pelos diferentes Governos Portugueses nos seus programas, não sofreu alterações de monta desde 1976: a desburocratização, a qualidade, a dignificação da função pública, a eficiência são metas preconizadas por quase todos os Governos. Porém, em meados da década de oitenta, com os X e XI Governos Constitucionais foi possível observar que alguns itens desapareceram dos Programas, nomeadamente a ênfase nos aspectos legais, e que outros emergiram como, por

exemplo, a privatização, a eficácia, a avaliação de desempenho, a autonomia de gestão, as tecnologias da informação e comunicação e a concepção do Estado como regulador e não interventor.

Estas mudanças nos Programas de Governo evidenciam a adopção da Nova Gestão Pública em Portugal. Segundo Carvalho ela mantém-se no presente. Nas palavras da autora (2008, 262): “a representação vigente sobre as maleitas da Administração Pública e sobre as suas curas mantém-se sensivelmente a mesma de há vinte anos atrás”.

### **3. Redesenho da Administração Pública em Portugal**

#### **3.1. Caracterização**

A Administração Pública é uma entidade onde se desenvolvem actividades administrativas, com vista à satisfação das necessidades colectivas. Tem a obrigação de prosseguir o interesse público, ou seja, o bem comum, da forma mais eficiente possível. É composta por órgãos e serviços e integra funcionários e agentes, estando estes subordinados à Constituição e à lei, devendo assim, exercer as suas funções de acordo com os princípios nela contidos (Bilhim, 2006: 119).

As críticas feitas à Administração Pública são parecidas nos vários países. Aparecem como disfunções. Como já mencionámos anteriormente: a ineficiência, a ineficácia, o excesso de burocratização, a irresponsabilidade, os elevados custos, a estrutura demasiado extensa, a falta de sensibilidade relativamente às necessidades dos cidadãos. Estas críticas resultam do fraco desempenho e dos métodos de desempenho utilizados nas diversas Administrações Públicas, pois, apesar das diferenças entre os vários países de ordem histórica, social, cultural e política, existem razões estruturais semelhantes a todos, que conduzem à necessidade de modernizar o serviço público (Henriques, 2007: 267; Araújo, 2004).

Torna-se assim necessário criar uma Administração Pública mais eficiente, eficaz, responsável e menos cara, que satisfaça as necessidades colectivas. Quase todos os processos de reforma e modernização administrativa pretendem conseguir uma administração pública mais eficaz, que custe menos e que pense mais no cidadão (Arana (2003: 124-125; Araújo, 2000: 2).

Mozzicafreddo et al. (2007:1) refere que, o número de funcionários públicos aparece como sendo a razão principal da reforma da administração pública. Sendo a quantidade a principal referência, muito raramente é mencionada a sua distribuição pelos vários serviços, ou a qualificação, a ética profissional ou a responsabilização ou desresponsabilização do dever profissional, sendo ainda menos feita alguma consideração sobre a motivação ou a falta dela ou sobre os mecanismos que possibilitem uma maior autonomia dos funcionários e dos serviços face aos poderes partidários, sindicais, ideológicos, económicos.

A frequência com que o argumento do grande número de funcionários da administração pública é utilizado para mostrar sua evidente ineficácia ou para justificar os elevados montantes da despesa pública, banalizou e tornou “natural” e auto-evidenciada a ideia de que excesso e desperdício são características constitutivas da existência e inerentes ao funcionamento da administração pública (Batista, 2003: 219).

É de notar que, existe um enorme problema relativamente à dimensão da Função Pública, o que com a reforma se tornou ainda mais evidente que era necessário inverter esta situação. O facto de reduzir o número de funcionários implica uma redução da despesa pública.

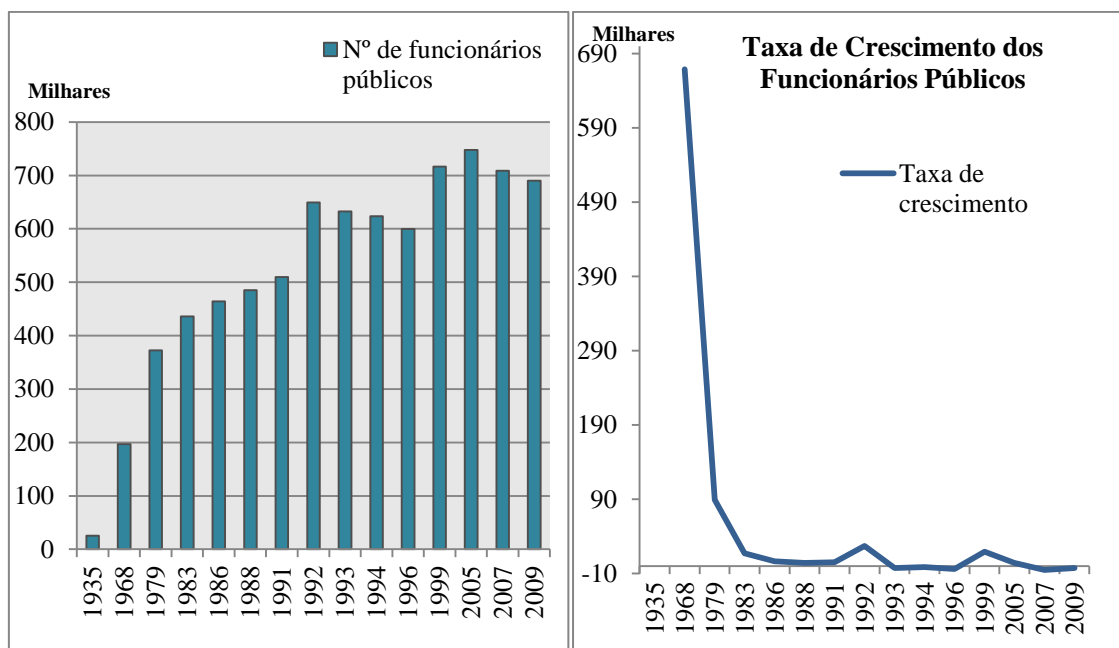
A tabela e os gráficos seguintes apresentam o crescimento da função pública no período 1935-1999, na qual se pode verificar qual foi a taxa de crescimento de ano para ano.

**Tabela 1- Crescimento da Função Pública no período 1935-2009**

Ano	Nº de efectivos	Nº de anos	Taxa de crescimento	Taxa de crescimento anual
1935	25.588			
1968	196.755	33	668,93	20,27
1979	372.295	11	89,22	8,11
1983	435.795	4	17,06	4,26
1986	464.321	3	6,55	2,18
1988	485.368	2	4,53	2,27
1991	509.732	3	5,02	1,67
1992	649.251	1	27,37	27,37
1993	632.489	1	-2,58	-2,58
1994	623.537	1	-1,42	-1,42
1996	599.674	2	-3,83	-1,91
1999	716.418	3	19,47	6,49
2005	747.880	6	4,39	0,73
2007	708.567	2	-5,26	-2,63
2009	690.198	2	-2,59	-1,30

Fonte: Adaptado de Gouveia (2007: 76)

**Gráfico 1- Evolução do Número e Taxa de Crescimento dos Funcionários**



Da observação da tabela e dos gráficos verifica-se que a função pública desde 1935 até 1992 cresceu, destacando-se a maior taxa de crescimento em 1992; seguindo-se de uma diminuição de funcionários em 1993, diminuição essa que se prolongou até 1996. Em 1999 a função pública volta novamente a aumentar até 2005. A partir de 2007 regista-se um decréscimo do número de funcionários públicos que se prolonga até 2009.

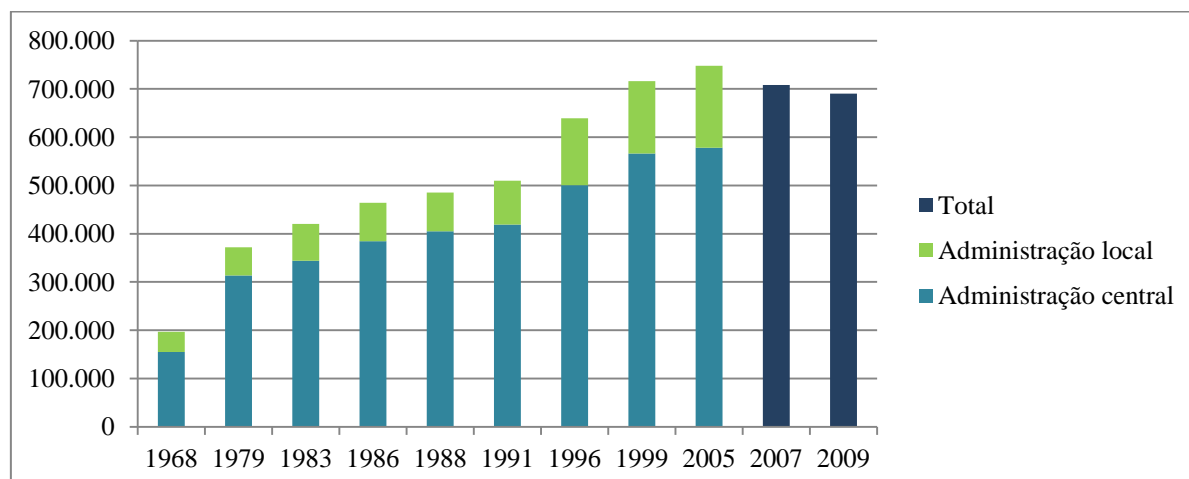
Na tabela e no gráfico seguinte é apresentada a evolução do número de funcionários nos vários sectores da administração pública, no período 1968-2009:

**Tabela 2- Evolução do número de Funcionários Públicos nos vários Sectores da Administração Pública no período 1968-2009**

Sectores da Administração	1968	1979	1983	1986	1988	1991	1996	1999	2005	2007	2009
Administração Central	155.213	313.820	344.428	384.448	405.034	418.868	500.535	566.548	578.407		
Administração Local	41.542	58.266	75.876	79.873	80.334	90.864	138.509	149.870	169.473		
Administração Central + Administração Local	196.755	372.086	420.304	464.321	485.368	509.732	639.044	716.418	747.880	708.567	690.198

Fonte: Adaptado de Rocha (2001:142), (2007:109) e (2010:74).

**Gráfico 2- Número de Funcionários nos Sectores da Administração Pública**





Nesta tabela e no gráfico acima representados verifica-se que o número de funcionários aumentou desde 1968 até 2005, só se apurando uma diminuição do seu número em 2007 que se prolongou até 2009.

A administração central tem o maior número de funcionários públicos, sendo este entre três a cinco vezes maior que na administração local.

A evolução do número funcionários no Ministério da Economia no período 2005-2011 está patente na tabela seguinte:

**Tabela 3- Evolução do Número de Funcionários no Ministério da Economia<sup>2</sup> (2005-2011)**

	2005	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Funcionários	13.598	11.515	11.097	11.112	10.778	10.574

Fonte: Observatório do emprego público – Dados Estatísticos, nº 5, Setembro 2011.

Nesta tabela verifica-se que o número de funcionários públicos no Ministério da Economia tem vindo a diminuir.

Quanto aos organismos da administração pública, verifica-se que os Governos, ao longo da história, têm vindo a criar, extinguir ou fundir organismos.

O XVII Governo Constitucional toma várias iniciativas de modernização administrativa, como é o caso da reorganização do aparelho administrativo resultante do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). Actualmente, o XIX Governo Constitucional cria um “novo PRACE”, ao qual dá o

---

<sup>2</sup> O Ministério, no período em análise tomou a designação de Ministério da Economia e da Inovação no XVII Governo Constitucional; de Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento no XVIII Governo Constitucional; e de Ministério da Economia e do Emprego actualmente no XIX Governo Constitucional.

nome de Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC).

### **3.2. Exercícios de redesenho: PRACE e PREMAC**

#### **3.2.1. Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE)**

O Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) é um projecto de reforma administrativa e é um exercício político do XVII Governo Constitucional.

De acordo com (Carvalho, 2008:182):

O XVII Governo Constitucional teve o mérito de agregar um conjunto de iniciativas de modernização administrativa até então dispersas sob uma determinada denominação, um rótulo (por exemplo, SIMPLEX ou PRACE), que passou a constituir uma marca divulgada junto da função pública e da opinião pública, em geral, facilitando a percepção de que existe uma real determinação em mudar a máquina administrativa, traduzida em actos concretos.

De acordo com o Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE, nas últimas décadas, tem-se verificado a nível internacional uma crescente necessidade de intervenções do Estado, num cada vez maior número de áreas da sociedade. Esta maior actividade é sobretudo evidente nas funções legislativa, reguladora e fiscalizadora do Estado. Paralelamente, nos países da OCDE constata-se uma tendência para o Estado reduzir o seu papel enquanto fornecedor de produtos e serviços e uma crescente pressão para reduzir a despesa e a carga fiscal.

Se os Estados modernos tendem a assumir maiores responsabilidades perante a sociedade, não é menos verdade que têm procurado, recorrendo às novas tecnologias e aos novos métodos de gestão e organização, racionalizar as Administrações Públicas e torná-las mais transparentes e próximas dos cidadãos, empresas e comunidades. Também o Estado português vem assumindo maiores responsabilidades perante a sociedade, de onde tem resultado uma cada vez maior Administração Pública, traduzida num crescente número de funcionários e encargos para o país.

Numa análise global da Administração Pública, é frequente chamar a atenção para o seu carácter fortemente centralizado e pouco dialogante com os cidadãos e empresas, para a insuficiência dos mecanismos de gestão e controlo, para o sobredimensionamento e natureza burocratizada, mais centrada em processos que em resultados, e sobre consumidora de recursos (Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE, 2006: 10).

Em particular, analisando a actual arquitectura da Administração Central do Estado pode constatar-se um insuficiente desenvolvimento de funções de Planeamento e Estratégia e uma proliferação de órgãos de fiscalização, frequentemente redundantes e objecto de queixas de que a lei não é cumprida (Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE, 2006: 10).

Em consequência dum funcionamento tipicamente vertical, onde as estruturas e os sistemas de informação horizontais não abundam, é frequente encontrar entidades com missões sobrepostas e uma significativa diversidade de órgãos de suporte e de sistemas de informação não dialogantes – de que resultam desperdício de recursos, menor eficácia e níveis de qualidade diversos (Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE, 2006: 11).

Segundo Carvalho (2008:181):

A chegada ao Poder do XVII Governo, a 12 de Março de 2005, assinala a abertura de uma janela de oportunidade para possíveis mudanças de trajecto na política de modernização do sistema administrativo público. Esta janela foi

aproveitada para a defesa do “novo” modelo de Administração Pública, promovido desde 1986, e que foi paulatinamente aprofundado pelos sucessivos Governos. Se o XV Governo assumiu indiscutivelmente o discurso e as ideias do “*New Public Management*”, o XVII Governo parece desejar prosseguir-las, aprovando os instrumentos legislativos que possibilitem a sua implementação.

A modernização da Administração Pública responde ao desafio da competitividade e do desenvolvimento económico. O XVII Governo elege, como “preocupações maiores” da sua actuação, a desburocratização e simplificação de processos, a modernização da gestão e a flexibilização dos modos de funcionamento. A consolidação das finanças públicas e o enaltecimento do valor “eficiência” continuam a ser elementos centrais à política de inovação administrativa, até porque permanece o risco de incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (Carvalho, 2008: 182).

O PRACE pretendeu reduzir as estruturas do Estado e consequentemente, encontrar trabalhadores que estavam a mais nos serviços e pô-los em mobilidade especial, ficando inactivos até nova colocação no Estado. Sendo, um programa prévio de qualquer reforma de fundo, procurando racionalizar as estruturas do Estado, de forma a aumentar a sua eficácia e eficiência (Rocha, 2009: 198).

O XVII Governo Constitucional consagra, no ponto V do seu programa, a modernização administrativa como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do País. Constando da seguinte maneira:

A modernização da Administração Pública é uma peça essencial da nossa estratégia de crescimento para o País. Cidadãos, empresas e sociedade civil sentem hoje a necessidade de se passar de excelentes diagnósticos a acções concretas. Não se trata de fazer uma mítica “grande reforma da Administração Pública”, mas de conduzir um processo reformador feito de passos positivos,

firmes e consequentes, para alcançar uma Administração eficaz, que sirva bem os cidadãos e as empresas, à altura do que se espera de um Estado moderno. As acções a desenvolver enquadram-se em três linhas de actuação: (a) facilitar a vida ao cidadão e às empresas; (b) melhorar a qualidade do serviço pela valorização dos recursos humanos e das condições de trabalho; (c) tornar a Administração amiga da economia, ajustando-a aos recursos financeiros sustentáveis do País e contribuindo para um ambiente favorável ao crescimento.

Carvalho (2008: 188) refere que o XVII Governo pretende constituir um “processo reformador feito de passos positivos, firmes e consequentes, para alcançar uma Administração eficaz, que sirva bem os cidadãos e as empresas, à altura do que se espera de um Estado moderno”. Entre as medidas preconizadas encontrava-se a reorganização da Administração Central do Estado, com o objectivo de, através de uma maior racionalização das estruturas, se obter ganhos de eficiência.

Carvalho (2008:189) refere que:

Em Junho de 2005, através do Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, o XVII Governo Constitucional deixou antever o que pretendia ao nível da reorganização da Administração Central do Estado: “(...) um amplo programa de reestruturação e modernização da administração pública, que incluirá a revisão, Ministério a Ministério, das respectivas funções, orgânica, dimensionamento, recursos e procedimentos (...)”. A referida reestruturação, junto com o controlo das despesas de pessoal, foi apontada como uma medida essencial na estratégia de consolidação orçamental, mediante a contenção da despesa. O Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – PRACE estava prestes a ter início.

Assim, o PRACE constituiu um dos elementos da modernização administrativa em Portugal, tendo como meta redesenhar a estrutura da Administração Directa e Indirecta do Estado, aproximando-a dos cidadãos e criando as condições para que a Administração fosse um motor e não um obstáculo ao desenvolvimento.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 124/2005, de 4 de Agosto, delineia os parâmetros que irão limitar todo o processo de reorganização da Administração Central do Estado, esboçando respostas para o porquê, como, quando e por quem.

Carvalho (2008: 190) refere que nela está também patente um discurso elucidativo da “*policy image*” subjacente ao projecto de reforma PRACE. Por exemplo, desde logo se refere que a Administração Pública tem de ser “amiga da cidadania e do desenvolvimento económico”, pelo que não é aceitável que esteja sobredimensionada, já que isso torna-a não só cara e ineficiente, como gera burocracia e cria distanciamentos contraproducentes entre a Administração e os cidadãos, as empresas e as comunidades. Nesta frase, estabelecem-se os seguintes axiomas:

- A Administração Pública está sobredimensionada;
- O seu sobredimensionamento gera ineficiências;
- O seu sobredimensionamento gera burocracia;
- O seu sobredimensionamento torna-a distante da comunidade (Carvalho, 2008: 190).

E se a causa destes males está no sobredimensionamento, poder-se-á minimizá-los ao encetar um programa de reforma que adeque o tamanho e estrutura do aparelho administrativo às necessidades decorrentes do estrito cumprimento da sua missão (Carvalho, 2008: 190).

Na sequência da aprovação do PRACE, a Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2006, definiu as orientações gerais e especiais para a reestruturação dos Ministérios. Dando o Governo início à fase de execução do PRACE, com a elaboração e posterior aprovação das leis orgânicas dos ministérios. Este diploma pretende, também, reafirmar a promoção da cidadania, o desenvolvimento económico e a qualidade dos serviços

públicos, através de ganhos de eficiência, e de processos de simplificação, racionalização e automatização que permitam a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos.

Quanto às consequências do PRACE, segundo Carvalho (2008: 220):

Não é fácil avaliar os primeiros impactes do PRACE, embora se possa afirmar que estes foram consideráveis. Não houve um Ministério em que não se tenham registado fusões. Estas fusões deram origem a novos organismos ou ocorreram em organismos já existentes, sendo que alguns destes mudaram a sua denominação. O redesenho que os diplomas sancionam tem implicações reais na vida das instituições e dos seus membros, pelo que dificilmente se poderia afirmar que nada se alterou com o PRACE.

### **3.2.2. Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC)**

O XIX Governo Constitucional refere no seu Programa (2011: 11) que “a grave situação económica e financeira do País impôs um pedido formal de ajuda externa à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional”. O que impõe um conjunto de medidas exigentes do ponto de vista social e político que terão de ser cumpridas de modo escrupuloso, para que Portugal recupere o crédito externo e regresse ao crescimento e ao emprego (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 11).

Este pedido de ajuda externa é o principal ponto de partida para a reformulação das finanças públicas portuguesas (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 12) e da própria Administração Pública.

O XIX Governo Constitucional refere que:

O Estado tem vivido claramente acima das suas possibilidades; registou-se um aumento contínuo do seu peso e dimensão; perdeu-se competitividade e agravou-se exponencialmente o endividamento externo, que atingiu níveis insustentáveis; a nossa imagem internacional degradou-se; os mercados perderam a confiança em Portugal; as pessoas vivem pior e está em risco não apenas a qualidade de vida das actuais gerações, mas também o futuro das novas gerações e o daquelas que estão por nascer (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 12).

O XIX Governo Constitucional refere ainda que “sem um sistema político eficiente não será possível resolver os graves problemas económicos e financeiros que enfrentamos” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 13).

De acordo com o determinado no Memorando de Entendimento com a Troika, o XIX Governo tomará as seguintes medidas (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:30):

- Limitar as admissões de pessoal na administração pública para obter decréscimos anuais de 1% por ano na Administração Central e de 2% nas Administrações Local e Regional;
- Reduzir os cargos dirigentes e dos serviços em, pelo menos, 15% na Administração Central, Local e Regional;
- Eliminar as estruturas sobrepostas na estrutura do Estado, reduzindo o número de organismos e entidades (incluindo Fundações, Associações e outras entidades semelhantes), mantendo a qualidade na prestação do serviço público. Neste âmbito será, ainda em 2011, apresentado um novo PRACE que será objecto de uma execução rigorosa e ambiciosa;
- Introduzir alterações legislações necessárias para melhorar a monitorização, reduzir os custos operacionais e suspender temporariamente a criação de novas entidades públicas ou quase públicas (incluindo empresas públicas) ao nível da Administração Local;



- Promover políticas de flexibilidade, de adaptabilidade e de mobilidade dos recursos humanos na Administração Pública;
- Promover a utilização partilhada de serviços ao nível da Administração Central, nas áreas dos recursos humanos e das tecnologias de informação, implementando a totalidade dos projectos em curso.

Entre as medidas para reformular o modelo de Estado destaca-se o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), através do qual se aperfeiçoará o funcionamento das instituições, acreditando que é possível utilizar os recursos de uma forma mais eficiente, de modo a preservar e viabilizar a maioria dos serviços públicos e o exercício das legítimas funções do Estado (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 13).

Este Governo compromete-se assim, “a desenvolver instituições que propiciem uma vida política, social e económica mais próspera, mais justa e mais livre” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 13).

Segundo o actual Governo:

O PRACE teve efeitos muito reduzidos, não tendo alcançado os seus objectivos fundamentais no sentido de conseguir um efectivo emagrecimento da estrutura e dos custos fixos do Estado. Pelo contrário, os organismos públicos continuaram a proliferar. Também não se concretizou o propósito do PRACE de aumentar os níveis de eficiência e a qualidade de serviço (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 15). Daí que seja necessário um novo Programa.

O Governo deseja proceder a uma racionalização das estruturas. Refere no seu Programa que “é necessário reduzir substancialmente o “Estado Paralelo” (institutos, fundações, entidades públicas empresariais, empresas públicas ou mistas ao nível da Administração Regional e Local)”.

Assume a necessidade de rever o PRACE para que se realizem os seguintes objectivos (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 15):

- Racionalizar as despesas de funcionamento da Administração Pública, de forma a demonstrar junto dos Portugueses que os sacrifícios não abrangem apenas os cidadãos;
- Aumentar a eficiência da Administração Pública e reduzir os custos à medida das capacidades reais do País;
- Modernizar a Administração Pública, de forma a acompanhar as novas exigências dos cidadãos na sociedade da informação e das empresas na economia do conhecimento;
- Dignificar, valorizar, apoiar e envolver os funcionários públicos e outros agentes do Estado que, com o seu espírito de missão e competência, são os responsáveis últimos pela concretização das políticas públicas e pelo desempenho da Administração Pública.

No Programa do XIX Governo Constitucional (2011: 15-16) é mencionado que, com o objectivo que a Administração Pública seja mais eficiente e sustentável, o Governo irá intervir nas seguintes áreas:

- Melhoria de processos e simplificação de estruturas organizativas;
- Melhoria das actividades de suporte;
- Controlo e redução de custos;
- Reforço dos instrumentos de gestão.

No que toca à melhoria dos processos e simplificação das estruturas organizativas, destacam as seguintes iniciativas (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 16-17):

- Extinguir, fundir ou reduzir estruturas (fundações, institutos, observatórios, etc.) consideradas dispensáveis ou de dimensão excessiva, permitindo um primeiro ganho de eficiência;
- Realizar uma abordagem de base zero, isto é, questionar tarefas e funções, com a finalidade de identificar outras estruturas que sejam passíveis de eliminação ou redimensionamento e os processos que devam ser alvo de uma reengenharia significativa.

O Conselho de Ministros aprovou, em reunião de 20 de Julho de 2011, as linhas gerais do PREMAC, no âmbito do Compromisso Eficiência (Relatório de execução do PREMAC, 2011: 2).

Segundo o actual Governo, “as Leis Orgânicas dos Ministérios traduzem, como ponto de partida, organizações que reflectem o resultado de um primeiro exercício de supressão de estruturas e de níveis hierárquicos, com base na avaliação das atribuições da Administração Central do Estado” (site do XIX Governo Constitucional).

O XIX Governo Constitucional menciona que “a implementação deste programa estabelece um alicerce para a promoção da melhoria organizacional da Administração Central e para o ajustamento do peso do Estado aos limites financeiros do País” (Relatório de execução do PREMAC, 2011: 2).

Este Plano prossegue os seguintes objectivos (Relatório de execução do PREMAC, 2011: 3):

- Racionalização e redução das estruturas da Administração Central do Estado, com aumento da sua eficiência de actuação;
- Promoção de uma melhor utilização dos recursos humanos do Estado;
- Redução de pelo menos 15% no total das estruturas orgânicas dependentes de cada ministério e redução de pelo menos 15% do número de cargos dirigentes, tanto de nível superior, como de nível intermédio. O objectivo de 15% de redução (estruturas e dirigentes) encontra-se fixado nos memorandos assinados no âmbito do Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal.

No Relatório de execução do PREMAC (2011: 10-13) destacam-se os seguintes aspectos:

- Os trabalhos decorreram em menos de 2 meses, tendo sido avaliada toda a estrutura organizativa da Administração Central do Estado com recurso a equipas próprias de cada ministério, em estreita articulação com a Secretaria de

Estado da Administração Pública e com a Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos.

- A superação dos desafios existentes no âmbito da organização da administração central do Estado dependia muito mais de uma tomada pronta e firme de decisões e de um acompanhamento e controlo rígido da sua efectiva concretização, do que da reavaliação exaustiva dos diagnósticos já existentes e da revisão recorrente das diversas análises já equacionadas no passado.
- A reorganização da Administração Central concretizada terá um potencial de redução de despesa pública muito significativo, quer pela via da redução de dirigentes, quer pela via da aplicação dos procedimentos relativos à gestão de efectivos e, bem assim, pela redução dos consumos intermédios e de espaços físicos que será obtida pela eliminação de um conjunto muito significativo de entidades da administração directa e indirecta do Estado.
- A concretização da redução de despesa será operada ao nível de cada ministério no contexto de preparação dos respectivos orçamentos para o ano de 2012.
- Competirá aos ministérios garantir, no mais curto espaço de tempo possível, a implementação dos novos modelos orgânicos, por via dos procedimentos legalmente definidos para a extinção, fusão ou reestruturação de órgãos e serviços e racionalização de efectivos. A 26 de Outubro foram aprovadas as novas Leis Orgânicas dos ministérios, tendo-se seguido até ao final do ano a aprovação dos diplomas orgânicos dos órgãos e serviços.
- Os procedimentos relativos ao pessoal dos serviços e organismos que sejam objecto de extinção, fusão e reestruturação serão enquadrados nas regras da mobilidade geral e da mobilidade especial.
- É intenção do Governo reforçar os mecanismos de recolocação dos trabalhadores afectos à situação de mobilidade especial, o que deverá ocorrer por via de uma melhor gestão da oferta e da procura de pessoal e pelo reforço dos incentivos à ocupação de postos de trabalho nos serviços com carência de efectivos.

No Relatório de execução do PREMAC (2011: 14-15) são apresentadas as seguintes conclusões:

- O PREMAC não se esgota no presente exercício, sendo este apenas o primeiro passo para o reforço da eficiência da Administração Pública e para uma melhor gestão dos seus recursos humanos. O Compromisso Eficiência no domínio do sector público assumido por este Governo, terá continuidade em outras acções concretas, a desenvolver no curto/médio prazo, com referência especial para:
  - Reestruturação do Sector Empresarial do Estado;
  - Reforma da Administração Local Autárquica;
  - Realização de censo e análise detalhada do custo/benefício de todas as Fundações;
  - Reorganização dos serviços desconcentrados da Administração Central;
  - Reforço da utilização de serviços partilhados na Administração Pública.
- A reforma da Administração Pública não se consubstancia numa alteração radical num único momento do tempo, mas num processo contínuo e progressivo, que permita à Administração, no seu conjunto, a adopção de estruturas orgânicas, processos e práticas que maximizem a captação de benefícios resultantes da evolução tecnológica e organizativa, com o objectivo de cumprir a sua missão: criar valor para a sociedade utilizando os recursos públicos da forma mais eficiente possível.

Os resultados de exercícios de reestruturação da Administração Pública nem sempre são aferidos. A presente pesquisa pretende ser uma aproximação a essa avaliação, contemplando as alterações na orgânica do Ministério da Economia.

## **4. A Reestruturação do Ministério da Economia à luz do PRACE e do PREMAC**

### **4.1. Caracterização do Ministério da Economia no XVII, XVIII e XIX Governos Constitucionais**

No XVII Governo Constitucional a pasta dos assuntos económicos pertencia ao Ministério da Economia e da Inovação, que se caracteriza por:

➤ **Lei Orgânica**

Decreto-Lei nº 208/2006, de 27 de Outubro.

➤ **Estrutura**

**Ilustração 1- Estrutura do Ministério da Economia e da Inovação**



➤ **Missão**

Conceber, executar e avaliar as políticas dirigidas às actividades económicas, designadamente de produção de bens e prestação de serviços, incluindo as indústrias extractiva e transformadora, a energia, o comércio e o turismo, assim como as políticas horizontais dirigidas à inovação visando a competitividade e internacionalização das empresas, as políticas dirigidas à defesa dos direitos dos consumidores e as políticas de regulação dos mercados, em estreita coordenação com os outros domínios relevantes da acção do Governo (Decreto-Lei nº 208/2006, de 27 de Outubro, artigo 1º).

No XVIII Governo Constitucional a pasta dos assuntos económicos pertencia ao Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, que se caracteriza por:

➤ **Lei Orgânica**

Decreto-Lei nº 208/2006, de 27 de Outubro.

### ➤ **Missão**

Conceber, executar e avaliar as políticas dirigidas às actividades económicas, as políticas de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento regional, as políticas de energia, assim como as políticas horizontais dirigidas à inovação, visando a competitividade e internacionalização das empresas, a coordenação da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, as políticas dirigidas à defesa dos direitos dos consumidores e as políticas de regulação dos mercados (Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, artigo 17.º, n.º1).

- O Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento compreende os serviços, organismos e estruturas identificados no Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro (Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, artigo 17.º, n.º2). O Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P., transita para o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, artigo 17.º, n.º7).

No XIX Governo Constitucional a pasta dos assuntos económicos pertence ao Ministério da Economia e do Emprego, que se caracteriza por:

### ➤ **Lei Orgânica**

Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro.

### ➤ **Estrutura**

**Ilustração 2- Estrutura do Ministério da Economia e do Emprego**



➤ **Missão**

Conceber, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento do emprego sustentável, de competitividade, de inovação, de internacionalização das empresas e de promoção do comércio externo, de promoção e atração de investimento estrangeiro, de desenvolvimento regional, bem como a aposta na mobilidade e na modernização nas relações de trabalho, as políticas de formação profissional, as políticas de energia e geologia, de turismo, de defesa dos consumidores, de obras públicas, de transportes e comunicações, da indústria, do comércio e dos serviços (Decreto-Lei nº 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 1º).

- ✓ Da análise às leis orgânicas do Ministério da Economia e da Inovação; do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento; e do Ministério da Economia e do Emprego resultam as seguintes tabelas e gráficos:

**Tabela 4- Domínios de Intervenção do MEI, MEID, MEE**

<b>Ministério da Economia e da Inovação (MEI)</b>	<b>Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID)</b>	<b>Ministério da Economia e do Emprego (MEE)</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Indústria</li><li>• Comércio</li><li>• Serviços</li><li>• Energia</li><li>• Recursos geológicos</li><li>• Turismo</li><li>• Inovação</li><li>• Consumidores</li><li>• Regulação dos mercados</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indústria</li><li>• Comércio</li><li>• Serviços</li><li>• Energia</li><li>• Recursos geológicos</li><li>• Turismo</li><li>• Inovação</li><li>• Consumidores</li><li>• Regulação dos mercados</li><li>• Desenvolvimento Regional</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indústria</li><li>• Comércio</li><li>• Serviços</li><li>• Energia</li><li>• Recursos geológicos</li><li>• Turismo</li><li>• Inovação</li><li>• Consumidores</li><li>• Regulação dos mercados</li><li>• Desenvolvimento Regional</li><li>• Emprego</li></ul>

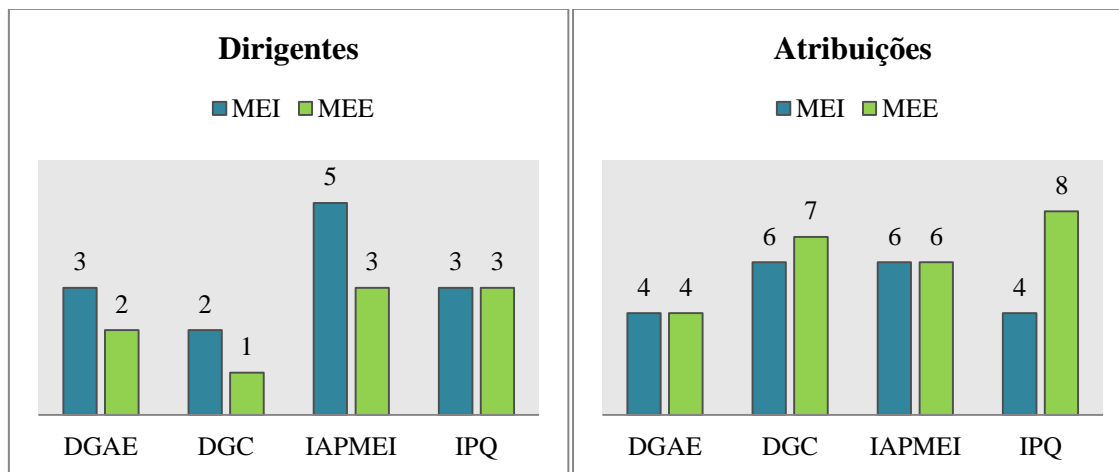


		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes</li> <li>• Construção e Imobiliário</li> <li>• Formação Profissional</li> <li>• Comunicações</li> <li>• Obras Públicas</li> <li>• Fundo Social Europeu</li> </ul>
--	--	--

**Tabela 5- Número de Dirigentes e de Atribuições nos organismos em estudo**

Organismos	Nº de Dirigentes		Diferença	Nº de Atribuições		Diferença
	MEI	MEE		MEI	MEE	
DGAE	3	2	-1	4	4	0
DGC	2	1	-1	6	7	+1
IAPMEI	5	3	-2	6	6	0
IPQ	3	3	0	4	8	+4

**Gráfico 3- Número de Dirigentes e de Atribuições no MEI e no MEE**



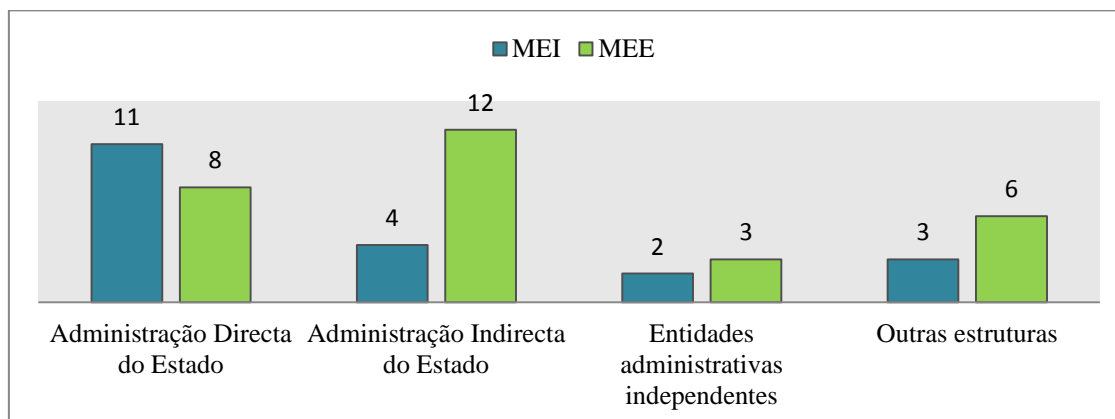
Quanto ao número de dirigentes verificou-se que, comparando o MEI com o MEE, este último conseguiu diminuir o número de dirigentes em todos os organismos em estudo, excepto no Instituto Português da Qualidade, I.P., mantendo o número de dirigentes.

Quanto às atribuições verificou-se que, comparando o MEI com o MEE, este último aumentou as suas atribuições na Direcção-Geral do Consumidor e no Instituto Português da Qualidade, I.P., sendo que, nos restantes dois organismos em estudo manteve as atribuições.

**Tabela 6- Número de Organismos no MEI e no MEE**

	MEI	MEE	Diferença
	Nº de organismos	Nº de organismos	
Administração Directa do Estado	11	8	-3
Administração Indirecta do Estado	4	12	+8
Entidades administrativas independentes	2	3	+1
Outras estruturas	3	6	+3

**Gráfico 4- Número de Organismos no MEI e no MEE**



Quanto aos organismos verificou-se que, comparando o MEI com o MEE, este último comporta mais organismos na administração indirecta do Estado e mais entidades administrativas independentes e mais outras estruturas; quanto aos organismos na administração directa do Estado verifica-se um decréscimo. Estes aumentos devem-se sobretudo ao facto do MEE ter resultado da fusão do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e ainda com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Quanto à Administração Directa do Estado, o MEE integra mais dois serviços centrais na sua Administração directa do que o MEI, são eles: A Autoridade para as Condições de Trabalho; e a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. Deixa de integrar os serviços periféricos – as Direcções Regionais da Economia.

Quanto à Administração Indirecta do Estado, o MEE passa a integrar mais oito organismos em relação ao MEI. Esses organismos dão os seguintes: O Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.; O Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.; O Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.; O Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.; O Instituto Português de Acreditação, I. P.; O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.; O Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.; O Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

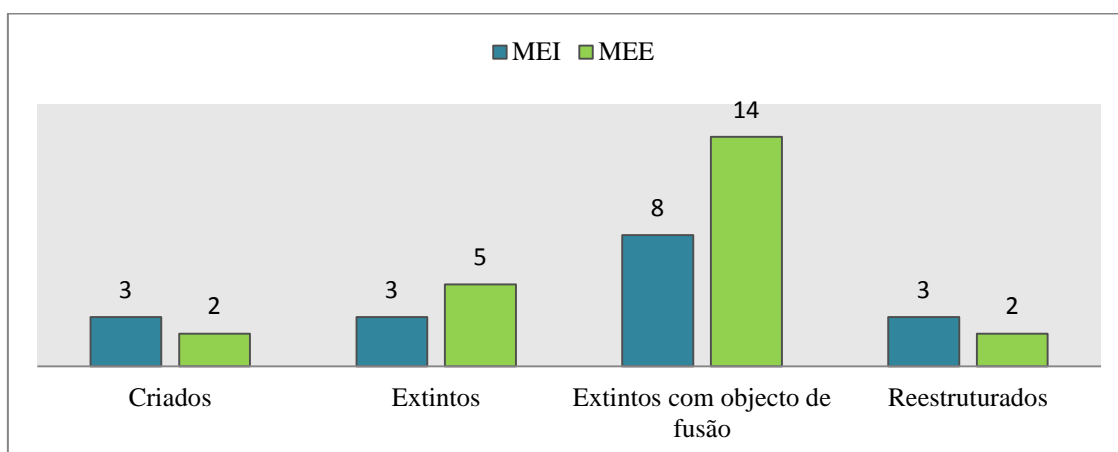
Quanto às Entidades administrativas independentes, o MEE integra mais uma entidade administrativa independente do que o MEI, é ele O ICP — Autoridade Nacional de Comunicações.

Quanto às outras estruturas, o MEE exclui dois dos organismos do MEI, substituindo-os por outros cinco novos organismos, são eles: O Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação; A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; O Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves; O Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários; O Centro de Relações Laborais.

**Tabela 7- Número de Organismos alvo de mudanças no MEI e no MEE**

<b>Organismos</b>	<b>MEI</b>	<b>MEE</b>	<b>Diferença</b>
Criados	3	2	-1
Extintos	3	5	+2
Extintos com objecto de fusão	8	14	+6
Reestruturados	3	2	-1

**Gráfico 5- Número de Organismos alvo de mudança no MEI e no MEE**

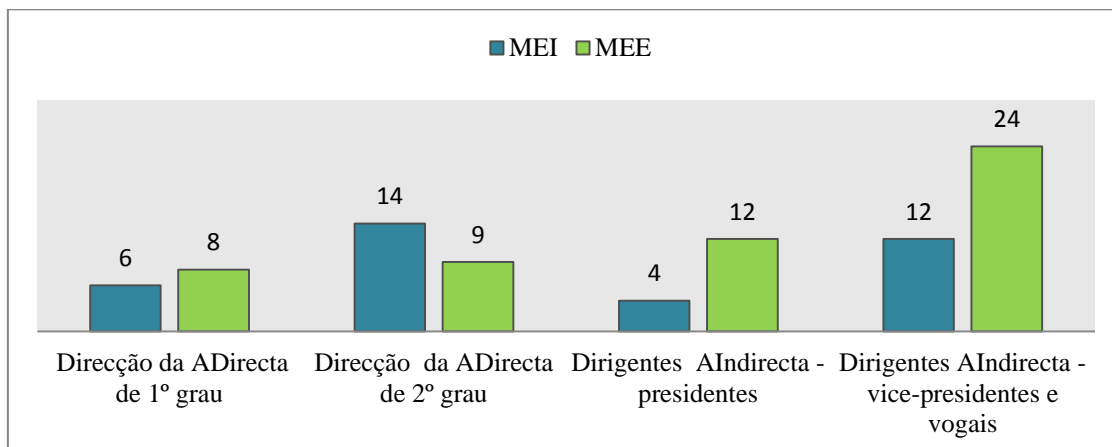


Quanto aos organismos verificou-se que, comparando o MEI com o MEE, este último consegue um decréscimo na quantidade de organismos criados e reestruturados, e por outro lado, há um crescimento de organismos extintos e organismos extintos com objecto de fusão.

**Tabela 8- Número de Dirigentes na Administração Directa e Indirecta do MEI e do MEE**

Dirigentes	MEI	MEE	Diferença
Cargos de direcção superior da administração directa:			
- de 1º grau	6	8	+2
- de 2º grau	14	9	-5
Dirigentes de organismos da administração indirecta:			
- presidentes	4	12	+8
- vice-presidentes e vogais	12	24	+12

**Gráfico 6- Número de Dirigentes na Administração Directa e Indirecta do MEI e do MEE**



Quanto aos organismos verificou-se que, comparando o MEI com o MEE, este último aumenta os cargos de direcção da administração directa de 1º grau; já os de 2º grau consegue diminuir o seu número. Quanto aos dirigentes de organismos da administração indirecta aumenta a quantidade de presidentes, e vice-presidentes e vogais.

## **4.2. A Reestruturação do Ministério da Economia**

### **4.2.1. Objectivos**

#### **Direcção-Geral das Actividades Económicas**

De acordo com o Relatório Final das Micro-Estruturas do MEI (2006: 47), o modelo proposto pelo PRACE para a Direcção-Geral das Actividades Económicas contém as seguintes alterações:

- Integração da coordenação do SPQ, com intervenção específica nos subsistemas da normalização e da metrologia legal;
- Integração das atribuições de natureza normativa em matéria de licenciamento e fiscalização das actividades turísticas;
- Integração das DRE como estruturas desconcentradas;

- Assegurar a elaboração de legislação reguladora da actividade extractiva (recursos geológicos), à excepção dos recursos petrolíferos, hidrogeológicos e geotérmicos;
- Manutenção da CPIE;
- Cinco Dirigentes;
- Nove Atribuições;
- Nove Unidades Internas.

### **Direcção-Geral do Consumidor**

De acordo com o Relatório Final das Micro-Estruturas do MEI (2006: 68-69), o modelo proposto pelo PRACE para a Direcção-Geral do Consumidor contém as seguintes alterações:

- Transformação da Divisão de Apoio e Planeamento (DAP) em Divisão de Serviços Administrativos (DSA) e eliminação da Repartição Administrativa e Financeira (RAF);
- Eliminação do Secretariado da CSSBC;
- Eliminação do Núcleo de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (NAERI);
- Eliminação do Departamento de Estudos de Mercado (DEM);
- Transformação do Departamento de Informação, Mediação e Apoio ao Consumidor (DIMAC) na Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor (DSCC);
- Criação da Direcção de Serviços do Direito do Consumo (DSDC);
- Três Dirigentes;
- Dezanove Atribuições;
- Oito Unidades Internas.

### **Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.**

De acordo com o Relatório Final das Micro-Estruturas do MEI (2006: 93-94), o modelo proposto pelo PRACE para o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P., contém as seguintes alterações:

- Alteração e racionalização da estrutura orgânica;
- Racionalização de delegações dos Gabinetes de Empresa, localizadas fora do âmbito das sedes das NUTS II;
- Eliminação do regime de acumulação das funções de direcção e chefia das estruturas orgânicas do IAPMEI nas áreas dos serviços de apoio partilhados com o ICEP Portugal;
- Encerramento dos Gabinetes de Empresa de Espanha;
- Cinco Dirigentes;
- Oito Atribuições;
- Catorze Unidades Internas.

### **Instituto Português da Qualidade, I.P.**

De acordo com o Relatório Global Final do PRACE (2006:64), a alteração proposta pelo PRACE para o Instituto Português da Qualidade, I.P., é:

- A transição das atribuições relativas à metrologia para a DGE, a externalização das funções relativas à normalização para uma associação de direito privado, de entre as que hoje já asseguram a certificação e a extinção do Instituto Português da Qualidade, I.P.

## **4.2.2. Resultados**

### **4.2.2.1. PRACE**

#### **Direcção-Geral das Actividades Económicas**

Na Direcção-Geral das Actividades Económicas verificou-se que:

##### **➤ Estrutura**

A estrutura recomendada pelo PRACE foi implementada, existindo, no entanto, divergências quanto ao número de Subdirectores-Gerais. A recomendação era de quatro Subdirectores-Gerais e optou-se apenas por dois. Existem ainda divergências ao nível das unidades orgânicas nucleares: eram recomendadas catorze unidades internas e verifica-se que se adoptaram oito unidades internas.

##### **➤ Missão**

A missão recomendada pelo PRACE também foi implementada, sendo que diverge ao não coordenar o Sistema Português da Qualidade.

##### **➤ Atribuições**

As atribuições recomendadas pelo PRACE eram oito e destas foram implementadas quatro, sofrendo, no entanto, pequenas alterações. As quatro atribuições recomendadas não adoptadas também não foram substituídas por outras.

##### **➤ Competências**

As competências recomendadas pelo PRACE são catorze unidades internas, verificando-se a implementação de oito delas, sofrendo, ainda assim, algumas alterações.

- Unidades internas não implementadas nem substituídas por outras:
  - Comissão de Planeamento Industrial de Emergência (CPIE);
  - Direcção de Serviços Administrativos (DSA);



- Gabinete de Apoio à Presidência da União Europeia (GAPUE);
  - Gabinete de Apoio à Coordenação do Sistema Português da Qualidade (GACSPQ);
  - Direcção de Serviços da Qualidade (DSQ);
  - Direcção de Serviços de Regulamentação Sectorial e Simplificação Administrativa (DSRSSA).
- Unidades internas implementadas com a designação recomendada pelo PRACE:
    - Direcção de Serviços para a Inovação e a Competitividade Empresarial (DSICE);
    - Direcção de Serviços de Desenvolvimento Sustentável (DSDS).
- Unidades internas implementadas com designações diferentes das recomendações do PRACE:

<b>Proposta do PRACE</b>	<b>Designação adoptada</b>
Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas (DSCREE)	Direcção de Serviços de Coordenação do Relacionamento Económico Externo (DSCREE)
Direcção de Serviços de Indústria (DSI)	Direcção de Serviços da Indústria Transformadora (DSIT)
Direcção de Serviços do Comércio das Empresas de Serviços (DSCES)	Direcção de Serviços do Comércio e Distribuição (DSCES)
Direcção de Serviços do Turismo (DST)	Direcção de Serviços do Turismo e Empresas de Serviços (DSTES)
Direcção de Serviços de Política Comercial Comum (DSPCC)	Direcção de Serviços da Política Comercial Externa (DSPCE)
Direcções Regionais de Economia (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve)	Direcção de Serviços para a Coordenação Operacional das Direcções Regionais de Economia (DSCODRE)

### ➤ **Competências das unidades internas implementadas**

Quanto às competências das unidades internas implementadas, verifica-se que na:

- Direcção de Serviços do Relacionamento Económico Externo (DSCREE), das nove competências recomendadas pelo PRACE, implementa oito (sendo que, uma delas sofre divergências). A competência que não é implementada não é substituída por nenhuma outra.
- Direcção de Serviços para a Inovação e a Competitividade Empresarial (DSICE), das sete competências recomendadas pelo PRACE, implementa seis (sendo que, uma delas sofre divergências), substituindo a competência não implementada por outra.
- Direcção de Serviços da Indústria Transformadora (DSIT), das cinco competências recomendadas pelo PRACE, implementa quatro (sendo que, duas delas sofrem divergências), substituindo a outra competência por outra e adicionando ainda mais duas competências.
- Direcção de Serviços do Comércio e Distribuição (DSCES), das quatro competências recomendadas pelo PRACE em matéria de comércio, implementa-as a todas (sendo que, duas delas sofrem divergências). E adiciona cinco competências às recomendadas pelo PRACE.
- Direcção de Serviços do Turismo e Empresas de Serviços (DSTES), em matéria de turismo, das oito competências recomendadas pelo PRACE, implementa uma delas. Das sete competências não implementadas, substitui quatro por outras competências. Em matéria de empresas de serviços, das três competências recomendadas pelo PRACE, implementa-as a todas (sendo que, uma delas sofre divergências). E adiciona uma competência às recomendadas.
- Direcção de Serviços de Desenvolvimento Sustentável (DSDS), das sete competências recomendadas pelo PRACE, implementa seis delas (não sofrendo divergências em nenhuma delas). A competência não implementada não é substituída por nenhuma outra.

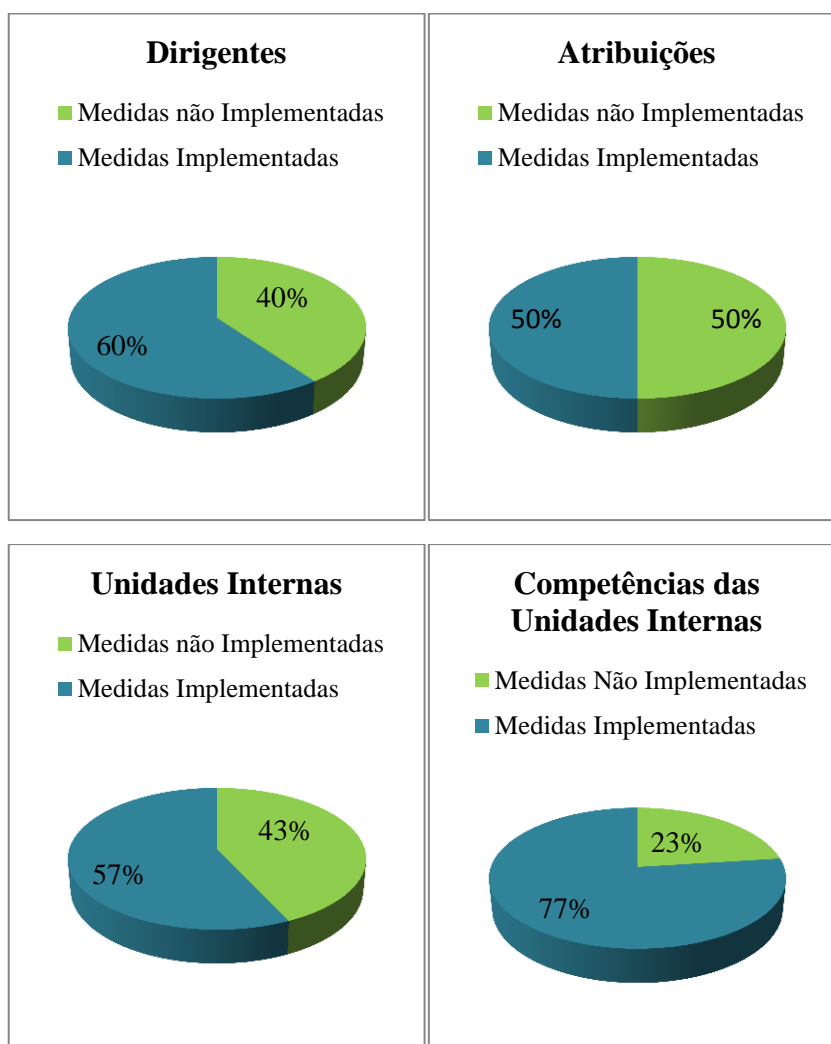
- Direcção de Serviços da Política Comercial Externa (DSPCE), das oito competências recomendadas pelo PRACE, implementa-as a todas (não sofrendo divergências em nenhuma delas).
- Direcção de Serviços para a Coordenação Operacional das Direcções Regionais de Economia (DSCODRE), não implementa a competência recomendada pelo PRACE. Substituindo-a por outra e ainda adiciona outra competência.

**Tabela 9- Recomendações do PRACE implementadas pela DGAE**

	<b>Recomendação PRACE</b>	<b>Medidas Implementadas</b>	<b>Implementação (%)</b>
Dirigentes	5	3	60
Atribuições	8	4	50
Unidades Internas	14	8	57
Unidades Internas:			
DSCREE	9	8	89
DSCREE	7	6 + 1*	86
DSIT	5	4 + 3*	80
DSCES	4	4 + 5*	100
DSTES:			
-Turismo	8	1+4*	13
-Empresas de Serviços	3	3+1*	100
DSDS	7	6	86
DSPCE	8	8	100
DSCODRE	1	1 + 1*	100

\*Medidas que não constavam nas recomendações do PRACE mas implementadas pelo organismo

**Gráfico 7- Medidas recomendadas pelo PRACE - DGAE**



## **Direcção-Geral do Consumidor**

Na Direcção-Geral do Consumidor verificou-se que:

### **➤ Estrutura**

A estrutura recomendada pelo PRACE foi implementada, existindo, no entanto, divergências quanto ao número de Subdirectores-Gerais. A recomendação era de dois e verifica-se a existência de um Subdirector-Geral.

Existem ainda, divergências ao nível das unidades orgânicas nucleares, eram recomendadas oito unidades internas e verifica-se apenas quatro unidades internas, agrupando duas delas numa só, obtendo assim, três unidades internas.

➤ **Missão**

A missão recomendada pelo PRACE também foi implementada, não divergindo em nada.

➤ **Atribuições**

As atribuições recomendadas pelo PRACE eram dezanove e destas foram implementadas nove (sendo que, três delas sofrem alterações). As restantes dez atribuições recomendadas pelo PRACE não são implementadas nem substituídas por outras atribuições. A DGC apenas prossegue oito atribuições (duas das atribuições recomendadas são agrupadas numa só).

➤ **Competências**

As competências recomendadas pelo PRACE são de oito unidades internas, verificando-se a implementação de quatro delas, agrupando duas delas numa só, obtendo assim, três unidades internas. Que sofrem, ainda assim, algumas alterações.

- Unidade interna não implementada nem substituída por outra:
  - Divisão de Serviços Administrativos.
- Unidades internas não implementadas, mas a quem a DGC presta apoio administrativo, técnico e logístico:
  - Conselho Nacional de Defesa do Consumidor;
  - Comissão de Segurança de Serviços e Bens de Consumo;
  - Centro Europeu do Consumidor.
- Unidades internas implementadas com a designação recomendada pelo PRACE:
  - Direcção de Serviços de Direito do Consumidor (DSDC);
  - Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor (DSCC).
- Unidades internas implementadas mas que foram agrupadas, tomando outra designação:

Proposta do PRACE	Designação Adoptada
Direcção de Serviços e Assuntos Internacionais do Consumo (DSAIC)	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo (DSAISC)
Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum (DSQSC)	

➤ **Competências das unidades internas implementadas**

Quanto às competências das unidades internas implementadas, verifica-se que a:

- Direcção de Serviços de Direito do Consumidor (DSDC), das dezasseis competências recomendadas pelo PRACE, implementa-as a todas (sendo que, duas delas sofrem divergências).
- Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo (DSAISC), das oito competências recomendadas pelo PRACE, implementa-as a todas (sendo que, uma delas sofre divergências), isto quanto à Direcção de Serviços e Assuntos Internacionais do Consumo (DSAIC). Quanto à Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum (DSQSC), das quatro competências recomendadas pelo PRACE, implementa três delas (sendo que, uma delas sofre divergências). E a competência não implementada é substituída por outra competência.
- Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor (DSCC), das dezoito competências recomendadas pelo PRACE, implementa-as a todas (sendo que, duas delas sofrem divergências). E adiciona quatro competências.

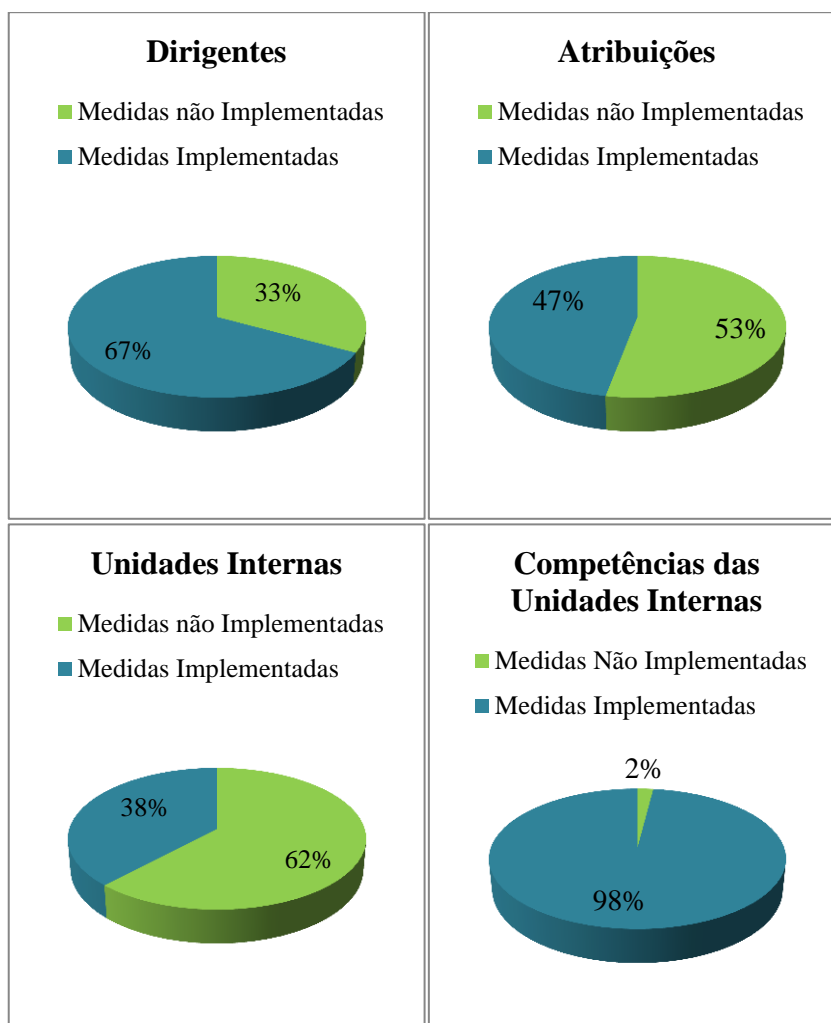
**Tabela 10- Recomendações do PRACE implementadas pela DGC**

	Recomendação PRACE	Medidas Implementadas	Implementação (%)
Dirigentes	3	2	67
Atribuições	19	9	47

Unidades Internas	8	3	38
Unidades Internas:			
DSDC	17	17	100
DSAISC:	8	8	100
-Consumo	4	3 + 1*	75
-Segurança			
DSCC	18	18 + 4*	100

\*Medidas que não constavam nas recomendações do PRACE mas implementadas pelo organismo

**Gráfico 8- Medidas recomendadas pelo PRACE - DGC**



## **Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.**

No Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P., verificou-se que:

### **➤ Estrutura**

A estrutura recomendada pelo programa de reestruturação foi implementada. Houve uma pequena alteração ao nome do instituto passando este a designar-se por Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. em vez de Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, I.P.

Existem divergências quanto ao número de vice-presidentes. A recomendação era de quatro vice-presidentes e verificou-se um vice-presidente e três vogais. Existem ainda divergências ao nível das unidades orgânicas nucleares, eram recomendadas nove unidades e verifica-se oito unidades.

### **➤ Missão**

A missão recomendada foi implementada.

### **➤ Atribuições**

As atribuições recomendadas pelo PRACE eram nove e foram implementadas todas, no entanto, houveram alterações (duas delas foram agrupadas numa só atribuição). E ainda, foram implementadas mais treze atribuições, sendo que no total, o IAPMEI, I.P. prossegue vinte e uma atribuições.

### **➤ Competências**

As competências recomendadas são de nove departamentos, verificando-se a implementação de oito delas, sofrendo, ainda assim, algumas alterações.

- Departamento não implementado nem substituído por outro:
  - Rede de Gabinetes de Empresa (RGE) (constituída pelas cinco Unidades Regionais).



- Departamento não implementado mas substituído por outro:
  - Unidade de Revitalização Empresarial
- Departamento criado:
  - Direcção de Planeamento e Estudos
- Departamentos implementados com a designação recomendada pelo PRACE:
  - Direcção de Gestão e Organização de Recursos;
  - Direcção de Promoção da Inovação.
- Departamentos implementados com designações diferentes das recomendações do PRACE:

<b>Proposta do PRACE</b>	<b>Designação adoptada</b>
Unidade de Informação e Comunicação	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas
Unidade de Análise, Selecção e Fiscalização de Projectos	Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos
Unidade de Desenvolvimento Empresarial	Direcção de Assistência Empresarial
Unidade de Assuntos Jurídicos	Direcção Jurídica e Auditoria
Unidade de Auditoria Interna e Qualidade	

#### ➤ **Competências das direcções implementadas**

Quanto às competências das direcções implementadas, verifica-se que a:

- Direcção de Gestão e Organização de Recursos, implementa as duas competências recomendadas (sofrendo, ambas, divergências). A esta direcção, no total, pertence-lhe seis competências, uma das competências recomendadas pelo PRACE é dividida em cinco competências.

- Direcção de Promoção da Inovação, das três competências recomendadas implementa duas (que sofrem pequenas divergências), substituindo a competência não implementada por outra e criando mais uma competência.
- Direcção de Apoio Geral e Relações Externas, implementa as duas competências recomendadas (sendo que, sofrem divergências). E ainda acrescenta mais quatro competências às recomendadas.
- Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos, implementa as duas competências recomendadas, sendo que, sofrem divergências (divide uma competência recomendada pelo PRACE em duas competências). E adiciona duas competências às recomendadas. Prosseguindo assim, cinco competências no total.
- Direcção de Assistência Empresarial, implementa as duas competências recomendadas (sendo que, sofrem divergências). Acrescentando duas competências às recomendadas.
- Direcção Jurídica e Auditoria, quanto à matéria jurídica implementa a recomendação feita, sofrendo, no entanto, divergências (divide, a recomendação feita pelo PRACE, em duas competências). Quanto à parte da auditoria, das três recomendações apenas implementa uma (sofrendo, também esta, divergências). As restantes duas competências não implementadas são substituídas por outras. No total, esta direcção prossegue cinco competências.

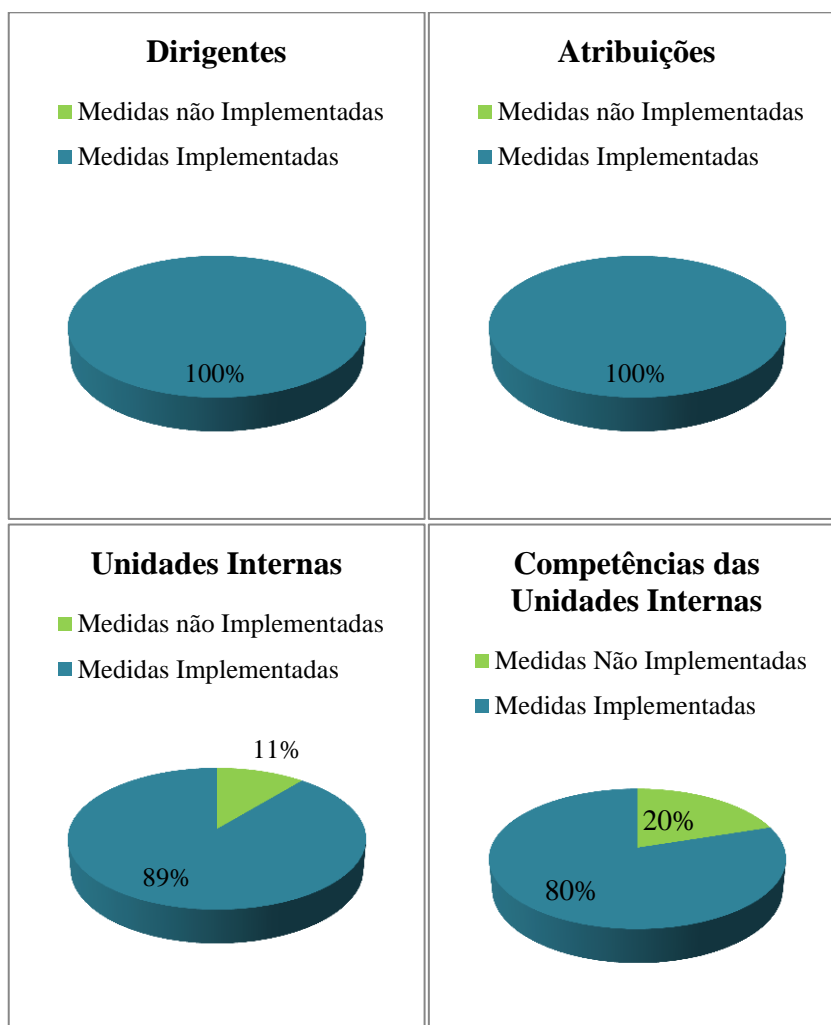
**Tabela 11- Recomendações do PRACE implementadas pelo IAPMEI, I.P.**

	<b>Recomendação PRACE</b>	<b>Medidas Implementadas</b>	<b>Implementação (%)</b>
Dirigentes	5	5	100
Atribuições	8	8 + 13*	100
Unidades Internas	9	8	89
Unidades Internas:			
DGOR	2	2	100
DPI	3	2 + 2*	67

DAGRE	2	2 + 4*	100
DJIC	3	3 + 2*	100
DAE	2	2 + 2*	100
DJA:			
-Matéria Jurídica	1	1	100
-Auditoria	3	1	33

\*Medidas que não constavam nas recomendações do PRACE mas implementadas pelo organismo

**Gráfico 9- Medidas recomendadas pelo PRACE - IAPMEI, I.P.**



## **Instituto Português da Qualidade, I.P.**

No Instituto Português da Qualidade, I.P. verificou-se que:

A proposta do PRACE: “transição das atribuições relativas à metrologia para a DGE, a externalização das funções relativas à normalização para uma associação de direito privado, de entre as que hoje já asseguram a certificação e a extinção do Instituto Português da Qualidade, I.P.”, não foi implementada.

O IPQ, I.P. manteve-se na estrutura do Ministério da Economia e da Inovação, como organismo da administração interna do Estado. De acordo com o Decreto-Lei nº 208/2006, de 27 de Outubro, o IPQ, I.P. tem por missão a coordenação do sistema português da qualidade e de outros sistemas de qualificação regulamentar que lhe forem conferidos por lei, a promoção e a coordenação de actividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da acção dos agentes económicos, bem como o desenvolvimento das actividades necessárias à sua função de laboratório nacional de metrologia.

### **4.2.2.2. PREMAC**

#### **Direcção-Geral das Actividades Económicas**

Na Direcção-Geral das Actividades Económicas verificou-se que:

##### **➤ Estrutura**

Comparando o anterior diploma orgânico do organismo com o novo diploma orgânico resultante do PREMAC pode verificar-se que, a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como serviço central do Ministério da Economia.

Quanto ao número de dirigentes, anteriormente verificava-se um Director-Geral e dois Subdirectores-Gerais passando a ser dirigida por um Director-Geral, coadjuvado por um Subdirector-Geral, reduzindo assim o número de dirigentes em 33%.

➤ **Missão**

A missão manteve-se a mesma estabelecida no anterior diploma.

➤ **Atribuições**

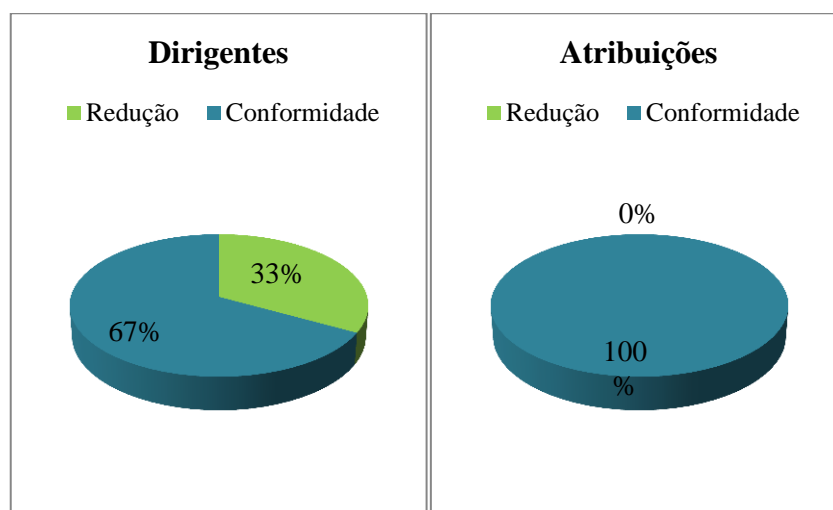
Das quatro atribuições definidas no anterior diploma duas delas mantêm-se embora sofram algumas alterações. As outras duas atribuições são substituídas por outras.

**Tabela 12- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGAE**

	Diploma Anterior	PREMAC	Redução (%)
Dirigentes	3	2	33
Atribuições	4	2 + 2*	0

\*Medidas adoptadas que não constavam no anterior diploma

**Gráfico 10- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGAE**



## **Direcção-Geral do Consumidor**

Na Direcção-Geral do Consumidor verificou-se que:

### **➤ Estrutura**

Comparando o anterior diploma orgânico do organismo com o novo diploma orgânico resultante do PREMAC pode verificar-se que, a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como serviço central do Ministério da Economia.

Quanto ao número de dirigentes, anteriormente verificava-se um Director-Geral e um Subdirector-Geral passando a ser dirigida apenas por um Director-Geral, reduzindo assim o número de dirigentes em 50%.

### **➤ Missão**

A missão manteve-se a mesma estabelecida no anterior diploma.

### **➤ Atribuições**

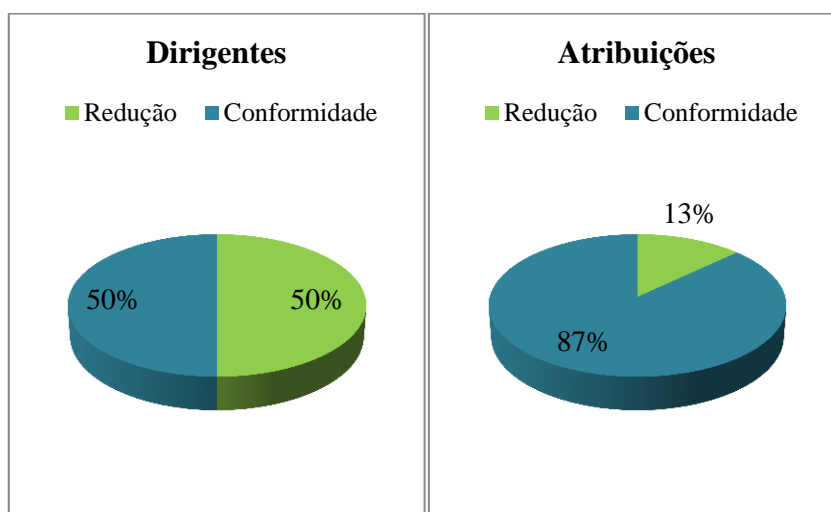
Das oito atribuições definidas no anterior diploma cinco delas mantêm-se embora duas sofram alterações (são agrupadas numa só atribuição). As três atribuições não implementadas são substituídas por outras. No total, a DGC prossegue sete atribuições.

**Tabela 13- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGC**

	<b>Diploma Anterior</b>	<b>PREMAC</b>	<b>Redução (%)</b>
Dirigentes	2	1	50
Atribuições	8	4 + 3*	13

\*Medidas adoptadas que não constavam no anterior diploma

**Gráfico 11- Redução resultante do PREMAC na estrutura da DGC**



### **Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.**

No Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. verificou-se que:

#### **➤ Estrutura**

Comparando o anterior diploma orgânico do organismo com o novo diploma orgânico resultante do PREMAC pode verificar-se que, a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como organismo da administração indirecta do Ministério da Economia.

Quanto ao número de dirigentes, anteriormente era composto por um presidente e um vice-presidente e três vogais passando a ser composto por um presidente e dois vogais., reduzindo assim o número de dirigentes em 40%.

#### **➤ Missão**

A missão manteve-se a mesma estabelecida no anterior diploma.

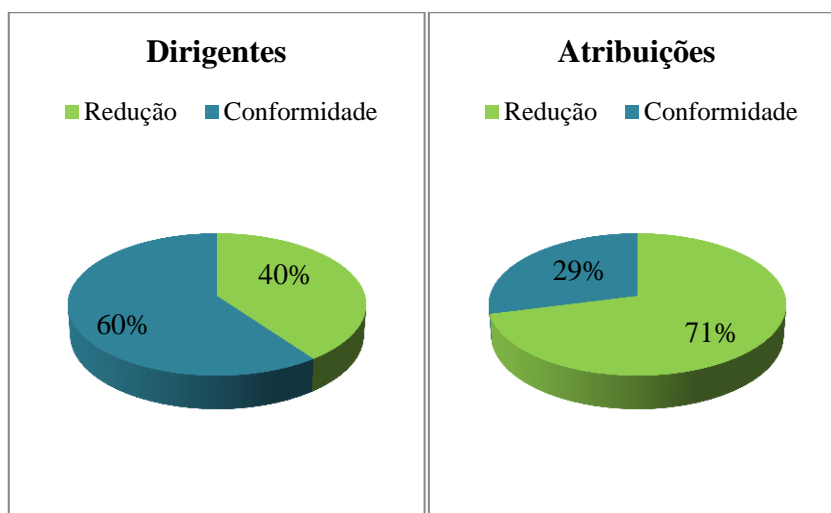
### ➤ Atribuições

Das vinte e uma atribuições definidas no anterior diploma mantêm-se seis delas sem que estas sofressem alterações. As outras quinze atribuições são eliminadas. Reduzindo assim, as atribuições em 71%.

**Tabela 14- Redução resultante do PREMAC na estrutura do IAPMEI, I.P.**

	Diploma Anterior	PREMAC	Redução (%)
Dirigentes	5	3	40
Atribuições	21	6	71

**Gráfico 12- Redução resultante do PREMAC na estrutura do IAPMEI, I.P.**



### **Instituto Português da Qualidade, I.P.**

No Instituto Português da Qualidade, I.P. verificou-se que:

### ➤ Estrutura

Comparando o anterior diploma orgânico do organismo com o novo diploma orgânico resultante do PREMAC pode verificar-se que, a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como organismo da administração indirecta do Ministério da Economia.



Quanto ao número de dirigentes manteve-se os três dirigentes.

➤ **Missão**

A missão manteve-se a mesma estabelecida no anterior diploma.

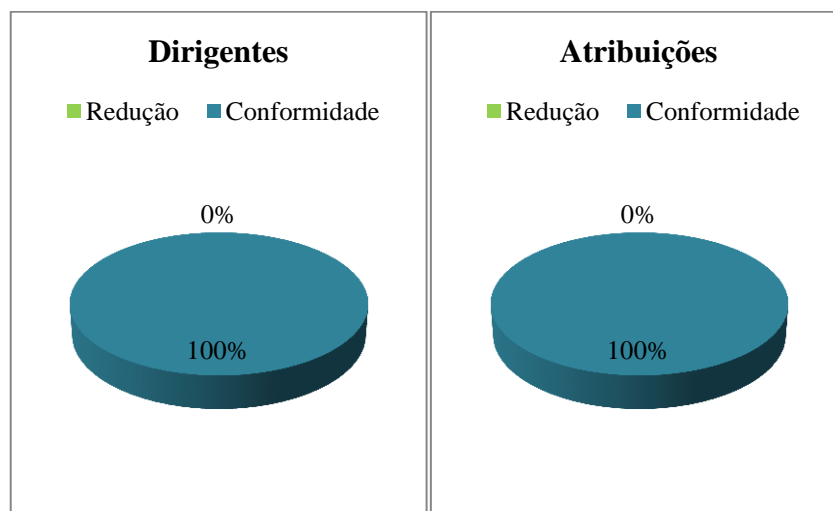
➤ **Atribuições**

As quatro atribuições definidas no anterior diploma mantêm-se, sendo que uma delas sofre alterações.

**Tabela 15- Redução resultante com o PREMAC na estrutura do IPQ, I.P.**

	Diploma Anterior	PREMAC	Redução (%)
Dirigentes	3	3	0
Atribuições	4	4	0

**Gráfico 13- Redução resultante do PREMAC na estrutura do IPQ, I.P.**



## **5. Conclusão**

O programa do XVII Governo Constitucional define orientações tendentes a concretizar o estabelecimento de um novo rumo visando a retoma do crescimento da economia nacional, o reforço do papel de Portugal no contexto da Europa e do Mundo e a devolução à sociedade civil da confiança e vontade de participar de forma activa num projecto global de relançamento da economia nacional.

Ao nível da Administração Pública, o objectivo era o de promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência pela simplificação, racionalização e automatização, que possibilitassem a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos.

As orientações gerais definidas, relativas à reorganização dos serviços centrais dos Ministérios para o exercício de funções de apoio à governação, de gestão de recursos, de natureza consultiva e coordenação interministerial e de natureza operacional, e relativas também à reorganização dos serviços desconcentrados de nível regional, sub-regional e local e à descentralização de funções, confinam, desde logo, a introdução de um novo modelo organizacional que tem por base a racionalização de estruturas, o reforço e a homogeneização das funções estratégicas de suporte à governação, a aproximação da Administração Central dos cidadãos e a devolução de poderes para o nível local ou regional.

Então, importa criar e desenvolver mecanismos destinados a aumentar a competitividade da economia portuguesa, através da inovação tecnológica de produtos e serviços, de processos e das formas e métodos de organização e gestão.

A aposta na construção de um Portugal moderno, com um crescimento económico sustentável, apoiado no conhecimento, na tecnologia e na inovação, devolvendo à sociedade um papel activo, interventor e empreendedor, implica a redefinição da estrutura organizacional da Administração Pública de modo a contribuir para um ambiente empresarial mais dinâmico.

Tal significa que as reformas devem ser efectuadas a todos os níveis, sobretudo nos serviços e organismos do Estado, de modo a que as estruturas sejam mais eficientes e com o objectivo de facilitar a iniciativa empresarial e favorecer o desenvolvimento económico.

O PRACE, criado pelo XVII Governo Constitucional, integra-se no movimento internacional de modernização dos países da OCDE nomeadamente ao procurar: uma governação mais aberta; focalizar-se na criação de instrumentos de medida da realização das políticas públicas; reestrutura os organismos de controlo e os mecanismos de prestação de contas; flexibilizar as estruturas e processos de gestão; ao fomentar o fortalecimento do uso de mecanismo de tipo mercado; ao discriminar positivamente os melhores funcionários. O PRACE constituiu um dos elementos da modernização administrativa em Portugal, que teve como objectivo redesenhar a estrutura da Administração Directa e Indirecta do Estado, aproximando-a dos cidadãos e criando as condições para que a Administração seja um motor do desenvolvimento. Promoveu um novo modelo de organização dos serviços ministeriais, redefinindo as macro-estruturas dos ministérios – novo modelo de organização com reforço das funções estratégicas (planeamento, avaliação e controlo) e normativa (regulação e fiscalização); desenvolvendo os Serviços Partilhados; implementando dois modelos de desconcentração de serviços da Administração Central do Estado, regiões NUTS II e Distritos, substituindo cerca de 30 modelos pré-existentes.

A orgânica do Ministério da Economia e da Inovação (objecto de estudo desta investigação) procura responder aos desafios de simplificação e modernização das estruturas públicas e de favorecimento da melhoria competitiva das empresas, pelo que, reflecte um modelo de funcionamento assente numa parceria entre as políticas públicas e os agentes económicos e as suas estruturas associativas.

Por outro lado, a orgânica contempla uma profunda simplificação, com diminuição do número de estruturas num quadro de separação das funções regulamentares, conceptuais e operacionais, e de fiscalização, inspecção e sancionamento.

Actualmente, o XIX Governo Constitucional criou um “novo PRACE”, o qual tem a designação de PREMAC. O Governo refere que se trata de algo absolutamente estruturante, por um lado, para o início de uma nova fase da reforma da Administração Pública, no sentido de a tornar eficiente e racional na utilização dos recursos públicos e, por outro, para o cumprimento dos objectivos de redução da despesa pública a que o país está vinculado. Com efeito, mais do que nunca, a concretização simultânea dos objectivos de racionalização das estruturas do Estado e de melhor utilização dos seus recursos humanos é decisiva no processo de modernização e de optimização do funcionamento da Administração Pública.

Neste sentido, o Governo menciona que importava decididamente repensar e reorganizar a estrutura do Estado, no sentido de lhe dar uma maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções que deverá assegurar, eliminando redundâncias e reduzindo substancialmente os seus custos de funcionamento.

Assim, ao levar a cabo a integração num só departamento governamental de atribuições e competências, bem como de serviços, organismos e estruturas, anteriormente distribuídos por diversos ministérios permite, ao nível da Administração Directa do Estado, a obtenção de sinergias, bem como a eliminação de duplicações desnecessárias, procedendo ainda à reorganização dos serviços desconcentrados de nível regional. Por outro lado, no plano da Administração Indirecta do Estado, procede-se à fusão de vários institutos públicos, procurando promover a respectiva eficiência, sem pôr em causa a coerência das respectivas áreas de actuação.

Relativamente ao Ministério da Economia e do Emprego (objecto de estudo desta investigação), o Governo diz que com o objectivo de o dotar de uma estrutura flexível e assegurar a necessária coerência e transversalidade da acção governativa, prevê-se ainda o exercício de diversas competências, designadamente relativas a institutos públicos, em articulação com outros departamentos governamentais.

Procede-se à extinção de serviços e organismos cuja existência se revela desnecessária ou redundante no âmbito do actual modelo organizativo do Ministério da Economia e do Emprego ou que a experiência revelou não serem os mais adequados à prossecução dos objectivos que ditaram a respectiva criação, como os controladores financeiros.

Após a análise dos resultados a que se chegou ao longo deste trabalho, pode-se responder à pergunta central que consiste em saber em que medida as recomendações da Comissão Técnica do PRACE foram adoptadas nos diplomas orgânicos das entidades do Ministério da Economia e da Inovação?

Tendo em conta o PRACE, na Direcção-Geral das Actividades Económicas verificou-se que a estrutura recomendada pelo PRACE foi implementada, existindo, no entanto, divergências quanto ao número de Subdirectores-Gerais. A recomendação era de quatro Subdirectores-Gerais e optou-se apenas por dois. A missão recomendada pelo PRACE também foi implementada, sendo que diverge ao não coordenar o Sistema Português da Qualidade. As atribuições recomendadas eram oito e destas foram implementadas quatro.

Existem ainda divergências ao nível das unidades orgânicas nucleares: eram recomendadas catorze unidades internas e verifica-se que se adoptaram oito unidades internas.

Quanto às competências das unidades internas verificou-se que, na DSCREE foram implementadas oito das nove competências recomendadas. Na DSCREE foram implementadas seis das sete competências recomendadas. Sendo a competência não implementada substituída por outra. Na DSIT foram implementadas quatro das cinco competências recomendadas. Sendo a competência não implementada substituída por outra e ainda foram adicionadas mais duas competências. Na DSCES foram implementadas as quatro competências recomendadas. Sendo ainda adicionadas mais cinco competências. Na DSTES, em matéria de Turismo foi implementada uma das oito competências recomendadas. Sendo substituídas quatro das competências não implementadas, as restantes três competências não implementadas foram eliminadas. Em matéria de Empresas de Serviços foram implementadas as três competências recomendadas. Sendo ainda adicionada uma competência. Na DSDS foram

implementadas seis das sete competências recomendadas. A restante foi eliminada. Na DSPCE foram implementadas as oito competências recomendadas. Na DSCODRE foi implementada a competência recomendada. Sendo ainda adicionada mais uma competência.

Então pode concluir-se que a Direcção-Geral das Actividades Económicas conseguiu ir mais além do que o recomendado pelo PRACE, reduzindo ainda mais do que o esperado em relação ao número de dirigentes, ao número de atribuições, e ao número de unidades internas. Já quanto às competências das unidades internas só conseguiu reduzir, em relação ao recomendado, competências em três unidades internas. Por outro lado, aumentou o número de competências em quatro unidades internas. E manteve, o número de competências recomendadas em duas unidades internas.

Tendo em conta o PREMAC, na Direcção-Geral das Actividades Económicas verificou-se que a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como serviço central do Ministério da Economia. Quanto ao número de dirigentes, anteriormente verificava-se um Director-Geral e dois Subdirectores-Gerais passando a ser dirigida por um Director-Geral, coadjuvado por um Subdirector-Geral. A missão manteve-se a mesma estabelecida no anterior diploma. Das quatro atribuições definidas no anterior diploma duas delas mantêm-se, embora sofram algumas alterações. As outras duas atribuições são substituídas por outras.

Então pode concluir-se que a Direcção-Geral das Actividades Económicas conseguiu ir mais além em relação ao anterior diploma orgânico do organismo, no que toca a uma redução do número de dirigentes.

Tendo em conta o PRACE, na Direcção-Geral do Consumidor verificou-se que a estrutura recomendada pelo PRACE foi implementada, existindo, no entanto, divergências quanto ao número de Subdirectores-Gerais. A recomendação era de dois e verifica-se a existência de um Subdirector-Geral. A missão recomendada pelo PRACE também foi implementada, não se registando divergências. As atribuições recomendadas eram dezanove e destas foram implementadas oito. Das restantes onze

atribuições recomendadas pelo PRACE uma é substituída por outra atribuição e as outras dez não são implementadas. A DGC apenas prossegue oito atribuições (duas das atribuições recomendadas são agrupadas numa só).

Existem ainda, divergências ao nível das unidades orgânicas nucleares, eram recomendadas oito unidades internas e verifica-se apenas quatro unidades internas, agrupando duas delas numa só, obtendo assim, três unidades internas.

Quanto às competências das unidades internas verificou-se que, na DSDC foram implementadas as dezassete competências recomendadas. Na DSAISC, em matéria de Consumo foram implementadas as oito competências recomendadas. Em matéria de Segurança foram implementadas três das quatro competências recomendadas. Sendo a competência não implementada substituída por outra. Na DSCC foram implementadas as dezoito competências recomendadas. Sendo ainda adicionadas mais quatro competências.

Então pode concluir-se que a Direcção-Geral do Consumidor conseguiu ir mais além do que o recomendado pelo PRACE, reduzindo ainda mais do que o esperado em relação ao número de dirigentes, ao número de atribuições, e ao número de unidades internas. Já quanto às competências das unidades internas não se conseguiu reduzir competências em nenhuma unidade interna. Por outro lado, aumentou o número de competências numa unidade interna. E manteve, o número de competências recomendadas em três unidades internas.

Tendo em conta o PREMAC, na Direcção-Geral do Consumidor verificou-se que a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como serviço central do Ministério da Economia. Quanto ao número de dirigentes, anteriormente verificava-se um Director-Geral e um Subdirector-Geral passando a ser dirigida apenas por um Director-Geral. A missão manteve-se a mesma estabelecida no anterior diploma. Das oito atribuições definidas no anterior diploma quatro delas mantêm-se embora uma sofra alterações. Três delas são substituídas por outras. E uma é eliminada.

Então pode concluir-se que a Direcção-Geral do Consumidor conseguiu ir mais além em relação ao anterior diploma orgânico do organismo, no que toca a uma redução do número de dirigentes e de atribuições.

Tendo em conta o PRACE, no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. verificou-se que a estrutura recomendada pelo programa de reestruturação foi implementada. Houve uma pequena alteração ao nome do instituto passando este a designar-se por Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. em vez de Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, I.P. Existem divergências quanto ao número de vice-presidentes. A recomendação era de quatro vice-presidentes e verificou-se um vice-presidente e três vogais. A missão recomendada foi implementada. As atribuições recomendadas pelo PRACE eram nove e foram implementadas todas, no entanto, houveram alterações (duas delas foram agrupadas numa só atribuição). E ainda, foram implementadas mais treze atribuições, sendo que no total, o IAPMEI, I.P. prossegue vinte e uma atribuições.

Existem ainda divergências ao nível das unidades orgânicas nucleares, eram recomendadas nove unidades e verifica-se oito unidades.

Quanto às competências das unidades internas verificou-se que, na DGOR foram implementadas as duas competências recomendadas. Na DPI foram implementadas duas das três competências recomendadas. Sendo a competência não implementada substituída por outra e ainda adicionada mais uma competência. Na DAGRE foram implementadas as duas competências recomendadas. Sendo ainda adicionadas mais quatro competências. Na DJIC foram implementadas as três competências recomendadas. Sendo ainda adicionadas mais duas competências. Na DAE foram implementadas as duas competências recomendadas. Sendo ainda adicionadas mais duas competências. Na DJA, em matéria Jurídica foi implementada a competência recomendada. Em matéria de Auditoria foi implementada uma das três competências recomendadas. Sendo as restantes duas competências eliminadas.

Então pode concluir-se que o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. conseguiu ir mais além do que o recomendado pelo PRACE, reduzindo ainda mais do que o esperado em relação ao número de unidades internas. Por outro



lado, aumentou o número de atribuições em relação ao recomendado. E manteve o número de dirigentes.

Já quanto às competências das unidades internas conseguiu reduzir, em relação ao recomendado, competências somente numa unidade interna. Por outro lado, aumentou o número de competências em quatro unidades internas. E manteve, o número de competências recomendadas em duas unidades internas.

Tendo em conta o PREMAC, no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. verifica-se que a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como organismo da administração indirecta do Ministério da Economia. Quanto ao número de dirigentes, anteriormente era composto por um presidente e um vice-presidente e três vogais passando a ser composto por um presidente e dois vogais. A missão manteve-se igual à estabelecida no anterior diploma. Das vinte e uma atribuições definidas no anterior diploma mantêm-se seis delas sem que estas sofressem alterações. As outras quinze atribuições são eliminadas.

Então pode concluir-se que o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. conseguiu ir mais além em relação ao anterior diploma orgânico do organismo, no que toca a uma redução do número de dirigentes e de atribuições.

Tendo em conta o PRACE, no Instituto Português da Qualidade, I.P. verifica-se que a proposta do PRACE: “transição das atribuições relativas à metrologia para a DGE, a externalização das funções relativas à normalização para uma associação de direito privado, e a extinção do Instituto Português da Qualidade, I.P.”, não foi implementada. O IPQ, I.P. manteve-se na estrutura do Ministério da Economia e da Inovação, como organismo da administração interna do Estado, não se verificando o que era recomendado pelo PRACE.

Tendo em conta o PREMAC, no Instituto Português da Qualidade, I.P. verifica-se que a estrutura anterior manteve-se no que toca à sua continuação como organismo da administração indirecta do Ministério da Economia. Quanto ao número de dirigentes manteve os três dirigentes. A missão manteve-se igual à estabelecida no anterior

diploma. As quatro atribuições definidas no anterior diploma mantêm-se, sendo que uma delas sofre alterações.

Então pode concluir-se que o Instituto Português da Qualidade, I.P. manteve a estrutura, a missão e as atribuições constantes no anterior diploma orgânico do organismo.

Em jeito de síntese, após a análise na perspectiva do PRACE aos quatro organismos objecto de estudo desta dissertação, pode verificar-se que os diplomas orgânicos da Direcção-Geral das Actividades Económicas e da Direcção-Geral do Consumidor definem uma estrutura que apresenta maiores reduções do que as previstas no PRACE, na medida em que conseguiram diminuir o número de dirigentes, de atribuições e de unidades internas. Já o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. só consegue ir para além das recomendações no que toca o número de unidades internas. Por sua vez, o Instituto Português da Qualidade, I.P. não segue o recomendado pelo PRACE, pois não foi extinto como se pretendia. Quanto à redução de competências nas unidades internas dos organismos, esta verifica-se na Direcção-Geral das Actividades Económicas.

Na perspectiva do PREMAC, a Direcção-Geral do Consumidor e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, I.P. reduziram o número de dirigentes e de atribuições em relação ao que constava no anterior diploma orgânico dos organismos. A Direcção-Geral das Actividades Económicas só o fez em relação ao número de dirigentes. O Instituto Português da Qualidade, I.P. mantém tudo em conformidade com o anterior diploma.

Como consideração final, pode-se apontar, com base na comparação entre as recomendações dos Grupos de Trabalho designados pelo Governo e o que é vertido em diploma orgânico, que a reestruturação do aparelho administrativo está a ser feita, em geral na pasta da economia, em conformidade com os desígnios das instâncias da alta governação.

## Bibliografia

Antunes, Eugénio (2007). “Os Movimentos de Reforma e a Redefinição do Papel do Estado”. In Juan Mozzicafreddo; João Salis Gomes; João S. Batista (org.). *Interesse Público: Estado e Administração*, Lisboa: Celta, pp. 399-432.

Arana, Jaime Rodriguez (2003). “O Quadro das Reformas Administrativas”. In Juan Mozzicafreddo; João Salis Gomes; João S. Batista (org.). *Ética e administração: como modernizar os serviços públicos?*, Oeiras : Celta, pp. 125-142.

Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de (2000). “O Modelo de Agência Como Instrumento de Reforma da Administração (conference object)”. Lisboa: Fórum 2000 – Reforma do Estado e Administração Pública Gestionária, ISCSP, Fundação Calouste Gulbenkian.

Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de (2004). “A Reforma da Gestão Pública: do mito à realidade (conference object)”. Braga: Seminário Internacional Luso-Galaico “A Reforma da Administração Pública: apostas e casos de sucesso”. (<http://hdl.handle.net/1822/3312>)

Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de (2005). “A Reforma Administrativa em Portugal: em busca de um novo paradigma (working paper)”. Braga: Universidade do Minho - Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas. (<http://hdl.handle.net/1822/3274>)

Barata, Óscar Soares (2000). “A história da modernização administrativa”. In João Bilhim; João Pereira Neto; Júlio Dá Mesquita Gonçalves; Óscar Soares Barata (coord.). *Reformar a Administração Pública: um imperativo*, Lisboa: ISCSP, pp. 27-30.

Batista, João da Silva (2003). “Funcionários Públicos e Políticas Públicas”. In Juan Mozzicafreddo; João Salis Gomes; João S. Batista (org.). *Ética e administração: como modernizar os serviços públicos?*, Oeiras : Celta, pp. 219-243.

Bilhim, João (2000a). *Ciência da Administração*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bilhim, João (2000b). “Reduzir o insustentável peso do Estado para aumentar a leveza da Administração” In *Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas*, Fórum: Modernizar a Administração Pública, volume I, nº1, pp. 18-37.

Bilhim, João Abreu de Faria (2006). *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*. 2ª edição, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Carmo, Hermano; Manuela Malheiro Ferreira (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para a Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, Elisabete Reis de (2001). *Reengenharia na Administração Pública – A Procura de Novos Modelos de Gestão*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política.

Carvalho, Elisabete de (2006). “Gerir a Burocracia em Tempo de Reforma Administrativa”. In Óscar Soares Barata (coord.). *Temas e Problemas de Ciências do Trabalho*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 183-189.

Carvalho, Elisabete Reis de (2008). *Agendas e Reforma Administrativa em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Administração Pública, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Dias, Damasceno; Lopes, Albino; Parreira, Pedro (2011). *Fusões e Aquisições – O papel central da liderança intermédia na gestão de choque de culturas*”, 1ª edição, Editora RH.

Gonçalves, Júlio Dá Mesquita (2000a). “A Reforma Administrativa em Portugal”. In *Revista trimestral Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, volume XXII, nº14, pp. 127-145.

Gonçalves, Júlio Dá Mesquita (2000b). “Para uma Administração Pública do século XXI- O caminho das causas das buropatologias”. In João Bilhim, João Pereira Neto; Gonçalves, Júlio Dá Mesquita; Barata, Óscar Soares (org.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gestionária*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 87-95.

Gouveia, Carla Miguel (2007). “Cartografia dos Recursos Humanos na Administração Pública Portuguesa”. In Juan Mozzicafreddo; João Salis Gomes; João S. Batista (org.). *Interesse Público: Estado e Administração*, Lisboa: Celta, pp. 69-107.

Henriques, Denise (2007). “Serviço de Imprensa da EU e Modernização Administrativa”. In Juan Mozzicafreddo; João Salis Gomes; João S. Batista (org.). *Interesse Público: Estado e Administração*, Lisboa: Celta, pp. 267-294.

Hood, Christopher (1991). “*A Public Management for All Seasons?*” *Public Administration*. 69 (1), 3-19.

Mozzicafreddo Juan; Salis, Gomes João; Batista, João S. (organizadores) (2003). *Ética e administração : como modernizar os serviços públicos?*, Oeiras : Celta.

Mozzicafreddo Juan; Salis, Gomes João; Batista, João S. (organizadores) (2007). *Interesse Público: Estado e Administração*, Lisboa: Celta.

Nunes, Pedro (2004). *Sebenta de Organização e Gestão Pública: textos de apoio*, Barcelos: Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Rocha, J. A. Oliveira (2000). “Modelos de Gestão Pública” In *Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas*, Fórum: Modernizar a Administração Pública, volume I, nº1, pp. 6-16.

Rocha, J. A. Oliveira (2001). *Gestão Pública e Modernização Administrativa*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

Rocha, J. A. Oliveira (2007). *Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública*. Lisboa: Escolar Editora.

Rocha, J. A. Oliveira (2009). *Gestão Pública, Teorias, Modelos e Prática*, Braga: Universidade do Minho.

#### Fontes:

Portugal: Programa do XVII Governo Constitucional – [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt).

Portugal: informações sobre o Ministério da Economia e do Emprego – <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego.aspx>

Portugal: informações sobre a Direcção-Geral das Actividades Económicas – [www.dgae.min-economia.pt](http://www.dgae.min-economia.pt)

Portugal: informações sobre a Direcção-Geral do Consumidor – [www.consumidor.pt](http://www.consumidor.pt)

Portugal: informações sobre o Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. – <http://www.iapmei.pt/index.php>

Portugal: informações sobre o Instituto Português da Qualidade, I.P. - [http://www.ipq.pt/backhtmlfiles/ipq\\_mei.htm](http://www.ipq.pt/backhtmlfiles/ipq_mei.htm)

Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009

Programa do XIX Governo Constitucional

Relatório de execução do PREMAC, 2011

Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE – I a III, Julho de 2006.

Relatório Final do PRACE – Micro-Estruturas, MEI, Julho de 2006.

Relatório Sectorial do PRACE – MEI, Janeiro de 2006.

#### Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2005, de 15 de Abril.

Decreto-Lei nº 208/2006, de 27 de Outubro.

Decreto-Lei nº 126-C/2011, de 29 de Dezembro.

Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril.

Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril.

Despacho nº 16 986/2007.

Despacho nº 23 114/2007.

Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril.

Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril.

Portaria nº 565/2007, de 30 de Abril.

Portaria nº 567/2007, de 30 de Abril.

Resolução do Conselho de Ministros nº 124/2005.

Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2006.

## **ANEXOS**



**PRACE**

## Direcção-Geral das Actividades Económicas

Tendo como base os principais diplomas que enquadram a estrutura organizacional da Direcção-Geral das Actividades Económicas resulta a seguinte tabela:

<b>Recomendação PRACE</b>	<b>Implementado</b>	<b>Onde se afere a implementação</b>	<b>Divergências</b>	<b>Unidade Orgânica Responsável</b>
<b>Quanto à Estrutura</b>				
Criação da Direcção-Geral das Actividades Económicas, extinguindo assim a Direcção-Geral da Empresa e a Direcção-Geral do Turismo.	Sim	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril.		Direcção-Geral das Actividades Económicas.
Estrutura proposta: estrutura mista, constituída por um Director-Geral e quatro Subdirectores-Gerais. Constituída por catorze unidades internas.	Sim	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 3º (quanto aos órgãos).  Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º (quanto às unidades orgânicas).	Constituída por um Director-Geral e dois Subdirectores-Gerais.  Constituída por oito unidades orgânicas nucleares.	Direcção-Geral das Actividades Económicas.
<b>Quanto à Missão</b>				
Conceber, promover e desenvolver a política da empresa nas áreas da indústria extractiva e transformadora, do comércio e dos serviços e do turismo, no espaço nacional e nos mercados alvo de estratégia pública e empresarial, coordenar o Sistema Português da Qualidade, com intervenção específica nos subsistemas da normalização e da metrologia legal, coordenar a intervenção do MEI nas áreas da política comercial da União Europeia e do relacionamento económico externo, assegurando a coordenação do relacionamento	Sim	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº1 e artigo 5º.	Promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à concepção, execução, divulgação e avaliação das políticas dirigidas às actividades da	Direcção-Geral das Actividades Económicas.

bilateral e multilateral e coordenar a acção regional no âmbito dos diferentes domínios da actividade do MEI.			indústria transformadora, do comércio, do turismo e dos serviços, e assegurando a coordenação das relações internacionais no âmbito de actuação do MEI.	
<b>Quanto às Atribuições</b>				
Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de um quadro de actuação propício à eficiência e utilização de novas abordagens organizacionais, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, dimensionamento e internacionalização das empresas e das marcas, nos domínios da indústria, do comércio e serviços e do sector do turismo, agindo nos domínios da concepção, simplificação, acompanhamento e avaliação da regulamentação nacional e internacional e das políticas sectoriais.	Não	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Não foi substituída por nenhuma outra atribuição.	
Promover a articulação das políticas de empresa com outras políticas públicas no domínio do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, visando o crescimento da produtividade e da competitividade em harmonia com o desenvolvimento sustentável, nos planos nacional e da União Europeia.	Não	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Não foi substituída por nenhuma outra atribuição.	
Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas sectoriais, acompanhando a execução das medidas delas decorrentes, <u>de forma a permitir a avaliação dos seus efeitos nos planos nacional e da União Europeia.</u>	Sim	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, a).	“(…), de forma a potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da competitividade	Direcção-Geral das Actividades Económicas.

			empresarial”.	
Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo,(*), apoiando o Governo no acompanhamento da actividade das organizações internacionais de carácter económico e no contributo para a formulação e execução da política de empresa, da política comercial comum e da vertente económica da política de relações externas da União Europeia.	Sim	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, b).	(*) em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.	Direcção-Geral das Actividades Económicas.
Gerir, coordenar e desenvolver o Sistema Português da Qualidade (SPQ) numa perspectiva de integração de todas as componentes relevantes para a melhoria da qualificação de pessoas, de produtos, de serviços e de sistemas, garantindo a unidade de acção dos subsistemas da qualificação, da normalização e da metrologia.	Não	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Não foi substituída por nenhuma outra atribuição.	
Assegurar a coordenação e harmonização de práticas e procedimentos das DRE nas respectivas áreas geográficas, no âmbito da prestação de serviços nos domínios da indústria, comércio e serviços, energia e turismo.	Sim	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, d).	Não especifica que seja no âmbito da prestação de serviços nos domínios da indústria, comércio e serviços, energia e turismo.	

Assegurar a coordenação das relações comunitárias e multilaterais, no âmbito dos diferentes domínios da actividade do MEL.	Sim	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, c).	Coordenar a operacionalidade das intervenções regionais e harmonização de práticas e procedimentos das direcções regionais de economia nas respectivas áreas geográficas, mediante despacho do Ministro da Economia e da Inovação.	
Apoiar o Governo na tomada de decisão em situações de crise ou de emergência, no âmbito da lei, e proporcionar os meios para o funcionamento permanente da Comissão de Planeamento Industrial de Emergência (CPIE).	Não	Decreto Regulamentar nº 56/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Não foi substituída por nenhuma outra atribuição.	
<b>Quanto às Competências</b>				
<b>Unidade Interna:</b> <b>Comissão de Planeamento Industrial de Emergência (CPIE)</b>	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Não foi substituída por nenhuma outra unidade interna.	
Elaborar e submeter à aprovação da tutela, depois de ouvido o Conselho Nacional de Planeamento Civil de emergência (CNPCE) os diplomas, planos e outras disposições que minimizem as vulnerabilidades detectadas do sector, traduzindo assim as políticas de planeamento civil de emergência de que são responsáveis.				

Elaborar estudos e informações, obtendo, quando necessário, a colaboração dos serviços competentes, públicos ou privados, ou de especialistas.				
Identificar as entidades públicas ou privadas que devem desempenhar missões relacionadas com o planeamento civil de emergência do sector, promovendo e apoiando os estudos para a sua adaptação às situações de crise ou de tempo de guerra.				
Requerer, de entidades públicas ou privadas, dados e outras informações de que necessitam.				
Assegurar-se do estado de preparação e prontidão do sector para a execução dos planos aprovados.				
Participar no esclarecimento das populações acerca do planeamento civil de emergência, em coordenação com o CNPCE.				
Participar e apoiar a representação nacional nas actividades desenvolvidas a nível das organizações internacionais no domínio do planeamento civil de emergência.				
Fazer propostas para adequar a legislação às necessidades nacionais e aos compromissos assumidos em instâncias internacionais em matérias respeitantes aos seus objectivos.				
Preparar o sector respectivo, mediante a participação e realização de exercícios e treinos.				

Participar nos trabalhos e outras actividades sectoriais, relacionados com o PCE, nos órgãos pertencentes à NATO, UE e a outros organismos internacionais congéneres, sob coordenação do CNPCE.				
Propor a nomeação e promover a preparação dos representantes nacionais, técnicos especialistas e outros elementos para as estruturas civis de gestão de crises das instâncias internacionais.				
Participar nos estudos coordenados pelo CNPCE.				
Informar o CNPCE das conclusões resultantes das reuniões ordinárias e extraordinárias da CPE, que se enquadrem nos objectivos do PCE.				
<b>Unidade Interna:</b>  <b>Direcção de Serviços Administrativos (DSA)</b>	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Não foi substituída por nenhuma outra unidade interna.	
Assegurar o apoio administrativo aos órgãos e unidades internas da DGAE, em articulação com a SGMEI através do modelo de serviços partilhados.				
<b>Unidade Interna:</b>  <b>Gabinete de Apoio à Presidência da União Europeia (GAPUE)</b>	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Não foi substituída por nenhuma outra unidade interna.	
Preparar as bases de suporte à Presidência Portuguesa da União Europeia nos domínios económicos, que envolvem, a competitividade empresarial, o sector industrial e o comércio os serviços.				

<p><b>Unidade Interna:</b></p> <p><b>Gabinete de Apoio à Coordenação do Sistema Português da Qualidade (GACSPQ)</b></p>	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	<p>Não foi substituída por nenhuma outra unidade interna.</p> <p>O IPQ,I.P. não foi extinto e por isso as suas competências não transitaram para a DGAE.</p>	
Assegurar o apoio à coordenação do SPQ, garantindo a unidade de acção dos subsistemas da qualificação, da normalização e da metrologia, numa perspectiva de integração de todas as componentes relevantes para a melhoria da qualificação de pessoas, de produtos, de serviços e de sistemas.				
Recolher e tratar informação para o desenvolvimento do SPQ, bem como apoiar o intercâmbio entre Portugal e as entidades nacionais, europeias e internacionais, assegurando pela DGAE.				
<p><b>Unidade Interna:</b></p> <p><b>Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas (DSCREE)</b></p>	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	<p>Designação adoptada:</p> <p>Direcção de Serviços de Coordenação do Relacionamento Económico Externo (DSCREE).</p>	Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas.
Coordenar o apoio técnico da DGE na preparação do Conselho de Ministros da União Europeia em domínios relevantes para a intervenção do MEI.	Sim	<p>Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, a).</p> <p>Despacho nº 23114/2007, c), i).</p>	Em vez de ser “(...) da DGE” é “(...) da DGAE”.	Divisão de Competitividade e Mercado Interno.



Coordenar e dinamizar a intervenção dos serviços e organismos do MEI, no âmbito comunitário e internacional, e iniciativas enquadráveis no domínio da cooperação técnico-institucional com países terceiros no âmbito da ajuda pública ao desenvolvimento.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, b).  Despacho nº 23114/2007, c), ii).		Divisão de Energia, Ambiente e Consumidor.
Acompanhar, dinamizar e prestar apoio técnico aos serviços e organismos do MEI em matéria de transposição de directivas e de aplicação de outros actos normativos comunitários.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, c).  Despacho nº 23114/2007, c), i).		Divisão de Competitividade e Mercado Interno.
Estudar, acompanhar e coordenar a adopção e a implementação dos normativos comunitários em matéria de ajudas do Estado nas áreas abrangidas nas atribuições do MEI.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º.	Esta competência não é substituída por nenhuma outra.	
Contribuir para a definição da posição portuguesa na vertente económica da política de relações externas da União Europeia.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, e).		Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas.

Colaborar na preparação e na negociação da vertente de relacionamento bilateral em matéria económica de Portugal com países terceiros, participando nas comissões mistas e noutras reuniões ou encontros oficiais promovidos neste âmbito.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, d).	Contribuir para a definição e execução da política externa em matéria económica, nomeadamente na preparação e negociação do relacionamento bilateral de Portugal com países terceiros, através da participação em comissões mistas e outras reuniões ou encontros oficiais promovidos neste âmbito.	Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas.
Acompanhar o alargamento da União Europeia e a evolução do relacionamento de Portugal com os respectivos países no que respeita à componente económica, procurando antecipar a identificação das consequências e o impacte desses processos negociais para a economia e as empresas portuguesas.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, f).		Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas.
Acompanhar, propor e participar em processos de definição de estratégias de envolvimento do tecido empresarial nacional nas dinâmicas criadas pela actuação dos diversos organismos e instrumentos financeiros internacionais, designadamente programas de assistência financeira e técnica da União Europeia e projectos de ajuda pública ao desenvolvimento financiados pelos diferentes organismos e instituições financeiras internacionais.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, g).		Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas.

Participar em estruturas formais de apoio à actuação das empresas nacionais no exterior e contribuir para a promoção de um ambiente propício a uma atitude mais cooperante entre empresas e mais informada sobre os condicionalismos de uma actuação competitiva à escala global.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, h).		Direcção de Serviços de Coordenação das Relações Económicas Externas.
<b>Unidade Interna:</b>  <b>Direcção de Serviços para a Inovação e a Competitividade Empresarial (DSICE)</b>	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.		Direcção de Serviços para a Inovação e a Competitividade Empresarial.
Promover um quadro disciplinador e motivador <u>para a adopção pelas empresas</u> , estimulando a inovação empresarial e fomentando uma cultura empreendedora, nomeadamente nas áreas críticas para o reforço da competitividade associadas à criação de empresas inovadoras, à valorização dos recursos humanos e à adopção de boas práticas.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, a).  Despacho nº 23114/2007, b), ii).	“(…) para a modernização empresarial (…).	Divisão de Política de Empresa.
Promover a divulgação e identificação de instrumentos de política de empresa, práticas e de vantagens competitivas, nomeadamente propondo a quantificação de objectivos, acompanhando e promovendo uma análise comparada de experiências e da avaliação de progressos.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, b).  Despacho nº 23114/2007, b), ii).		Divisão de Política de Empresa.
Estimular o desenvolvimento de uma visão sistémica do contexto empresarial, designadamente no âmbito da inovação tecnológica, da formação especializada, da organização e gestão empresarial e da comercialização de produtos e serviços.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, c).  Despacho nº 23114/2007, b), ii).		Divisão de Política de Empresa.

Promover a utilização das tecnologias de informação e comunicação e de novas tecnologias aplicáveis à indústria, comércio e serviços.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, d).  Despacho nº 23114/2007, b), i).		Divisão dos Factores de Competitividad e.
Acompanhar a execução de programas e medidas de políticas sectoriais e de âmbito geral com reflexos nas empresas e avaliar o respectivo impacte no tecido económico, propondo ajustamentos para melhoria da eficiência.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, e).  Despacho nº 23114/2007, b), i).		Divisão dos Factores de Competitividad e.
Promover a intervenção da DGAE no âmbito da gestão de medidas de apoio a projectos de investimento.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, f).  Despacho nº 23114/2007, b), ii).		Divisão de Política de Empresa.
Desenvolver, com as direcções regionais da economia, um sistema de monitorização activo da aplicação dos regimes jurídicos do licenciamento das actividades económicas, avaliar a respectiva eficácia, na perspectiva da empresa, e promover os ajustamentos legislativos e operacionais que vierem a revelar-se necessários, assegurando a articulação adequada com os restantes sectores da administração central.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, g).	Competência substituída por uma outra.  g) Promover e preparar os contributos sectoriais das políticas a nível nacional e externo, na vertente económica do âmbito do Ministério da Economia e da Inovação (MEI).	

<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcção de Serviços de</b> <b>Indústria (DSI)</b>	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Designação adoptada: Direcção de Serviços da Indústria Transformadora (DSIT).	Direcção de Serviços da Indústria Transformadora .
Contribuir para a definição das políticas sectoriais específicas da indústria extractiva e transformadora.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, a).	Intervir na concepção e execução das políticas sectoriais para a indústria, propondo linhas de orientação e de enquadramento, e acompanhar a aplicação de medidas delas decorrentes procedendo à respectiva avaliação e formulando propostas visando optimizar a sua eficácia.	
Colaborar na divulgação de factores estratégicos da competitividade da indústria extractiva e transformadora.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, g).  Despacho nº 23114/2007, e), i).	Colaborar na divulgação de factores estratégicos da competitividade das empresas.	Divisão da Indústria Automóvel e Equipamento de Transporte.
Participar na elaboração da regulamentação comunitária e na sua aplicação na ordem jurídica nacional.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, e).  Despacho nº 23114/2007, e), i).		Divisão da Indústria Automóvel e Equipamento de Transporte.

Promover e divulgar o conhecimento sectorial sistemático e interdisciplinar actualizado.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, b).  Despacho nº 23114/2007, e), i).		Divisão da Indústria Automóvel e Equipamento de Transporte.
Manter actualizados todos os registos obrigatórios de actividades relativas ao sector.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 7º.	<p>Competência substituída por uma outra competência.</p> <p>Esta unidade interna adiciona ainda mais duas competências.</p> <p>c) Acompanhar as tendências da evolução sectorial das condições da oferta e da procura e a evolução dos preços dos bens e serviços;</p> <p>d) Propor regulamentação relativamente aos produtos, ao exercício da actividade e aos respectivos estabelecimentos;</p> <p>f) Assegurar o contacto com organismos congénere de outros países, especialmente da União Europeia, e com organismos internacionais.</p>	

<p><b>Unidade Interna:</b></p> <p><b>Direcção de Serviços do Comércio das Empresas de Serviços (DSCES)</b></p>	<p>Sim</p>	<p>Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.</p>	<p>Designação adoptada: Direcção de Serviços do Comércio e Distribuição (DSCES).</p> <p>As Empresas de Serviços foram integradas na Direcção de Serviços do Turismo e das Empresas de Serviços (DSTES).</p>	<p>Direcção de Serviços do Comércio e Distribuição.</p>
<p>Em matéria de comércio:</p>				
<p>Intervir na concepção e execução das políticas sectoriais para o comércio e acompanhar a aplicação de medidas delas decorrentes para a avaliação dos seus efeitos.</p>	<p>Sim</p>	<p>Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, a).</p> <p>Despacho nº 23114/2007, g), i).</p>	<p>Intervir na concepção e execução das políticas sectoriais para o comércio e serviços, propondo linhas de orientação e de enquadramento, e acompanhar a aplicação de medidas delas decorrentes procedendo à sua avaliação e formulando propostas visando optimizar a sua eficácia.</p>	<p>Divisão de Regulamentação e Acompanhamento Sectorial do Comércio.</p>

Promover uma política para o sector centrada na qualidade e na inovação através da participação e divulgação de acções de estudo comparado (benchmarking), da apresentação de experiências piloto e de demonstração, em iniciativas orientadas para o conhecimento e experiência (know-how) nacional que vise o desenvolvimento sustentado do sector.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, c).		Direcção de Serviços do Comércio e Distribuição.
Acompanhar as actividades e actuações na área do comércio sujeitas a regulamentação específica.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, e).  Despacho nº 23114/2007, g), i).	“(…), nomeadamente saldos, liquidações, feiras, mercados e exposições”.	Divisão de Regulamentação e Acompanhamento Sectorial do Comércio.
Assegurar o contacto com organismos congéneres de outros países, especialmente da União Europeia, e com organismos internacionais.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, d).  Despacho nº 23114/2007, g), i).		Divisão de Regulamentação e Acompanhamento Sectorial do Comércio.
Em matéria de empresas de serviços:			Está integrada na Direcção de Serviços do Turismo e das Empresas de Serviços (DSTES).	



Acompanhar a aplicação das medidas de política relativas aos serviços, procedendo à sua avaliação e formulando propostas visando otimizar a sua eficácia.	Sim	<p>Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, nº2, b).</p> <p>Despacho nº 23114/2007, f), ii).</p>	Intervir na concepção e execução das políticas sectoriais para as empresas de serviços, propondo linhas de orientação e de enquadramento, e acompanhar a aplicação de medidas delas decorrentes procedendo à sua avaliação e formulando propostas visando otimizar a sua eficácia.	Divisão das Actividades e Empresas de Serviços.
Propor as linhas de orientação e de enquadramento da actividade das empresas de serviços.	Sim	<p>Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, a).</p> <p>Despacho nº 23114/2007, f), ii).</p>		Divisão das Actividades e Empresas de Serviços.
Apoiar as negociações internacionais em matéria de serviços.	Sim	<p>Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, d).</p> <p>Despacho nº 23114/2007, f), ii).</p>		Divisão das Actividades e Empresas de Serviços.
		<p>Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, c).</p>	<p>Adiciona mais uma competência.</p> <p>c) Propor as adaptações legislativas que se revelem necessárias à</p>	Divisão das Actividades e Empresas de Serviços.

			prosecução dos objectivos das políticas sectoriais para as empresas de serviços.	
<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcção de Serviços da</b> <b>Qualidade (DSQ)</b>	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Não foi substituída por nenhuma outra unidade interna.  O IPQ, I.P. não foi extinto e por isso as suas competências não transitaram para a DGAE.	
Proceder à recolha, tratamento e divulgação da informação relevante para o desenvolvimento harmonioso do SPQ, assegurando, nomeadamente, o intercâmbio entre Portugal e as entidades internacionais nesta matéria.				
Garantir e desenvolver a qualidade através das entidades que, voluntariamente ou por inerência de funções, congreguem esforços para estabelecer princípios e meios que tenham por objectivo padrões de qualidade.				
Estabelecer formas específicas de associação de entidades públicas, mistas e privadas no SPQ.				
Acompanhar e analisar a evolução de sistemas de qualidade a nível nacional, europeu e internacional que sirvam para informar o Governo das medidas de política que entenda tomar.				

Estudar e implementar metodologias da qualidade conducentes ao desenvolvimento gestonário e organizacional dos agentes de desenvolvimento da sociedade portuguesa que contribuam para a sua modernização, produtividade e internacionalização, com base no reconhecimento da qualidade de pessoas, produtos, serviços e sistemas.				
Acompanhar e apoiar os trabalhos de implementação de projectos e programas da qualidade aos vários níveis e sectores da sociedade portuguesa, bem como colaborar em conformidade com as solicitações que lhe forem transmitidas.				
Dinamizar a promoção e sensibilização para a qualidade junto de todos sectores da sociedade portuguesa, como estratégia da produtividade, organização e competitividade nacionais.				
Garantir a realização e dinamização dos prémios de excelência, como forma de reconhecimento e afirmação das organizações ao nível mundial.				
No âmbito da normalização:				
Promover a dinamização do subsistema da normalização através da elaboração de normas portuguesas e executar os actos conducentes à sua integração no acervo normativo nacional.				
Promover as acções conducentes à homologação e publicação das normas portuguesas.				

Assegurar as ligações com os organismos nacionais e organizações internacionais com funções de normalização sectorial.				
Assegurar as acções inerentes à responsabilidade editorial das normas portuguesas, do catálogo de normas e de outras publicações afins.				
Promover a venda de normas e outros documentos normativos, nacionais, europeus e internacionais.				
Manter actualizadas as bases de dados de normas portuguesas, europeias e internacionais.				
No âmbito da metrologia legal:				
Participar e assegurar a actividade regulamentar nacional e ao nível europeu relacionada com o controlo metrológico, através da elaboração de legislação e transposição de directivas e a promoção da sua aplicação.				
Promover a realização de acções de formação destinadas às entidades que intervêm no controlo metrológico.				
Qualificar e acompanhar as entidades legalmente habilitadas para a realização de operações de controlo metrológico.				
Coordenar a fiscalização do controlo metrológico em articulação com as entidades de fiscalização nacionais.				
Zelar pela conservação do espólio metrológico público com interesse histórico e gerir o Museu de Metrologia.				

<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcção de Serviços do Turismo (DST)</b>	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Designação adoptada: Direcção de Serviços do Turismo e das Empresas de Serviços (DSTES).	Direcção de Serviços do Turismo e das Empresas de Serviços.
Apoiar tecnicamente as empresas e promotores das iniciativas e projectos para a actividade turística, bem como as autarquias locais e outras entidades envolvidas nos respectivos processos.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, a).	Competência substituída por uma outra.  a) Proceder à análise e participar no enquadramento jurídico das políticas e das actividades do sector do turismo.	
Elaborar ou acompanhar estudos, visando a componente turística no ordenamento do território, na perspectiva do desenvolvimento turístico sustentável, bem como definir novos produtos e serviços nesse âmbito.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, b).	Competência substituída por uma outra.  b) Contribuir para a elaboração e fundamentação das propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objectivos das políticas de turismo.	
Participar em grupos de trabalho e comissões, envolvendo questões de ambiente e ordenamento do território, em que o sector do turismo intervenha.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, nº1, e).		
Estudar, desenvolver e promover metodologias inovadoras de gestão de bases de dados de informação turística, nomeadamente georeferenciadas, em colaboração com	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, c).	Competência substituída por uma outra.  c) Elaborar propostas de	

entidades públicas e privadas, associações empresariais, empresários e outros agentes do sector.			medidas de articulação do desenvolvimento da actividade turística com outras actividades económicas, bem como com políticas públicas relevantes para aquela actividade.	
Gerir, actualizar sistematicamente e desenvolver o inventário de recursos turísticos, assumido como a base de dados de referência dos recursos turísticos nacionais, promovendo para isso as diligências necessárias, designadamente junto de organismos ou outras entidades que se entenda necessário para o efeito.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, d).	Competência substituída por uma outra.  d) Inventariar sistematicamente o direito comunitário nas áreas que ao turismo interessam mais directamente, incluindo a jurisprudência comunitária.	
Proceder à qualificação dos recursos turísticos, tendo em vista a definição de critérios de relevância nacional, regional e local.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º.	Competência não substituída por nenhuma outra.	
Propor modelos e criar programas e mecanismos de valorização turística, em articulação com as estruturas e equipamentos turísticos, numa perspectiva globalizante de engenharia de destino.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º.	Competência não substituída por nenhuma outra.	
Analisar projectos e acompanhar programas de valorização e desenvolvimento turístico de base regional.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 9º.	Competência não substituída por nenhuma outra.	

<b>Unidade Interna:</b>  <b>Direcção de Serviços do Desenvolvimento Sustentável (DSDS)</b>	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.		Direcção de Serviços do Desenvolvimento Sustentável.
Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas nas áreas decisivas para o desenvolvimento sustentável.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, a). Despacho nº 23114/2007, a), i).		Divisão de Sustentabilidade e Empresarial.
Promover um quadro disciplinador e motivador para a adopção pelas empresas de estratégias de desenvolvimento sustentável, nomeadamente contribuindo para identificar e estimular o desenvolvimento de clusters económicos, visando reforçar a competitividade e a responsabilidade empresarial.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, b).  Despacho nº 23114/2007, a), ii).		Divisão das PME e Políticas Públicas de Interface.
Acompanhar e promover a aplicação da regulamentação sectorial junto das entidades responsáveis e dos sectores empresariais e avaliar a respectiva eficiência e eficácia.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, c).  Despacho nº 23114/2007, a), i).		Divisão de Sustentabilidade e Empresarial.
Participar na definição e aplicação de medidas comunitárias com reflexos na saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e segurança industrial.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, d).  Despacho nº 23114/2007, a), ii).		Divisão das PME e Políticas Públicas de Interface.

Desenvolver, com as direcções regionais da economia, um sistema de monitorização activo da aplicação dos regimes jurídicos do licenciamento da actividade industrial e do licenciamento da instalação das áreas de localização empresarial, avaliar a respectiva eficácia, na perspectiva da empresa, e promover os ajustamentos legislativos e operacionais que vierem a revelar-se necessários, assegurando a articulação adequada com os restantes sectores da administração central.	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 4º.	Esta competência não é substituída por nenhuma outra.	
Gerir o processo de atribuição do rótulo ecológico.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, e).  Despacho nº 23114/2007, a), i).		Divisão de Sustentabilidade e Empresarial.
Promover o desenvolvimento de uma cultura de empresa através de iniciativas de demonstração e divulgação de posturas empresariais de sucesso no âmbito da responsabilidade social e da boa gestão empresarial.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, f).  Despacho nº 23114/2007, a), ii).		Divisão das PME e Políticas Públicas de Interface.
<b>Unidade Interna:</b>  <b>Direcção de Serviços de Regulamentação Sectorial e Simplificação Administrativa (DSRSSA)</b>	Não	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Não foi substituída por nenhuma outra unidade interna.	
Coordenar o processo de regulamentação sectorial nos domínios da indústria, comércio e serviços e turismo.				



Proceder à elaboração de regulamentação da indústria extractiva e transformadora, relativamente aos produtos, ao exercício da actividade industrial e ao licenciamento dos estabelecimentos industriais.				
Propor as adaptações legislativas que se revelem necessárias à prossecução dos objectivos das políticas sectoriais para o comércio.				
Participar na elaboração da regulamentação comunitária e na sua aplicação na ordem jurídica nacional.				
Elaborar e colaborar na redacção de projectos legislativos relativos às empresas de serviços.				
Participar na elaboração da regulamentação comunitária e na sua aplicação na ordem jurídica nacional.				
Proceder à elaboração da regulamentação no âmbito da actividade turística, nomeadamente para a qualificação, classificação e licenciamento da oferta turística.				
<b>Unidade Interna:</b>  <b>Direcção de Serviços de Política Comercial Comum (DSPCC)</b>	Sim	Portaria n° 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1°.	Designação adoptada: Direcção de Serviços de Política Comercial Externa (DSPCE).	Direcção de Serviços de Política Comercial Externa.
Assegurar a contribuição do MEI para a definição da posição nacional no quadro do comité especial previsto no artigo 133° do Tratado da União Europeia.	Sim	Portaria n° 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6°, a).  Despacho n° 23114/2007, d), i).		Divisão de Investimento, Serviços e Novos Temas do Comércio Internacional.

Estudar e acompanhar as questões relativas ao comércio internacional, nomeadamente na perspectiva das regras criadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio e da União Europeia.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, b).  Despacho nº 23114/2007, d), iii).		Divisão dos Instrumentos de Política Comercial.
Contribuir para a definição da posição portuguesa nas negociações multilaterais realizadas sob a égide da Organização Mundial do Comércio, bem como na negociação de acordos de comércio livre da União Europeia, articulando a posição do MEL.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, c).  Despacho nº 23114/2007, d), i).		Divisão de Investimento, Serviços e Novos Temas do Comércio Internacional.
Acompanhar a actividade corrente da Organização Mundial do Comércio, bem como a actividade de outras organizações internacionais em matéria de comércio internacional.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, d).  Despacho nº 23114/2007, d), ii).		Divisão do Comércio Internacional de Mercadorias.
Estudar e acompanhar o relacionamento entre o comércio internacional e outras áreas que com ele se interligam, nomeadamente do investimento, do ambiente, da concorrência e das normas sociais e laborais.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, e).  Despacho nº 23114/2007, d), i).		Divisão de Investimento, Serviços e Novos Temas do Comércio Internacional.

Participar na definição e acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum da União Europeia, nomeadamente o sistema de preferências generalizadas, os regulamentos anti-dumping e anti-subsvenções e o regime comum aplicável às importações de países terceiros, assegurando a representação de Portugal nos respectivos comités de gestão da Comissão Europeia.	Sim	Portaria n.º 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6.º, f).  Despacho n.º 23114/2007, d), iii).		Divisão dos Instrumentos de Política Comercial.
Acompanhar o Comité Consultivo de Entraves ao Comércio e participar nos trabalhos de verificação de situações de incumprimento das obrigações internacionais no domínio comercial por parte de parceiros comerciais da União Europeia.	Sim	Portaria n.º 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6.º, g).  Despacho n.º 23114/2007, d), iii).		Divisão dos Instrumentos de Política Comercial.
Avaliar o impacto dos projectos de acordos internacionais relativos ao comércio internacional sobre as empresas e a economia portuguesa.	Sim	Portaria n.º 534/2007, de 30 de Abril, artigo 6.º, h).  Despacho n.º 23114/2007, d), i).		Divisão de Investimento, Serviços e Novos Temas do Comércio Internacional.
<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcções Regionais de Economia (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve)</b>	Sim	Portaria n.º 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1.º.	Designação adoptada: Direcção de Serviços para a Coordenação Operacional das Direcções Regionais da Economia (DSCODRE).	Direcção de Serviços para a Coordenação Operacional das Direcções Regionais da Economia.
Assegurar, de uma forma directa e integrada, a execução das políticas do Ministério, o exercício das suas competências no âmbito da actividade industrial, do comércio e serviços, do turismo, da energia e da metrologia/qualidade e a divulgação da informação de natureza económica	Não	Portaria n.º 534/2007, de 30 de Abril, artigo 2.º, a).	Competência substituída por uma outra.  a) Apoiar a direcção da DGAE em matéria de	Direcção de Serviços para a Coordenação Operacional das Direcções Regionais da Economia.

no âmbito das áreas geográficas das cinco NUTS II.			coordenação operacional das intervenções regionais e harmonização de práticas e procedimentos das direcções regionais de economia (DRE) nas respectivas áreas geográficas.	
		Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, b).	<p>Adiciona mais uma competência.</p> <p>b) Desenvolver, com as DRE, um sistema de monitorização activo da aplicação dos regimes jurídicos do licenciamento das actividades económicas, avaliar a respectiva eficácia, na perspectiva da empresa, e promover os ajustamentos legislativos e operacionais que vierem a revelar-se necessários, assegurando a articulação adequada com os restantes sectores da administração central.</p>	Direcção de Serviços para a Coordenação Operacional das Direcções Regionais da Economia.

## Direcção-Geral do Consumidor

Tendo como base os principais diplomas que enquadram a estrutura organizacional da Direcção-Geral do Consumidor, resulta a seguinte tabela:

<b>Recomendação PRACE</b>	<b>Implementado</b>	<b>Onde se afere a implementação</b>	<b>Divergências</b>	<b>Unidade Orgânica Responsável</b>
<b>Quanto à Estrutura</b>				
O Instituto do Consumidor mantém-se na macro-estrutura do MEI, sendo integrado na administração directa do Estado, com a designação de Direcção-Geral do Consumidor (DGC).	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril.		Direcção-Geral do Consumidor.
Estrutura proposta: estrutura hierarquizada, constituída por um Director-Geral e dois Subdirectores-Gerais. Constituída por oito unidades internas.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 3º (quanto aos órgãos).  Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º (quanto às unidades orgânicas nucleares).	É dirigida por um Director-Geral, coadjuvado por um Subdirector-Geral.  Constituída por três unidades orgânicas nucleares.	Direcção-Geral do Consumidor.
<b>Quanto à Missão</b>				
Contribuir para a elaboração, definição e execução da política de defesa do consumidor com o objectivo de assegurar um nível elevado de protecção.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº1.		Direcção-Geral do Consumidor.
<b>Quanto às Atribuições</b>				

Colaborar na definição e execução da política de defesa do consumidor.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, a).	Nomeadamente avaliando as necessidades de regulamentação em todas as matérias de interesse para os consumidores, apresentando propostas de medidas legislativas ou outras que visem a protecção dos consumidores e dinamizando a transposição e aplicação da legislação comunitária.	Direcção-Geral do Consumidor.
Apresentar ao membro do Governo competente propostas de medidas legislativas ou outras que visem a protecção dos consumidores.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, f).	Assegurar que as exigências em matéria de defesa dos consumidores são tomadas em conta na definição e execução das demais políticas do Governo.	Direcção-Geral do Consumidor.
Promover, por sua iniciativa ou em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, a divulgação da informação sobre bens, produtos e serviços susceptíveis de afectar a saúde e o bem-estar dos consumidores, assim como dos direitos de que são titulares.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, b).	Bem como, divulgar os sistemas de informação sobre produtos de consumo perigosos instituídos pela União Europeia ou por outras organizações internacionais.	Direcção-Geral do Consumidor.

Promover, por sua iniciativa ou em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, a educação e a formação do consumidor.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Incentivar o associativismo na área da defesa do consumidor.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, c).	Fomentar e apoiar o associativismo através da concessão de meios técnicos e financeiros, avaliando a sua adequada aplicação, e promover a articulação entre as diversas entidades que participam no Sistema Português de Defesa do Consumidor, o conjunto de entidades, públicas e privadas, bem como os órgãos e serviços, centrais e locais, que têm por objectivo, directo ou mediato, assegurar os direitos do consumidor.	Direcção-Geral do Consumidor.
Promover a articulação entre as diversas entidades que participam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	

Participar, acompanhar e executar as novas metodologias de intervenção no domínio da defesa do consumidor.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Exigir, mediante pedido fundamentado, a entidades públicas e privadas, as informações, os elementos e as diligências que entender necessários à salvaguarda dos direitos e interesses do consumidor.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, e).		Direcção-Geral do Consumidor.
Participar na definição do serviço público de rádio e de televisão em matéria de informação e educação do consumidor.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, g).		Direcção-Geral do Consumidor.
Estabelecer contactos e participar regularmente nas actividades e acções comuns das entidades internacionais e estrangeiras relacionadas com o âmbito das suas atribuições e propor a celebração de acordos e convenções internacionais.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, d).		Direcção-Geral do Consumidor.
Divulgar os sistemas de informação sobre produtos de consumo perigosos instituídos pela União Europeia ou por outras organizações internacionais.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Assegurar o encaminhamento de denúncias e reclamações em matéria de consumo.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, h).		Direcção-Geral do Consumidor.



Assegurar o acesso dos consumidores aos mecanismos de resolução de conflitos de consumo.	Sim	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2, h).		Direcção-Geral do Consumidor.
Apoiar os mecanismos de resolução extra-judicial de conflitos de consumo.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Promover a resolução de conflitos de consumo através da mediação, da conciliação e da arbitragem.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Reconhecer o interesse público dos projectos das associações de consumidores a financiar com donativos sujeitos ao regime de mecenato cultural previsto nos Códigos do IRS e do IRC.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Adoptar os procedimentos necessários à prevenção do sobre endividamento dos consumidores.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Promover e apoiar a descentralização da política da defesa do consumidor.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Promover e apoiar a descentralização de serviços e funções, a nível regional e local, no âmbito da informação e protecção dos consumidores.	Não	Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
<b>Quanto às Competências</b>				

<b>Unidade Interna:</b> <b>Conselho Nacional de Consumo (CNC)</b>	Não	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.  Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº3.	A DGC presta apoio administrativo, técnico e logístico ao então chamado Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.	
Participar na definição das políticas de defesa do consumidor.				
Participar na definição das estratégias de execução das políticas de defesa do consumidor.				
Colaborar no lançamento de campanhas nacionais de informação dirigidas aos consumidores.				
<b>Unidade Interna:</b> <b>Comissão de Segurança de Serviços e Bens de Consumo (CSSBC)</b>	Não	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.  Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº3.	A DGC presta apoio administrativo, técnico e logístico à Comissão de Segurança de Serviços e Bens de Consumo.	
Deliberar sobre produtos e processos colocados no mercado cujo risco não é compatível com o elevado nível de protecção da saúde e segurança dos consumidores.				
Promover, junto das entidades responsáveis pelo controlo de mercado, o cumprimento da obrigação geral de segurança, nomeadamente através de programas de vigilância que devem ser periodicamente realizados.				

Propor ao Governo medidas necessárias à prevenção e à protecção contra riscos que os produtos colocados no mercado possam vir a apresentar, incluindo a proibição com carácter obrigatório geral do fabrico, importação, exportação, troca intracomunitária, comercialização ou colocação no mercado de produtos ou categorias de produtos susceptíveis de pôr em risco a saúde e segurança dos consumidores, em virtude da sua composição.				
Comunicar à entidade competente para instrução dos respectivos processos de contra-ordenação os casos de colocação no mercado de produtos perigosos de que tenha conhecimento.				
Realizar estudos técnico-científicos sobre a segurança de bens e produtos.				
Emitir recomendações e aviso públicos.				
Pronunciar-se sobre as questões relativas à segurança de produtos que lhe sejam submetidas pelo membro do Governo que tutela a área da defesa dos consumidores.				
<b>Unidade Interna:</b>  <b>Centro Europeu do Consumidor (CEC)</b>	Não	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.  Decreto Regulamentar nº 57/2007, de 27 de Abril, artigo 2º, nº4.	A DGC assegura o funcionamento do Centro Europeu do Consumidor.	
Informa o consumidor quanto a questões relacionadas com o Mercado Interno.				

Presta informação jurídica e assistência na apresentação de reclamações.				
Assiste o consumidor no acesso à justiça alternativa, disponibilizando um acesso fácil e esclarecido aos organismos de resolução extrajudiciais europeus.				
Presta informação sobre a legislação comunitária e nacional.				
Realiza estudos comparativos no âmbito de preços, legislação e outros assuntos relacionados com o consumo.				
<b>Unidade Interna:</b> <b>Divisão de Serviços Administrativos (DAS)</b>	Não	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.		
Assegurar o apoio administrativo aos órgãos e unidades internas da DGDC, em articulação com a SGMEI através do modelo de serviços partilhados.				
<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcção de Serviços de Direito do Consumo (DSDC)</b>	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Acompanhar o processo legislativo nacional e comunitário, neste último caso em estrita parceria com a Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais do Consumo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, a).	Acompanhar o processo legislativo nacional, com o apoio das restantes unidades internas da DGC.	Direcção de Serviços de Direito do Consumo.

Realizar, através de meios próprios ou com recurso a outros serviços ou a entidades externas, estudos de direito do consumo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, b).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Acompanhar e analisar a publicação de legislação respeitante à matéria de protecção do consumidor.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, c).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Acompanhar a aplicação da legislação de consumidores, através de meios próprios ou com recurso a outros serviços da DGDC ou a entidades externas e elaborar os relatórios sobre a sua aplicação.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, d).	Em vez de ser “(...) a outros serviços da DGDC” é “(...) a outros serviços da DGC”.	Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Instruir os processos de contra-ordenação administrativa em matéria de ilícitos publicitários, bem como processos de averiguações de sindicâncias, de inquéritos e disciplinares.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, i).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Realizar, através de meios próprios ou com recurso a outros serviços da DGDC ou a entidades externas, trabalhos de consolidação de legislação sobre o consumo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, f).	Em vez de ser “(...) a outros serviços da DGDC” é “(...) a outros serviços da DGC”.	Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Organizar e manter actualizados ficheiros de legislação, jurisprudência e doutrina sobre matérias do âmbito das atribuições da DGDC.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, m).	Em vez de ser “(...) das atribuições da DGDC” é “(...) das atribuições da DGC”.	Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Proceder ao registo das acções inibitórias, despachos judiciais e sentenças transitadas em julgado em matéria de direito do consumo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, n).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Proceder ao registo e análise dos contratos de mediação imobiliária.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, o).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.

Proceder à análise dos contratos de adesão das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, j).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Organizar e manter actualizado o registo das sentenças dos tribunais transitadas em julgado que tenham proibido o uso ou a recomendação de cláusulas contratuais gerais ou tenham declarado a nulidade de cláusulas inseridas em contratos singulares.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, p).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Analisar e acompanhar a publicidade, comercial ou institucional, bem como os processos e técnicas de promoção de vendas.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, h).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Elaborar, através de meios próprios ou com recurso a entidades externas, propostas de medidas legislativas ou outras.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, e).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Proceder ao registo das agências de publicidade que exercem actividade publicitária no território nacional.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, q).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
Promover a criação e manter actualizadas bases de dados e arquivos digitais acessíveis em matéria de direitos do consumidor, contendo, designadamente, legislação, medidas administrativas, jurisprudência, recomendações do Provedor de Justiça, do Conselho e da Comissão, contratos - tipo no quadro da defesa dos direitos do consumidor ou contratos que possuam cláusulas contratuais gerais e tenham como destinatários os consumidores, acordos de boa conduta celebrados entre associações de consumidores e	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, l).		Direcção de Serviços de Direito do Consumo.

profissionais ou organizações representativas.				
Prestar informação jurídica, no âmbito do direito do consumo, <u>às autarquias locais</u> .	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, g).	“(…) aos centros de informação ao consumidor das autarquias locais”.	Direcção de Serviços de Direito do Consumo.
<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais do Consumo (DSAIC)</b>	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Designação adoptada: Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo (DSAISC).	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.
Apoiar a DGDC em matéria de relações internacionais.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, a).	Em vez de ser “apoiar a DGDC” é “apoiar a DGC”.	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.
Coordenar toda a informação relativa à participação da DGDC no processo legislativo comunitário.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, b).	Em vez de ser “(…) da DGDC” é “(…) da DGC”.	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.
Promover e gerir, no âmbito das atribuições da DGDC, a constituição ou ligação a redes nacionais, comunitárias e internacionais.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, d).	Em vez de ser “(…) da DGDC” é “(…) da DGC”.	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.
Exercer as tarefas de coordenação das actividades de vigilância de mercado e de aplicação de legislação de defesa dos interesses do consumidor reconhecidas ao serviço de ligação único previsto no Regulamento (CE)	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, m).		Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.

n.º 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro de 2004.				
Estabelecer contactos com as entidades congéneres dos Estados-Membros da União Europeia a fim de manter actualizada informação sobre as correntes jurisprudenciais e administrativas.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, e).		Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.
Estabelecer contactos e participar regularmente nas actividades e acções comuns das entidades internacionais ( <u>e estrangeiras</u> ) relacionadas com o âmbito das suas atribuições e propor a celebração de acordos e convenções internacionais.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, f).		Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.
Criar uma base de dados contendo toda a informação e análise comparativa relativa a sistemas europeus e internacionais de protecção do consumidor.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, g).		Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.
Garantir o apoio logístico ao Conselho Nacional do Consumo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, h).	Garantir o apoio administrativo, técnico e logístico ao Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, bem como assegurar a organização e coordenação de todas as actividades de apoio ao funcionamento deste Conselho.	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança do Consumo.



<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor (DSCC)</b>	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Fomentar o associativismo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, a).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Promover e apoiar a desconcentração e a descentralização da política da defesa do consumidor.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, b).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Promover e apoiar a desconcentração e a descentralização de serviços e funções, a nível regional e local, no âmbito da informação e protecção dos consumidores.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, c).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Proceder ao registo dos Centros de Informação, Mediação, Conciliação e Arbitragem em Matéria de Consumo, de âmbito genérico ou sectorial e de âmbito nacional ou territorial restrito.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, r).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Proceder ao registo nacional das associações de consumidores, cooperativas de consumo e fundações de defesa dos consumidores.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, q).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Proceder ao registo dos serviços de mediação, comissões de arbitragem e provedores de cliente.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, s).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Acompanhar a acção dos serviços de mediação, comissões de arbitragem e provedores de cliente legalmente registados.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, e).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Fiscalizar a aplicação dos apoios financeiros atribuídos às entidades privadas que integram o SPDC e tomar, em caso de irregularidade, as medidas adequadas.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, t).	Não é especificado que sejam apoios financeiros.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.

Sensibilizar e informar os consumidores sobre o exercício dos seus direitos e deveres.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, n).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Assegurar as acções respeitantes à actividade editorial.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, j).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Promover e realizar acções de educação e formação.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, l).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Incentivar e apoiar programas e acções de formação, de forma articulada com os serviços competentes do Ministério da Educação, nas escolas dos diferentes graus de ensino.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, m).	Adicionando: “Tendo em vista a introdução da temática da protecção dos consumidores nos programas e conteúdos das actividades educativas, escolares e extra-escolares, realizados pelo Ministério da Educação”.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Centralizar a informação relativa à defesa dos direitos do consumidor, devendo as entidades, órgãos e serviços que integram o SPDC participar-lhe todos os factos de que tomarem conhecimento, bem como todos os actos pertinentes a esse fim.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, u).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Criar o modelo de gestão da Caixa Postal ou endereço nacional único, a quem os consumidores podem dirigir pedidos de informação, apresentar denúncias ou reclamações em matéria de consumo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, g).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.

Informar os consumidores sobre os direitos de que são titulares e sobre a legislação que protege os seus interesses.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, i).		Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Efectuar a recolha, análise e tratamento dos dados estatísticos necessários à actividade da DGDC.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, p).	Em vez de ser “(...) da DGDC” é “(...) da DGC”.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Realizar, através dos seus meios próprios ou com recurso a entidades externas da DGDC, os estudos necessários à definição das políticas, dos planos e dos programas de protecção do consumidor.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, o).	Em vez de ser “(...) da DGDC” é “(...) da DGC”.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
Assegurar dentro da DGDC a existência de uma base de dados actualizada de queixas dos consumidores, de âmbito nacional, recolhendo para tal toda a informação necessária das entidades, públicas ou privadas, que integram o SNDC.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, v).	Em vez de ser “(...) da DGDC” é “(...) da DGC”.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
		Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, d).	Adiciona esta competência.  d) Encorajar as empresas e os consumidores a recorrerem a mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos de consumo.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
		Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, f).	Adiciona esta competência.  f) Promover a articulação de todas as entidades que participam no Sistema	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.

			Português de Defesa do Consumidor.	
		Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, h).	Adiciona esta competência.  h) Encaminhar as reclamações e queixas dos consumidores, nomeadamente para os centros de arbitragem competentes, para as entidades reguladoras, para os centros de informação das autarquias locais e para as associações de consumidores.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.
		Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, x).	Adiciona esta competência.  x) Manter em funcionamento o centro de documentação para utilização pela DGC, rentabilizando o seu património com acções mobilizadoras.	Direcção de Serviços de Comunicação ao Consumidor.

<b>Unidade Interna:</b> <b>Direcção de Serviços de Qualidade e Segurança do Consumo (DSQSC)</b>	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.	Designação adoptada: Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum (DSAISC).	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum.
Assegurar a participação da DGDC no Sistema de Troca Rápida de Informação (RAPEX) e em redes de alerta internacionais, obtendo de órgãos e entidades comunitárias informações sobre produtos e serviços perigosos para a saúde e segurança das pessoas e mantendo estes informados sobre as medidas tomadas nesta matéria a nível nacional.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, i).	Em vez de ser “(...) da DGDC” é “(...) da DGC”.	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum.
Assegurar as acções inerentes à salvaguarda do direito dos consumidores à saúde e à segurança, designadamente a coordenação e o apoio (*) à Comissão para a Segurança de Serviços e Bens de Consumo, as ligações no âmbito dos sistemas comunitários de notificação sobre produtos e serviços perigosos.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, j).	(*) apoio técnico, administrativo e logístico.	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum.
Colaborar com as entidades que exercem funções no campo da qualidade de serviços e bens de consumo.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, l).		Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum.

Elaborar estudos e pareceres relativos a bens e serviços, em especial sobre qualidade, preços e circuitos de distribuição, através de, designadamente, ensaios e estudos comparativos, estudos de mercado, análises económicas, inquéritos, ensaios de uso e análises laboratoriais.	Não	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, c).	Competência substituída por a seguinte.  c) Acompanhar o processo legislativo comunitário, com o apoio das restantes unidades internas da DGC.	Direcção de Serviços de Assuntos Internacionais e de Segurança Comum.
--	-----	--	--	---

## Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.

Tendo como base os principais diplomas que enquadram a estrutura organizacional do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. resulta a seguinte tabela:

<b>Recomendação PRACE</b>	<b>Implementado</b>	<b>Onde se afere a implementação</b>	<b>Divergências</b>	<b>Unidade Orgânica Responsável</b>
<b>Quanto à Estrutura</b>				
O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, IP (IAPMEI) mantém-se na macro-estrutura do MEI.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 1º.	Designação adoptada: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Estrutura proposta: estrutura hierarquizada, constituída por um Presidente e quatro Vice-Presidentes. Constituída por nove departamentos.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 5º (quanto aos membros).  Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º (quanto às direcções).	Composto por um presidente, um vice-presidente e três vogais.  Constituída por oito direcções.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
<b>Quanto à Missão</b>				
Proporcionar condições favoráveis ao empreendedorismo e à competitividade das empresas portuguesas, designadamente das PME, mediante a oferta de instrumentos integrados de financiamento, de assistência técnica, de reforço de competências, de inovação empresarial e de	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3.	Promover a inovação e executar políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

intermediação institucional.			competitividade e da produtividade das empresas, em especial das de pequena e média dimensão, que exerçam a sua actividade nas áreas sob tutela do MEI, com excepção do sector do turismo.	
<b>Quanto às Atribuições</b>				
Coordenar a definição de medidas de política económica que se enquadrem no seu âmbito de competência.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, n).	Participar na definição e acompanhar as iniciativas de política que se enquadrem no seu âmbito de competência, incluindo as que assumem a natureza de sistemas de incentivos, visando a sua harmonização e consistência.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Participar na configuração e na gestão dos sistemas de incentivos conferidos às empresas e assegurar o funcionamento dos sistemas de incentivos que lhe forem cometidos nos termos da legislação em vigor.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, n).	Participar na definição e acompanhar as iniciativas de política que se enquadrem no seu âmbito de competência, incluindo as que assumem a natureza de sistemas de incentivos,	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.



			visando a sua harmonização e consistência.	
Promover o conhecimento permanente das empresas e da conjuntura envolvente, assegurando a sua divulgação.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, 1).	Dinamizar uma rede nacional de produção e partilha de informação e conhecimento sobre empresas e ambientes de negócio, com vista a uma adequada formulação de medidas de política pública e de estratégia empresarial, num quadro de colaboração estreita com outras entidades ou organizações.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Promover a competitividade e o desenvolvimento empresarial através do estímulo à inovação e à qualificação, prestando a assistência técnica e financeira adequada.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, a).	Executar as medidas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, nomeadamente as dirigidas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, à inovação organizacional e à melhoria da qualificação dos recursos humanos.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Promover o espírito empresarial e a criação de novas empresas, bem como a cooperação entre elas.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, f).	Desenvolver iniciativas que promovam o investimento de base	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

			empresarial, orientado para a valorização da inserção internacional das empresas nacionais produtoras de bens e serviços.	
Cooperar com outras entidades, públicas ou privadas, em acções que possam contribuir para a realização do seu objecto estatutário.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, b).	Prestar apoio técnico e financeiro às empresas, bem como a outras entidades públicas ou privadas, com vista à realização do seu objecto estatutário.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Participar no capital estatutário ou social de institutos, sociedades, associações, empresas ou outras entidades que possam contribuir para o desenvolvimento económico, nos termos legais.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, e).	Colaborar com as entidades da administração pública na preparação de legislação relativa à regulação e regulamentação da actividade empresarial, nomeadamente a que tenha impacte nas PME.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Coordenar a actuação de todas as entidades do Ministério da Economia e da Inovação nos centros tecnológicos onde detenham participações de capital.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, r).		Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

Coordenar a intervenção pública na dinamização da oferta de instrumentos complementares de financiamento para capitalização das empresas e para acesso ao crédito.	Sim	Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, t).	Coordenar as medidas públicas, no âmbito do Ministério da Economia e da Inovação, dirigidas ao financiamento das empresas, designadamente o refinanciamento do capital de risco, da titularização de créditos e da contra-garantia mútua.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, c).	Adiciona esta atribuição.  c) Promover a inserção de quadros qualificados nas empresas e o reforço da sua capacidade de gestão, prestando a assistência técnica e financeira adequada.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, d).	Adiciona esta atribuição.  d) Desenvolver estratégias de eficiência colectiva por parte de PME, promovendo actuações articuladas de melhoria de	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

			condições de envolvente empresarial, nomeadamente de simplificação administrativa e de assistência técnica e tecnológica.	
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, g).	Adiciona esta atribuição.  g) Promover o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o de base tecnológica e de dinamização da inovação empresarial.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, h).	Adiciona esta atribuição.  h) Gerir os instrumentos de política de reestruturação empresarial, nomeadamente a que envolve o saneamento financeiro e a transmissão da propriedade e da gestão.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, i).	Adiciona esta atribuição.  i) Desenvolver iniciativas de difusão de informação técnica, de actividades de assistência	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

			técnica e de formação especializada dirigida às PME.	
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, j).	Adiciona esta atribuição.  j) Executar iniciativas que estimulem estratégias de desenvolvimento empresarial, nomeadamente através do diagnóstico de oportunidades de inovação e internacionalização.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, m).	Adiciona esta atribuição.  m) Emitir parecer e acompanhar as diversas medidas públicas no âmbito do reforço da competitividade da PME, assegurando a uniformidade dos seus critérios.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, o).	Adiciona esta atribuição.  o) Intervir como interlocutor privilegiado para as micro, pequenas e	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

			médias empresas, articulando as entidades administrativas envolvidas, sem prejuízo das respectivas competências próprias;	
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, p).	Adiciona esta atribuição.  p) Participar em sedes e em redes internacionais de organizações congéneres, nomeadamente no âmbito da Comissão Europeia, promovendo o intercâmbio específico de iniciativas a favor das PME, em articulação com as entidades que tenham competências de coordenação geral das relações internacionais.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, q).	Adiciona esta atribuição.  q) Emitir parecer, coordenar e acompanhar as medidas públicas de promoção de sistemas de	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

			gestão da inovação, nomeadamente no âmbito da sua certificação	
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, s).	Adiciona esta atribuição.  s) Intervir na gestão de áreas e parques empresariais vocacionadas para instalação de empresas, nomeadamente para promoção de dinâmicas de inovação, de agregação empresarial e de sinergia logística.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, u).	Adiciona esta atribuição.  u) Assegurar o enquadramento e controlo dos instrumentos de dinamização e disseminação das actividades de capital de risco, de titularização de créditos e de garantia mútua, bem como a gestão dos instrumentos de capitalização empresarial.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

		Decreto-Lei nº 140/2007, de 27 de Abril, artigo 3º, nº 2, v).	Adiciona esta atribuição.  v) Promover estratégias concertadas com o sector financeiro de promoção da transparência, visibilidade e avaliação das empresas para acesso a financiamento.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
<b>Quanto às Competências</b>				
<b>Departamento:</b> <b>Unidade de Organização e Gestão de Recursos</b>	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, a), iii).	Designação adoptada: Direcção de Gestão e Organização de Recursos.	Direcção de Gestão e Organização de Recursos.
Assuntos administrativos gerais, gestão orçamental, financeira e patrimonial, gestão de recursos humanos, gestão de aprovisionamento e património, gestão de sistemas de informação e de comunicação.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, a), b), c), d), e).	a) Assegurar a gestão dos recursos administrativos, financeiros e orçamentais do IAPMEI, I. P.;  b) Assegurar a gestão do aprovisionamento, preparando os procedimentos e executando as operações necessárias;  c) Gerir os recursos informáticos e de	Direcção de Gestão e Organização de Recursos.



			<p>comunicações;</p> <p>d) Assegurar a gestão e manutenção das infra-estruturas do IAPMEI, I. P.;</p> <p>e) Propor e executar a política de gestão dos recursos humanos.</p>	
Acompanhamento financeiro das participadas.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, f).	Assegurar a gestão dos activos financeiros, incluindo os reembolsos dos sistemas de incentivos.	Direcção de Gestão e Organização de Recursos.
<p><b>Departamento:</b></p> <p><b>Unidade de Assuntos Jurídicos</b></p>	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, a), iv).	Designação adoptada: Direcção Jurídica e Auditoria.	Direcção Jurídica e Auditoria.
Apoio jurídico às actividades do Instituto, designadamente no plano regulamentar e administrativo, bem como o seu relacionamento com órgãos de soberania.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, a), b).	<p>a) Prestar assessoria jurídica ao conselho directivo e às restantes as unidades orgânicas do IAPMEI, I. P.;</p> <p>b) Colaborar na elaboração de diplomas legais.</p>	Direcção Jurídica e Auditoria.

<b>Departamento:</b> <b>Unidade de Auditoria Interna e Qualidade</b>	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, iv).	Designação adoptada: Direcção Jurídica e Auditoria.	Direcção Jurídica e Auditoria.
Auditoria interna e gestão do Sistema de Qualidade dos serviços.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, c).	Proceder a actos de auditoria interna.	Direcção Jurídica e Auditoria.
Desenvolvimento e implementação de medidas de racionalização e automatização dos processos de trabalho e dos sistemas de comunicação e decisão.	Não	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, d).	Competência substituída pela seguinte:  d) Intervir nos processos contenciosos em que o IAPMEI, I. P., seja parte.	Direcção Jurídica e Auditoria.
Estudo, proposta e coordenação de implementação de medidas de inovação e qualidade dos serviços, bem como das métricas que permitam o seu controlo e gestão.	Não	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 7º, e).	Competência substituída pela seguinte:  e) Assegurar a defesa dos direitos institucionais, em juízo e fora dele.	Direcção Jurídica e Auditoria.
<b>Departamento:</b> <b>Unidade de Promoção da Inovação</b>	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, b), ii).	Designação adoptada:  Direcção de Promoção da Inovação.	Direcção de Promoção da Inovação.
Concepção, proposição e implementação de programas de intervenção no domínio das políticas públicas de dinamização empresarial, fomentando uma cultura empreendedora e estimulando a inovação empresarial, nomeadamente nas áreas críticas para o reforço da	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, a).	Proceder à intermediação junto das entidades da envolvente empresarial, nos âmbitos tecnológico e	Direcção de Promoção da Inovação.

competitividade associadas à criação de empresas inovadoras, à valorização dos recursos humanos e à adopção de boas práticas.			financeiro, visando a promoção da inovação e a criação de empresas.	
Intermediação tecnológica e financeira para promoção da inovação e dinamização do empreendedorismo e da competitividade empresarial.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, b).	Dinamizar o empreendedorismo e a competitividade empresarial, bem como o apoio à envolvente empresarial.	Direcção de Promoção da Inovação.
Gestão das participadas financeiras.	Não	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, c).	Competência substituída pela seguinte:  c) Assegurar a gestão de projectos especiais associados à cooperação e agregação empresarial, inteligência estratégica e acompanhamento de sectores estratégicos, assegurando a sua articulação e coordenação integrada.	Direcção de Promoção da Inovação.
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 9º, d).	Adiciona esta competência.  d) Coordenar a intervenção das entidades do Ministério da Economia e da Inovação nas infra-estruturas	Direcção de Promoção da Inovação.

			tecnológicas em que detenham participações de capital.	
<b>Departamento:</b> <b>Unidade de Desenvolvimento Empresarial</b>	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, b), i).	Designação adoptada:  Direcção de Assistência Empresarial.	Direcção de Assistência Empresarial.
Gestão de projectos de formação e de instrumentos de apoio à gestão (benchmarking) e assistência Técnica.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, a).	Proceder ao acompanhamento de empresas, no âmbito das suas actividades de diagnóstico e análise estratégica e formulação de estratégias de investimentos e de qualificação de recursos humanos.	Direcção de Assistência Empresarial.
Apoio à envolvente.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, b).	Conceber, propor e implementar programas de intervenção no domínio das políticas públicas de desenvolvimento empresarial.	Direcção de Assistência Empresarial.
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, c).	Adiciona esta competência.  c) Assegurar a gestão das medidas de valorização dos recursos humanos das empresas e a adopção de boas	

			práticas.	
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 8º, d).	Adiciona esta competência.  d) Assegurar a gestão da rede de serviços territorialmente desconcentrados	Direcção de Assistência Empresarial.
<b>Departamento:</b> <b>Unidade de Revitalização Empresarial</b>	Não	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º.	Departamento substituído pela: Direcção de Planeamento e Estudos	
Assegurar as condições para a operacionalização da gestão dos processos de recuperação e redimensionamento de empresas (SIRME - Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização Empresarial, PEC – Procedimento Extrajudicial de Conciliação e AGIIRE - Gabinete de Intervenção Integrada de Reestruturação Empresarial).				
<b>Departamento:</b> <b>Unidade de Análise, Selecção e Fiscalização de Projectos</b>	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, b), iv).	Designação adoptada: Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos.	Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos.
Análise, selecção e fiscalização de projectos de incentivos conferidos às empresas.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 11º, b), c).	b) Coordenar e executar os trabalhos de análise e selecção de projectos de investimento;  c) Fiscalizar e acompanhar a aplicação de	Gestão de Incentivos e de Créditos.

			verbas públicas, de acordo com os normativos nacionais e comunitários.	
Gestão de créditos dos incentivos conferidos às empresas.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 11º, d).	Proceder à gestão de créditos associados aos apoios concedidos.	Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos.
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 11º, a).	Adiciona esta competência.  a) Conceber sistemas de incentivos relacionados com a promoção da inovação, com a qualificação dos recursos humanos, com o incentivo aos factores de competitividade, nas suas visões empresarial, sectorial e territorial, e com o apoio à envolvente na prossecução daqueles objectivos.	Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos.
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 11º, e).	Adiciona esta competência.  e) Definir mecanismos de assistência técnica às empresas e de apoio às mesmas através	Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos.

			da aplicação de verbas de reembolsos.	
<b>Departamento:</b> <b>Unidade de Informação e Comunicação</b>	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, a), i).	Designação adoptada: Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.
Gestão do sistema de informação.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, e).	Assegurar os instrumentos de atendimento, quaisquer que sejam as suas vias.	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.
Gestão das relações externas e da comunicação.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, f).	Apoiar os serviços do IAPMEI, I. P., e, em particular, o conselho directivo, no âmbito das relações externas e da comunicação.	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, a).	Adiciona esta competência. a) Assegurar o secretariado técnico do conselho directivo (CD).	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, b).	Adiciona esta competência. b) Gerir o expediente.	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.

		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, c).	Adiciona esta competência. c) Coordenar a assessoria técnica ao CD.	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.
		Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, d).	Adiciona esta competência. d) Articular a participação do IAPMEI, I. P., no âmbito das relações internacionais.	Direcção de Apoio Geral e Relações Externas.
<b>Departamento:</b>  <b>Rede de Gabinetes de Empresa (RGE) (constituída pelas cinco Unidades Regionais)</b>	Não	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril, artigo 3º.	Departamento não substituído por nenhum outro.	
Apoio a empresas, parceiros e actividade empresarial e incentivos de carácter regional, de forma integrada, envolvendo os gabinetes organizados com base nas NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), sedeadas junto das Direcções Regionais de Economia, podendo integrar delegações, em articulação com os Centros de Formalidades de Empresa (CFE).				



## Instituto Português da Qualidade, I.P.

Tendo como base os principais diplomas que enquadram a estrutura organizacional do Instituto Português da Qualidade, I.P. resulta a seguinte tabela:

<b>Recomendação PRACE</b>	<b>Implementado</b>	<b>Onde se afere a implementação</b>	<b>Divergências</b>	<b>Unidade Orgânica Responsável</b>
<b>Quanto à Estrutura</b>				
Extinção do Instituto Português da Qualidade, I.P.	Não	Decreto-Lei nº 208/2006, de 27 de Outubro, artigo 5º, c).  Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 1º.	O IPQ, I.P. mantém-se na estrutura do Ministério da Economia e da Inovação.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
Externalização de algumas atribuições do Instituto Português da Qualidade (IPQ) e transição das atribuições relativas à metrologia para a Direcção-Geral da Empresa (DGE) e/ou Instituto para a Inovação e Desenvolvimento Empresarial (IIDE).	Não	Decreto-Lei nº 208/2006, de 27 de Outubro, artigo 19º.  Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º.	O IPQ, I. P., tem por missão a coordenação do Sistema Português da Qualidade (SPQ) e de outros sistemas de qualificação regulamentar que lhe forem conferidos por lei.	Instituto Português da Qualidade, I.P.

<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 5º (quanto aos órgãos)</p> <p>Portaria nº 540/2007, de 30 de Abril, artigo 2º (quanto às unidades orgânicas)</p>	<p>Verifica-se que:</p> <p>Dirigida por um Presidente e dois Vogais.</p> <p>Constituído por quatro unidades orgânicas.</p>	<p>Instituto Português da Qualidade, I.P.</p>
<p><b>Quanto à Missão</b></p>				
<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 1.</p>	<p>Coordenação do Sistema Português da Qualidade (SPQ) e de outros sistemas de qualificação regulamentar que lhe forem conferidos por lei, a promoção e a coordenação de actividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da acção dos agentes económicos, bem como o desenvolvimento das actividades inerentes à sua função de laboratório nacional de metrologia.</p>	<p>Instituto Português da Qualidade, I.P.</p>
<p><b>Quanto às Atribuições</b></p>				

<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, a).</p>	<p>a) Gerir, coordenar e desenvolver o Sistema Português da Qualidade, numa perspectiva de integração de todas as componentes relevantes para a melhoria da qualidade de produtos, de serviços e de sistemas da qualidade e da qualificação de pessoas.</p>	<p>Instituto Português da Qualidade, I.P.</p>
<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, b).</p>	<p>b) Promover o desenvolvimento do SPQ, com vista ao incremento da qualidade, contribuindo para o aumento da produtividade, competitividade e inovação em todos os sectores públicos e privados da sociedade portuguesa.</p>	<p>Instituto Português da Qualidade, I.P.</p>
<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, c).</p>	<p>c) Garantir e desenvolver a qualidade através do estabelecimento de protocolos e parcerias estratégicas com</p>	<p>Instituto Português da Qualidade, I.P.</p>

			entidades públicas, privadas e da economia social, bem como com infra-estruturas científicas e tecnológicas que, voluntariamente ou por inerência de funções, congreguem esforços para definir princípios e meios que tenham por objectivo padrões de qualidade.	
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, d).	d) Promover e dinamizar comissões sectoriais e outras estruturas da qualidade integradas no SPQ, preparando e gerindo o calendário das respectivas acções, encontros e reuniões.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, e).	e) Instituir as marcas identificadoras do SPQ e assegurar a respectiva gestão.	Instituto Português da Qualidade, I.P.

(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, f).	f) Garantir a realização e dinamização de prémios de excelência, como forma de reconhecimento e afirmação das organizações.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, g).	g) Promover e desenvolver acções de formação e de apoio técnico no domínio da qualidade, designadamente, no âmbito da qualificação, da normalização e da metrologia.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, h).	h) Desenvolver actividades de cooperação e de prestação de serviços a entidades nacionais e estrangeiras interessadas no domínio da qualidade.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, i).	i) Propor ao membro do Governo da tutela medidas conducentes à definição de políticas nacionais relativas ao SPQ no âmbito da normalização, qualificação e metrologia, nos	Instituto Português da Qualidade, I.P.

			domínios voluntário e regulamentar.	
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, j).	j) Promover a elaboração de normas portuguesas, garantindo a coerência e actualidade do acervo normativo nacional, e promover o ajustamento de legislação nacional sobre produtos às normas da União Europeia.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, l).	l) Qualificar e reconhecer como organismos de normalização sectorial (ONS) as entidades públicas ou privadas nas quais o IPQ, I. P., delegue funções de normalização técnica em sectores de actividade específicos.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, m).	m) Coordenar e acompanhar os trabalhos de normalização nacional desenvolvidos no âmbito da rede de	Instituto Português da Qualidade, I.P.

			organismos de normalização sectorial (ONS), comissões técnicas de normalização e outras entidades qualificadas no âmbito do SPQ.	
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, n).	n) Assegurar a representação de Portugal como membro das organizações de normalização europeias e internacionais e as obrigações daí decorrentes, nomeadamente, a participação nos respectivos trabalhos, a promoção do inquérito público, a votação, difusão e integração das normas no acervo normativo nacional e a sua promoção e venda.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, o).	o) Gerir o sistema de notificação prévia de regulamentos técnicos e de normas, no âmbito da União Europeia e da Organização Mundial de Comércio, de	Instituto Português da Qualidade, I.P.

			acordo com a legislação aplicável.	
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, p).	p) Assegurar o cumprimento dos procedimentos das directivas comunitárias no que diz respeito à qualificação, notificação à Comissão Europeia e manutenção actualizada da base de dados dos organismos notificados no âmbito de cada directiva.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, q).	q) Acompanhar iniciativas e programas comunitários que tenham implicações no seu âmbito de actividade.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, r).	r) Assegurar a implementação, articulação, inventariação de cadeias hierarquizadas de padrões de medida e promover o estabelecimento de redes de laboratórios metrológicos acreditados.	Instituto Português da Qualidade, I.P.



<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, s).</p>	<p>s) Gerir o laboratório nacional de metrologia, assegurando a realização, manutenção e desenvolvimento dos padrões nacionais das unidades de medida e a sua rastreabilidade ao Sistema Internacional (SI), promovendo a disseminação dos valores das unidades SI no território nacional.</p>	<p>Instituto Português da Qualidade, I.P.</p>
<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, t).</p>	<p>t) Assegurar e gerir o sistema de controlo metrológico legal dos instrumentos de medição, reconhecer entidades competentes para o exercício delegado desse controlo e coordenar a rede por elas constituída, garantindo a efectiva cobertura a nível nacional.</p>	<p>Instituto Português da Qualidade, I.P.</p>

(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, u).	u) Assegurar a representação de Portugal como membro das organizações de metrologia europeias e internacionais e as obrigações daí decorrentes.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Decreto-Lei nº 142/2007, de 27 de Abril, artigo 3º nº 2, v).	v) Gerir o Museu de Metrologia e promover a recolha, preservação, estudo e divulgação do espólio metrológico com interesse histórico.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
<b>Quanto às Competências</b>				
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, a), i).	Departamento de Administração Geral.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, a).	a) Organizar e manter actualizado o cadastro e os ficheiros de pessoal.	Departamento de Administração Geral.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, b).	b) Assegurar as operações de registo e controlo da assiduidade e antiguidade dos trabalhadores e funcionários e efectuar as acções relativas aos benefícios sociais a que os mesmos tenham direito.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, c).	c) Assegurar os procedimentos relativos à constituição, modificação e extinção dos contratos do pessoal do IPQ, I. P.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, d).	d) Propor anualmente o plano de formação e assegurar a sua execução.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, e).	e) Promover e acompanhar a realização de estágios.	Departamento de Administração Geral.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, f).	f) Elaborar o balanço social.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, g).	g) Promover a elaboração de instrumentos e indicadores de gestão.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, h).	h) Preparar os elementos necessários à elaboração do orçamento do IPQ, I. P., assegurando a sua boa execução e a escrituração das receitas e despesas.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, i).	i) Acompanhar a execução dos planos de actividade anuais, elaborar os respectivos relatórios de execução financeira e organizar os instrumentos de prestação de contas.	Departamento de Administração Geral.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, j).	j) Efectuar os procedimentos relativos às aquisições necessárias ao normal funcionamento dos serviços e assegurar as funções de economato.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, l).	l) Elaborar cadernos de encargos para aquisições e obras, em articulação com os respectivos serviços.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, m).	m) Gerir o património e manter organizado o respectivo cadastro.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, n).	n) Assegurar a gestão do parque de viaturas.	Departamento de Administração Geral.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, o).	o) Manter organizado o sistema de expediente geral, incluindo o expediente externo.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, p).	p) Garantir a gestão da rede informática e de comunicações, dos sistemas e dos produtos informáticos utilizados pelo IPQ, I. P., assegurando elevados níveis de segurança, fiabilidade e operacionalidad e.	Departamento de Administração Geral.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 3º, q).	q) Proceder ao planeamento, programação e fiscalização das acções de manutenção preventiva e correctiva indispensáveis à conservação e boa operacionalidad e das instalações e equipamentos.	Departamento de Administração Geral.

<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, b), i).</p>	<p>Departamento de Normalização.</p>	<p>Departamento de Normalização.</p>
		<p>Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, a).</p>	<p>a) Promover a dinamização do subsistema da normalização, através da elaboração de normas portuguesas e executar os actos conducentes à sua integração no acervo normativo nacional, garantindo a sua coerência e actualidade.</p>	<p>Departamento de Normalização.</p>
		<p>Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, b).</p>	<p>b) Coordenar a rede de organismos de normalização sectorial (ONS), de comissões técnicas de normalização e de outras entidades qualificadas no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ).</p>	<p>Departamento de Normalização.</p>

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, c).	c) Promover as acções conducentes à aprovação dos projectos de normas portuguesas, sua homologação e edição.	Departamento de Normalização.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, d).	d) Coordenar as acções conducentes à emissão do voto português relativo a projectos de normas e outros documentos, elaborados pelas organizações internacionais de normalização.	Departamento de Normalização.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, e).	e) Promover a adopção como normas portuguesas, de normas europeias e internacionais.	Departamento de Normalização.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, f).	f) Assegurar as acções inerentes à responsabilidade editorial das normas portuguesas, do catálogo de normas e de outros documentos normativos.	Departamento de Normalização.



		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, g).	g) Promover a venda de normas e outros documentos normativos, nacionais, europeus e internacionais.	Departamento de Normalização.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, h).	h) Participar nos trabalhos dos organismos europeus e internacionais de normalização e assegurar a condução dos trabalhos de elaboração de normas que tenha sido atribuída a Portugal.	Departamento de Normalização.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, i).	i) Assegurar as acções inerentes à responsabilidade editorial das normas portuguesas, do catálogo de normas e de outros documentos normativos.	Departamento de Normalização.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 4º, j).	j) Manter actualizadas as bases de dados de normas portuguesas, europeias e internacionais.	Departamento de Normalização.

<p>(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.</p>		<p>Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, b), ii).</p>	<p>Departamento de Metrologia.</p>	<p>Departamento de Metrologia.</p>
		<p>Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, a).</p>	<p>a) Realizar e manter os padrões nacionais das unidades de medida da responsabilidade directa do IPQ, I. P., bem como promover e coordenar a realização dos padrões nacionais descentralizados , e assegurar a sua rastreabilidade ao sistema internacional (SI) de unidades.</p>	<p>Departamento de Metrologia.</p>
		<p>Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, b).</p>	<p>b) Desenvolver e participar em projectos europeus e internacionais de investigação e desenvolvimento metrológico.</p>	<p>Departamento de Metrologia.</p>

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, c).	c) Organizar e participar em comparações europeias e internacionais de padrões e instrumentos de medição, bem como promover e participar em programas de comparações nacionais.	Departamento de Metrologia.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, d).	d) Calibrar padrões de referência e instrumentos de medição dos laboratórios acreditados e de outras entidades.	Departamento de Metrologia.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, e).	e) Realizar ensaios de controlo metrológico de instrumentos de medição e produzir e certificar materiais de referência.	Departamento de Metrologia.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, f).	f) Participar na elaboração e revisão de regulamentação metrológica europeia e internacional, e promover e elaborar legislação nacional de controlo metrológico.	Departamento de Metrologia.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, g).	g) Desenvolver, supervisionar e coordenar o exercício do controlo metrológico no território nacional, e efectuar ou delegar em entidades qualificadas para o efeito, a realização das respectivas operações.	Departamento de Metrologia.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, h).	h) Sensibilizar as entidades nacionais competentes nas áreas alimentar, ambiente, fiscal, saúde, segurança, transportes, trabalho e forense, para a consideração dos aspectos metrológicos nas suas actividades, nomeadamente de natureza regulamentar.	Departamento de Metrologia.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, i).	i) Colaborar com as entidades nacionais com atribuições de fiscalização, nos aspectos metrológicos.	Departamento de Metrologia.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, j).	j) Realizar acções de formação técnica no domínio metrológico.	Departamento de Metrologia.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, l).	l) Gerir o Museu de Metrologia, zelando pela conservação do espólio da responsabilidade do IPQ, I. P., e promovendo a recolha de outro espólio metrológico de interesse histórico.	Departamento de Metrologia.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 5º, m).	m) Realizar acções de divulgação da história metrológica nacional e assegurar o acesso público ao Museu.	Departamento de Metrologia.
(*) O PRACE recomendava que o Instituto Português da Qualidade, I.P. fosse extinto.		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 2º, b), iii).	Departamento de Informação, Desenvolviment o e Assuntos Europeus.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, a).	a) Dinamizar e apoiar iniciativas da promoção da qualidade numa perspectiva integradora das suas componentes, nomeadamente prémios de excelência.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, b).	b) Organizar e pôr à disposição dos agentes económicos, das entidades interessadas, do público em geral e dos serviços internos, documentação e informação, no âmbito das actividades do IPQ, I. P., assegurando a gestão da biblioteca.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, c).	c) Assegurar a promoção e divulgação da imagem do IPQ, I. P., através de meios de comunicação, publicações, seminários, congressos, feiras, exposições e outros eventos e actividades similares, potenciando sempre que	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.

			possível as novas tecnologias de comunicação e informação.	
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, d).	d) Gerir as marcas identificadoras do IPQ, I. P., e do SPQ, assegurando a sua publicitação bem como a divulgação de produtos e sistemas.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, e).	e) Desenvolver acções de formação no domínio da qualidade.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, f).	f) Desenvolver actividades de consultoria e apoio técnico a nível nacional e intervir em projectos de cooperação, designadamente com países terceiros e países de expressão portuguesa.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.

		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, g).	g) Gerir as directivas Nova Abordagem da responsabilidade do IPQ, I. P.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, h).	h) Assegurar o cumprimento dos procedimentos das directivas comunitárias no que diz respeito à notificação e qualificação, mantendo a Comissão Europeia e os Estados membros permanentement e informados dos organismos notificados no âmbito de cada directiva.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, i).	i) Estudar e propor medidas de apoio ao investimento das entidades do SPQ, bem como medidas de apoio à qualidade em actividades produtivas.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.



		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, j).	j) Gerir os projectos de investimento apresentados no âmbito de programas comunitários, tendo em vista a concessão de incentivos a projectos dinamizadores da qualidade em articulação com os objectivos do SPQ.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.
		Portaria nº540/2007, de 30 de Abril, artigo 6º, l).	l) Realizar os procedimentos necessários à gestão do sistema de notificação prévia de regulamentos técnicos e de normas, no âmbito da União Europeia e da Organização Mundial de Comércio.	Departamento de Informação, Desenvolvimento e Assuntos Europeus.

**PREMAC**

## Direcção-Geral das Actividades Económicas

Tendo como base o anterior diploma<sup>3</sup> e o novo diploma<sup>4</sup> da estrutura organizacional da Direcção-Geral das Actividades Económicas resulta a seguinte tabela:

Diploma anterior	Implementado	Onde se afere a implementação	Divergências	Unidade Orgânica Responsável
<b>Quanto à Estrutura</b>				
Serviço central do (*) Ministério da Economia e da Inovação.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 4º, c).	(*) do Ministério da Economia e do Emprego.	Direcção-Geral das Actividades Económicas.
Constituída por um Director-Geral e dois Subdirectores-Gerais.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 11º, nº3.	Dirigida por um director -geral, coadjuvado por um subdirector - geral	Direcção-Geral das Actividades Económicas.
Constituída por oito unidades orgânicas nucleares.	Sim	Portaria nº 534/2007, de 30 de Abril, artigo 1º.		Direcção-Geral das Actividades Económicas.
<b>Quanto à Missão</b>				
Promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial (*), através do apoio à concepção, execução, divulgação e avaliação das políticas dirigidas às	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 11º, nº1.	(*) e ao desenvolvimento regional  (*1) às actividades	Direcção-Geral das Actividades Económicas.

<sup>3</sup> Por anterior diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento no XVIII Governo Constitucional.

<sup>4</sup> Por novo diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia e do Emprego, resultante da acção do PREMAC.

actividades da (*1) <u>indústria transformadora</u> , do comércio, do turismo e dos serviços, e assegurando a coordenação das relações internacionais no âmbito de actuação do (*2) <u>MEI</u> .			industriais (*2) do MEE.	
<b>Quanto às Atribuições</b>				
Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas sectoriais, acompanhando a execução das medidas delas decorrentes, de forma a potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da competitividade empresarial.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 11º, nº2, a).	Promover a articulação da política de empresa, visando o crescimento da produtividade e da competitividade.	Direcção-Geral das Actividades Económicas.
Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o (*1) <u>Ministério dos Negócios Estrangeiros</u> , apoiando o (*1)Governo no acompanhamento da actividade das organizações internacionais de carácter económico e no contributo para a formulação e execução da política de empresa, da política comercial comum, da política de turismo e da vertente económica da política de relações externas da União Europeia.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 11º, nº2, b).	(*) membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros  (*1) MEE em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia.	Direcção-Geral das Actividades Económicas.
Coordenar a participação do Ministério da Economia e da Inovação no domínio comunitário, promover a transposição e o acompanhamento das directivas comunitárias no domínio das empresas e monitorizar a execução das respectivas políticas comunitárias.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 11º, nº2, c).	Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias -primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo na tomada de decisões no	Direcção-Geral das Actividades Económicas.

			âmbito do Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência.	
Coordenar a operacionalidade das intervenções regionais e harmonização de práticas e procedimentos das direcções regionais de economia nas respectivas áreas geográficas, mediante despacho do Ministro da Economia e da Inovação.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 11º, nº2, d).	Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos comités correspondentes do Alto Comité de Planeamento Civil de Emergência/Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN).	Direcção-Geral das Actividades Económicas.

## Direcção-Geral do Consumidor

Tendo como base o anterior diploma<sup>5</sup> e o novo diploma<sup>6</sup> da estrutura organizacional da **Direcção-Geral do Consumidor** resulta a seguinte tabela:

Diploma anterior	Implementado	Onde se afere a implementação	Divergências	Unidade Orgânica Responsável
<b>Quanto à Estrutura</b>				
Serviço central do (*)Ministério da Economia e da Inovação.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 4º, e).	(*) Ministério da Economia e do Emprego.	Direcção-Geral do Consumidor.
É dirigida por um Director-Geral, coadjuvado por um Subdirector-Geral.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº4.	É dirigida por um Director-Geral.	Direcção-Geral do Consumidor.
Constituída por três unidades orgânicas nucleares.	Sim	Portaria nº 536/2007, de 30 de Abril.		Direcção-Geral do Consumidor.
<b>Quanto à Missão</b>				
Contribuir para a elaboração, definição e execução da política de defesa do consumidor com o objectivo de assegurar um nível elevado de protecção.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº1.		Direcção-Geral do Consumidor.

<sup>5</sup> Por anterior diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento no XVIII Governo Constitucional.

<sup>6</sup> Por novo diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia e do Emprego, resultante da acção do PREMAC.

Quanto às Atribuições				
Colaborar na definição e execução da política de defesa do consumidor, nomeadamente avaliando as necessidades de regulamentação em todas as matérias de interesse para os consumidores, apresentando propostas de medidas legislativas ou outras que visem a protecção dos consumidores e dinamizando a transposição e aplicação da legislação comunitária.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2, a).	Colaborar na definição e execução da política de defesa do consumidor.	Direcção-Geral do Consumidor.
Promover, por sua iniciativa ou em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, a divulgação da informação sobre bens, produtos e serviços, nomeadamente, os susceptíveis de afectar a saúde e o bem estar dos consumidores, assim como dos direitos de que estes são titulares e divulgar os sistemas de informação sobre produtos de consumo perigosos instituídos pela União Europeia ou por outras organizações internacionais.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2, b).		Direcção-Geral do Consumidor.
Fomentar e apoiar o associativismo através da concessão de meios técnicos e financeiros, avaliando a sua adequada aplicação, e promover a articulação entre as diversas entidades que participam no Sistema Português de Defesa do Consumidor, o conjunto de entidades, públicas e privadas, bem como os órgãos e serviços, centrais e locais, que têm por objectivo, directo ou mediato, assegurar os direitos do consumidor.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2,g).	Competência substituída por a seguinte.  g) Assegurar a segurança geral dos produtos não alimentares e serviços colocados no mercado.	Direcção-Geral do Consumidor.

Participar regularmente nas actividades e acções comuns das entidades da União Europeia e internacionais relacionadas com o âmbito das suas atribuições e propor a celebração de acordos e convenções internacionais.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2, f).	Competência substituída por a seguinte.  f) Instruir os processos de contra - ordenação em matéria de publicidade e aplicar coimas e sanções acessórias.	Direcção-Geral do Consumidor.
Exigir, mediante pedido fundamentado, a entidades públicas e privadas, as informações, os elementos e as diligências que entender necessários à salvaguarda dos direitos e interesses do consumidor.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2, c).	Competência substituída por a seguinte.  Dinamizar o sistema de defesa do consumidor e a coordenação das entidades públicas e privadas nele abrangidas.	Direcção-Geral do Consumidor.
Assegurar que as exigências em matéria de defesa dos consumidores são tomadas em conta na definição e execução das demais políticas do Governo.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2, a).	Colaborar na definição e execução da política de defesa do consumidor.	Direcção-Geral do Consumidor.
Participar na definição do serviço público de rádio e de televisão em matéria de informação e educação do consumidor.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2, d).		Direcção-Geral do Consumidor.
Assegurar o encaminhamento de denúncias e reclamações em matéria de consumo e garantir o acesso dos consumidores aos mecanismos de resolução de conflitos de consumo.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 13º, nº2, e).		Direcção-Geral do Consumidor.



## Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.

Tendo como base o anterior diploma<sup>7</sup> e o novo diploma<sup>8</sup> da estrutura organizacional do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. resulta a seguinte tabela:

Diploma anterior	Implementado	Onde se afere a implementação	Divergências	Unidade Orgânica Responsável
<b>Quanto à Estrutura</b>				
Organismo da Administração Indirecta do (*)Ministério da Economia e da Inovação.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 5º, nº1, a).	(*) Ministério da Economia e do Emprego.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Composto por um presidente, um vice-presidente e três vogais.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº4.	É constituído por um presidente e dois vogais.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Constituída por oito direcções.	Sim	Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril.		Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
<b>Quanto à Missão</b>				

<sup>7</sup> Por anterior diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento no XVIII Governo Constitucional.

<sup>8</sup> Por novo diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia e do Emprego, resultante da acção do PREMAC.

Promover a inovação e executar políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e da produtividade das empresas, em especial das de pequena e média dimensão, que exerçam a sua actividade nas áreas sob tutela do (*)MEI, com excepção do sector do turismo.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº1.	(*) MEE	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
<b>Quanto às Atribuições</b>				
Executar as medidas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, nomeadamente as dirigidas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, à inovação organizacional e à melhoria da qualificação dos recursos humanos.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2, a).		Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Prestar apoio técnico e financeiro às empresas, bem como a outras entidades públicas ou privadas, com vista à realização do seu objecto estatutário.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Promover a inserção de quadros qualificados nas empresas e o reforço da sua capacidade de gestão, prestando a assistência técnica e financeira adequada.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Desenvolver estratégias de eficiência colectiva por parte de PME, promovendo actuações articuladas de melhoria de condições de envolvente empresarial, nomeadamente de simplificação administrativa e de assistência técnica e tecnológica.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Colaborar com as entidades da administração pública na preparação de legislação relativa à regulação e regulamentação da actividade empresarial, nomeadamente a que tenha impacte nas PME.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	

Desenvolver iniciativas que promovam o investimento de base empresarial, orientado para a valorização da inserção internacional das empresas nacionais produtoras de bens e serviços.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2, b).		Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Promover o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o de base tecnológica e de dinamização da inovação empresarial.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Gerir os instrumentos de política de reestruturação empresarial, nomeadamente a que envolve o saneamento financeiro e a transmissão da propriedade e da gestão.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Desenvolver iniciativas de difusão de informação técnica, de actividades de assistência técnica e de formação especializada dirigida às PME.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2, c).		Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Executar iniciativas que estimulem estratégias de desenvolvimento empresarial, nomeadamente através do diagnóstico de oportunidades de inovação e internacionalização.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Dinamizar uma rede nacional de produção e partilha de informação e conhecimento sobre empresas e ambientes de negócio, com vista a uma adequada formulação de medidas de política pública e de estratégia empresarial, num quadro de colaboração estreita com outras entidades ou organizações.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Emitir parecer e acompanhar as diversas medidas públicas no âmbito do reforço da competitividade da PME, assegurando a uniformidade dos seus critérios.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2, d).		Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

Participar na definição e acompanhar as iniciativas de política que se enquadrem no seu âmbito de competência, incluindo as que assumem a natureza de sistemas de incentivos, visando a sua harmonização e consistência.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, n.º2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Intervir como interlocutor privilegiado para as micro, pequenas e médias empresas, articulando as entidades administrativas envolvidas, sem prejuízo das respectivas competências próprias.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, n.º2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Participar em sedes e em redes internacionais de organizações congéneres, nomeadamente no âmbito da Comissão Europeia, promovendo o intercâmbio específico de iniciativas a favor das PME, em articulação com as entidades que tenham competências de coordenação geral das relações internacionais.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, n.º2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Emitir parecer, coordenar e acompanhar as medidas públicas de promoção de sistemas de gestão da inovação, nomeadamente no âmbito da sua certificação.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, n.º2, e).		Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Coordenar a actuação das entidades do Ministério da Economia e da Inovação no sentido de assegurar uma intervenção articulada nas designadas infra-estruturas tecnológicas onde detenham participações de capital.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, n.º2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Intervir na gestão de áreas e parques empresariais vocacionadas para instalação de empresas, nomeadamente para promoção de dinâmicas de inovação, de agregação empresarial e de sinergia logística.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, n.º2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	

Coordenar as medidas públicas, no âmbito do (*)Ministério da Economia e da Inovação, dirigidas ao financiamento das empresas, designadamente o refinanciamento do capital de risco, da titularização de créditos e da contra-garantia mútua.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2, f).	(*) MEE	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.
Assegurar o enquadramento e controlo dos instrumentos de dinamização e disseminação das actividades de capital de risco, de titularização de créditos e de garantia mútua, bem como a gestão dos instrumentos de capitalização empresarial.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	
Promover estratégias concertadas com o sector financeiro de promoção da transparência, visibilidade e avaliação das empresas para acesso a financiamento.	Não	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 17º, nº2.	Atribuição não substituída por nenhuma outra.	

## Instituto Português da Qualidade, I.P.

Tendo como base o anterior diploma<sup>9</sup> e o novo diploma<sup>10</sup> da estrutura organizacional do Instituto Português da Qualidade, I.P. resulta a seguinte tabela:

Diploma anterior	Implementado	Onde se afere a implementação	Divergências	Unidade Orgânica Responsável
<b>Quanto à Estrutura</b>				
Organismo da Administração Indirecta do (*)Ministério da Economia e da Inovação.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 5º, nº1, c).	(*) do Ministério da Economia e do Emprego.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
É dirigido por um Presidente e dois vogais.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 11º, nº3.		Instituto Português da Qualidade, I.P.
Constituída por quatro unidades orgânicas nucleares.	Sim	Portaria nº 540/2007, de 30 de Abril, artigo 2º.		Instituto Português da Qualidade, I.P.
<b>Quanto à Missão</b>				

<sup>9</sup> Por anterior diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento no XVIII Governo Constitucional.

<sup>10</sup> Por novo diploma compreende-se o diploma orgânico do Ministério da Economia e do Emprego, resultante da acção do PREMAC.

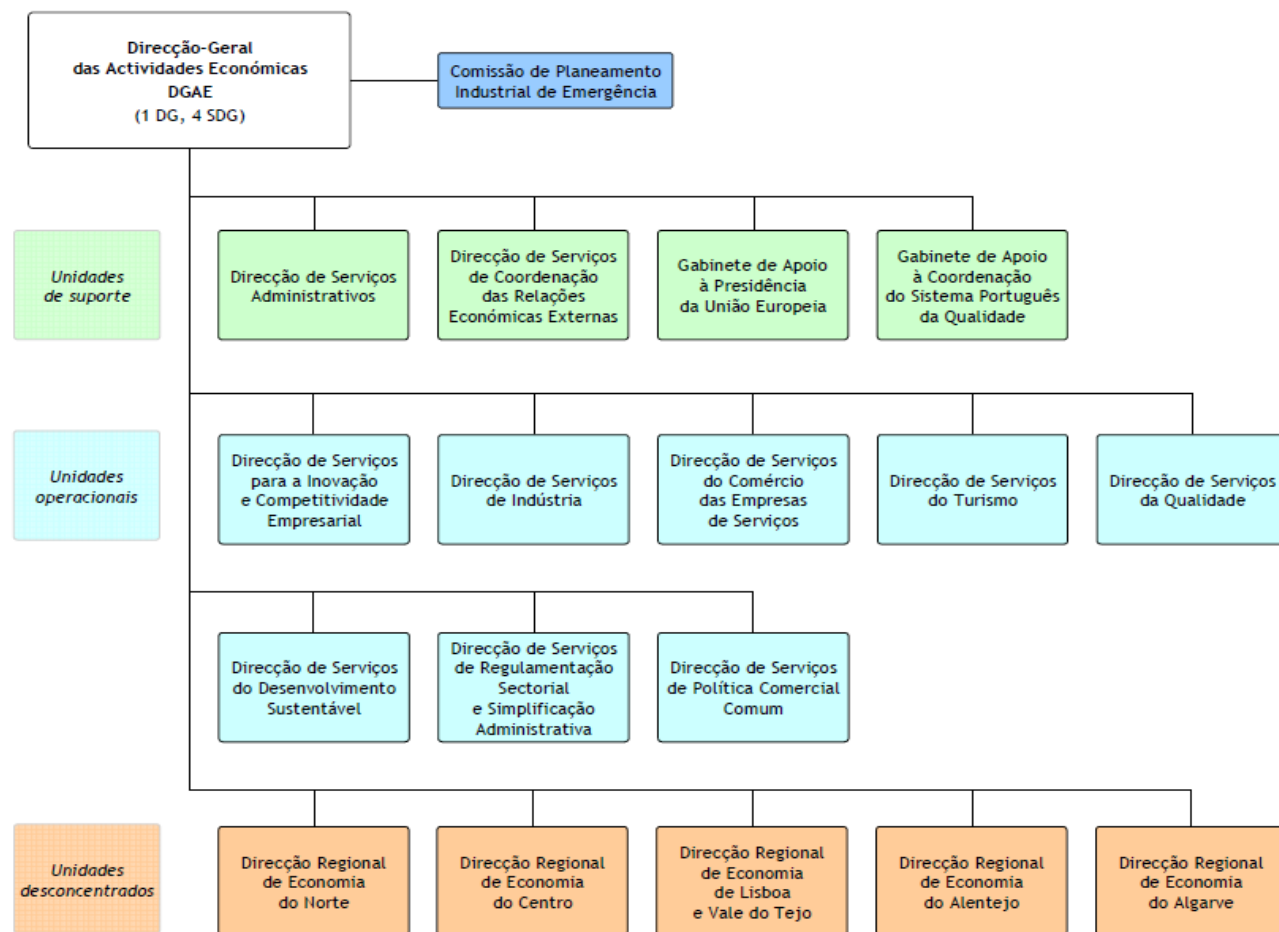
Coordenação do sistema português da qualidade e de outros sistemas de qualificação regulamentar que lhe forem conferidos por lei, a promoção e a coordenação de actividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da acção dos agentes económicos, bem como o desenvolvimento das actividades necessárias à sua função de laboratório nacional de metrologia.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 19º, nº1.		Instituto Português da Qualidade, I.P.
<b>Quanto às Atribuições</b>				
Gerir, coordenar e desenvolver o Sistema Português da Qualidade, numa perspectiva de integração de todas as componentes relevantes para a melhoria da qualidade de produtos, de serviços e de sistemas da qualidade e da qualificação de pessoas, enquanto organismo nacional coordenador do referido Sistema.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 19º, nº2, a).	Não refere a palavra “gerir” nem “enquanto organismo nacional coordenador do referido Sistema”.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
Promover a elaboração de normas portuguesas, garantindo a coerência e actualidade do acervo normativo nacional, e promover o ajustamento de legislação nacional sobre produtos às normas da União Europeia.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 19º, nº2, b).	Retira a palavra “portuguesas”, referindo apenas “normas”.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
Gerir o sistema de notificação prévia de regulamentos técnicos e de normas, no âmbito da União Europeia e da Organização Mundial do Comércio, de acordo com a legislação aplicável.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 19º, nº2, c).	Retira a parte “de acordo com a legislação aplicável”.	Instituto Português da Qualidade, I.P.
Assegurar a implementação, articulação e inventariação de cadeias hierarquizadas de padrões de medida e promover o estabelecimento de redes de laboratórios metrológicos acreditados.	Sim	Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro, artigo 19º, nº2, d).		Instituto Português da Qualidade, I.P.

## **Organogramas**



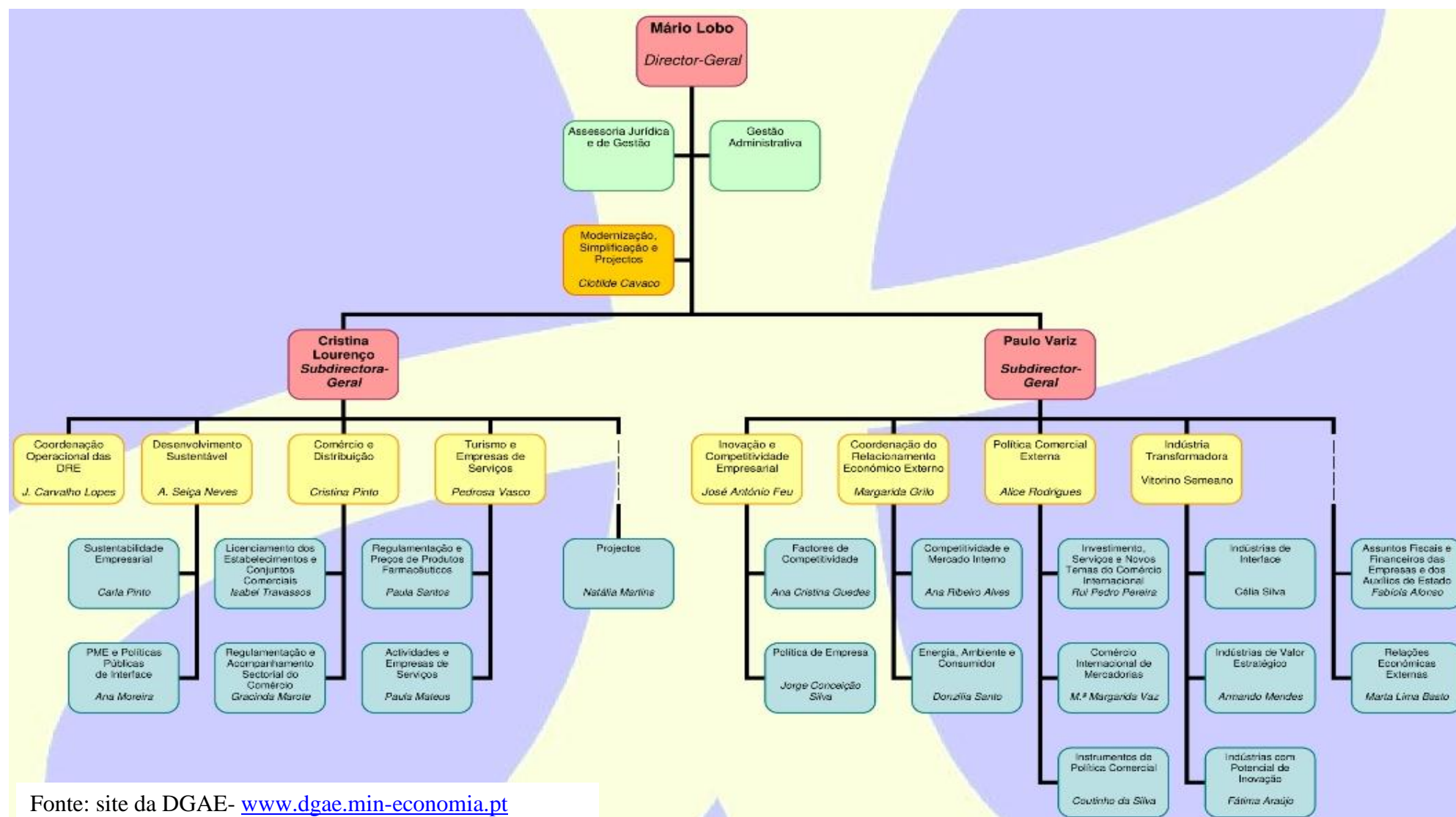
## Direcção-Geral das Actividades Económicas

Organograma proposto pelo PRACE:



Fonte: Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE – Micro Estruturas \* MEI, p.37.

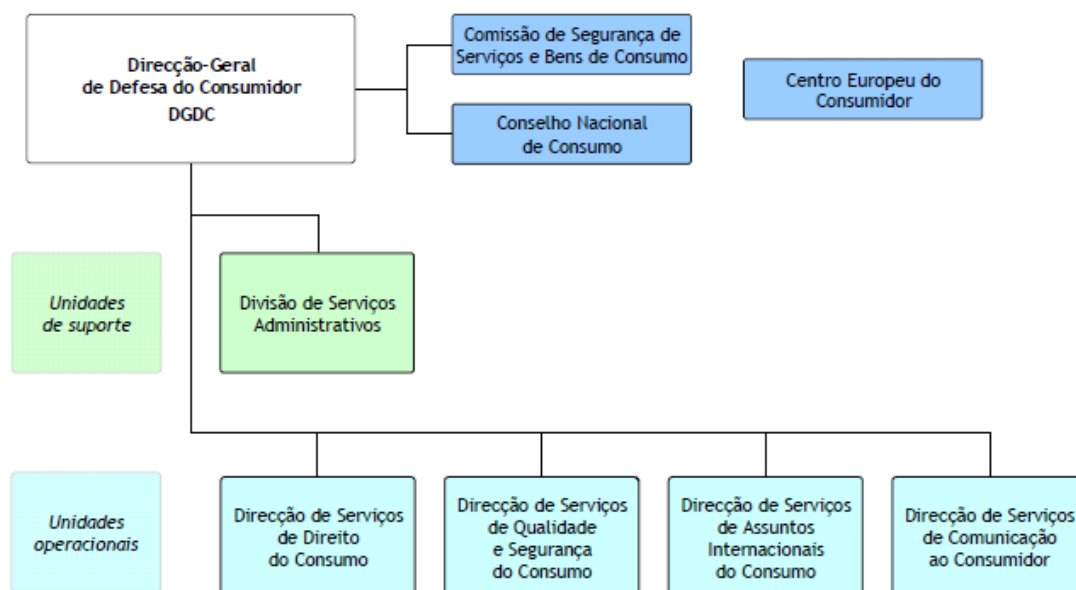
Organograma adoptado pela DGAE:



Fonte: site da DGAE- [www.dgae.min-economia.pt](http://www.dgae.min-economia.pt)

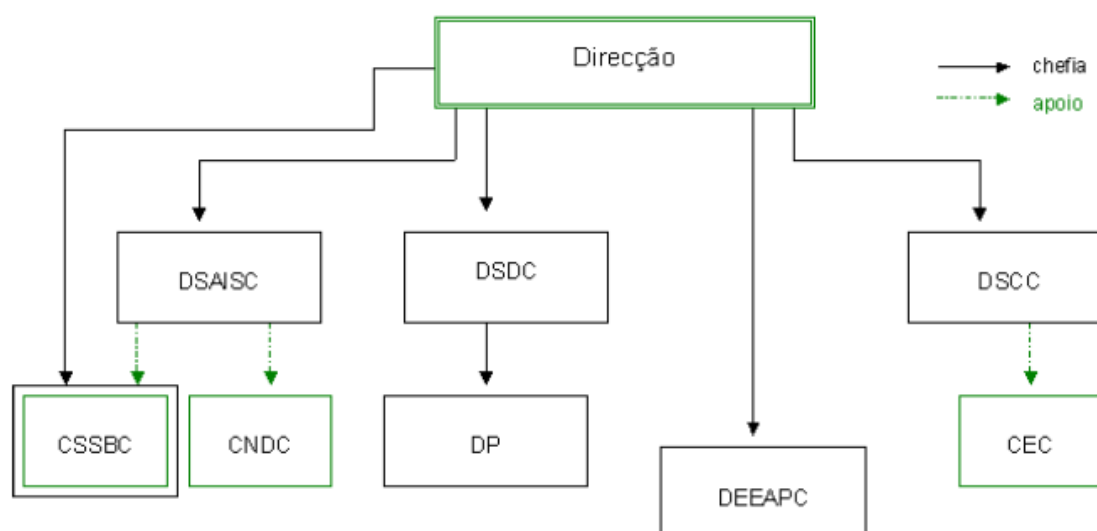
## Direcção-Geral do Consumidor

Organograma proposto pelo PRACE:



Fonte: Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE – Micro Estruturas \* MEI, p. 62.

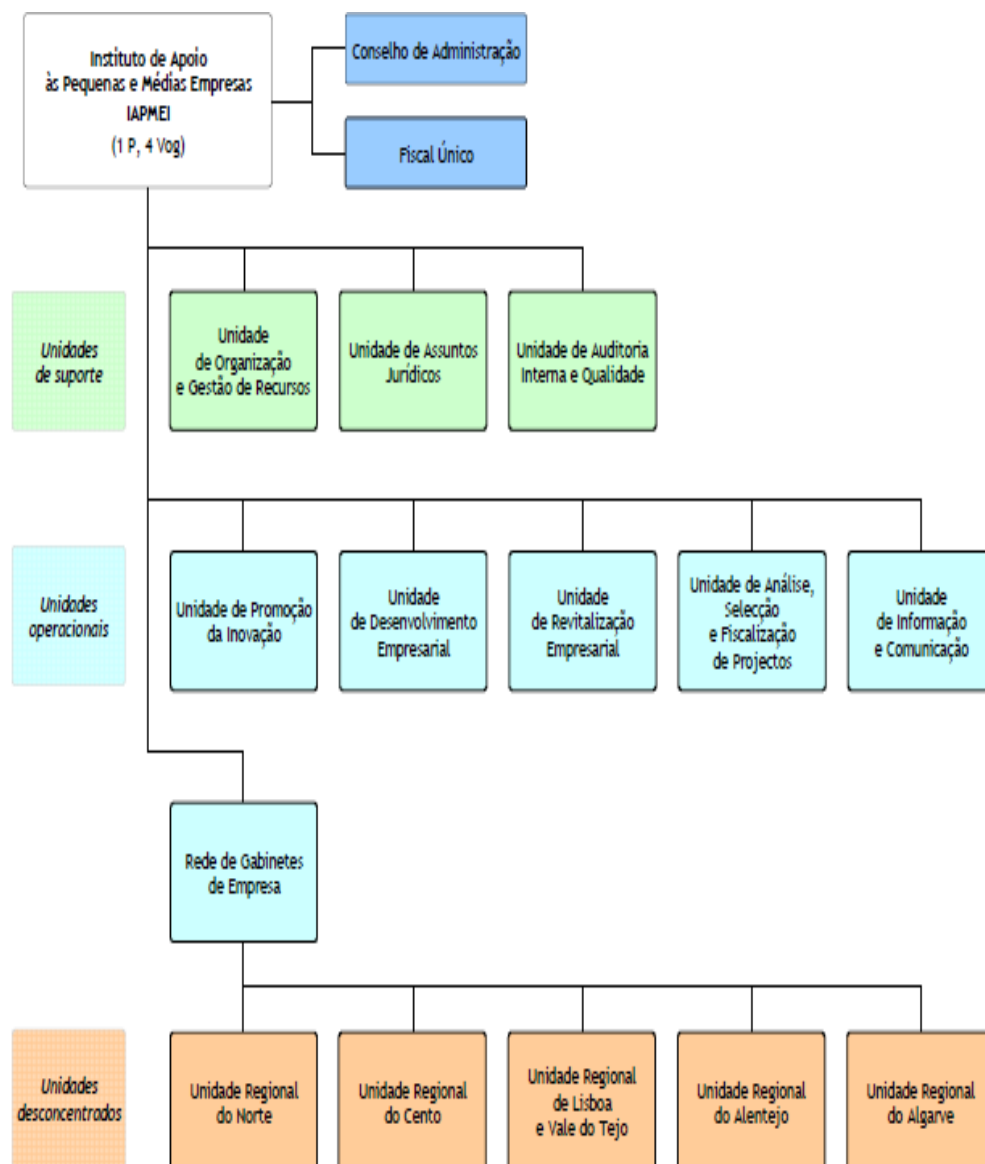
Organograma adoptado pela DGC:



Fonte: Relatório de Actividades 2007 da DGC, p.62.

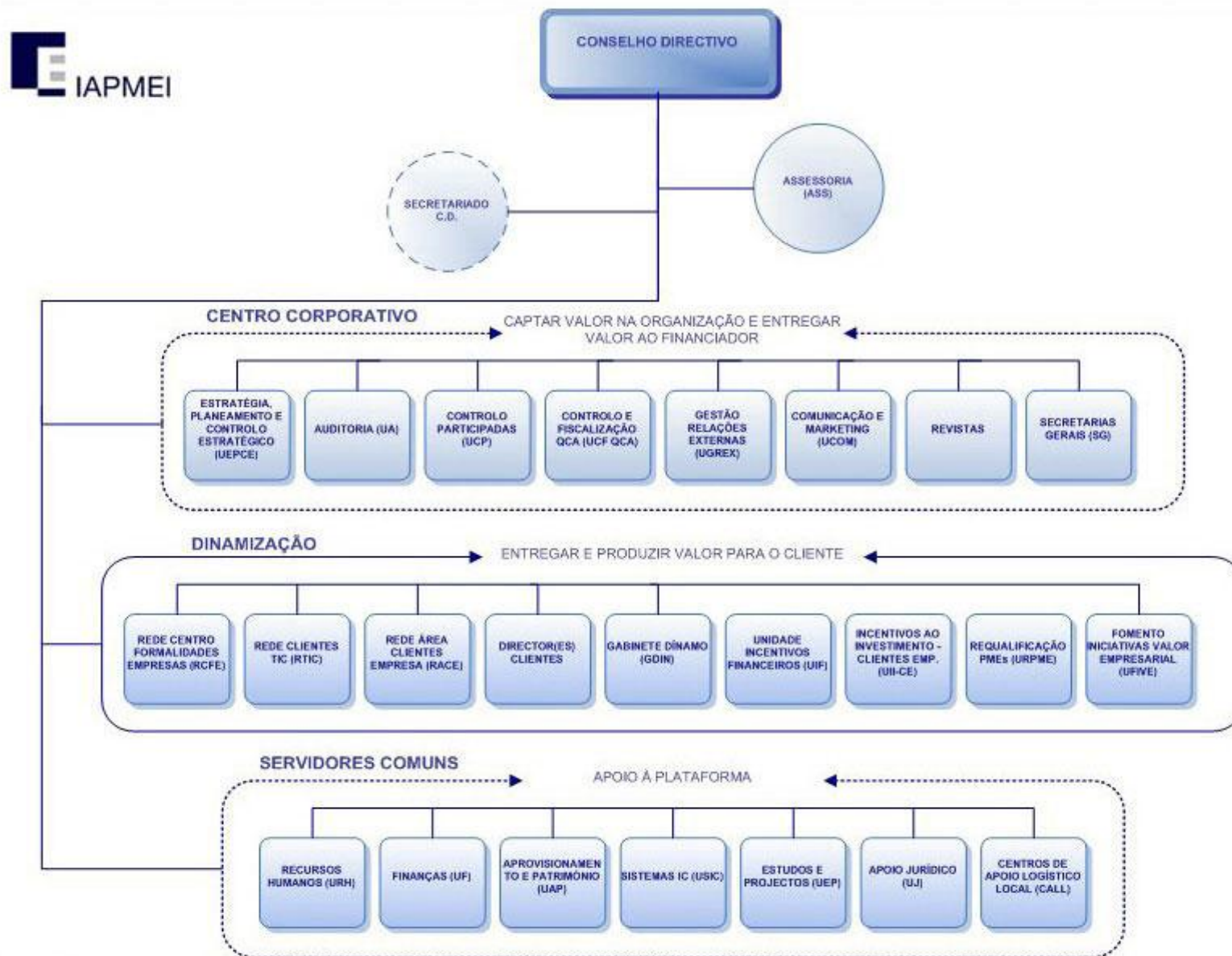
## Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.

Organograma proposto pelo PRACE:



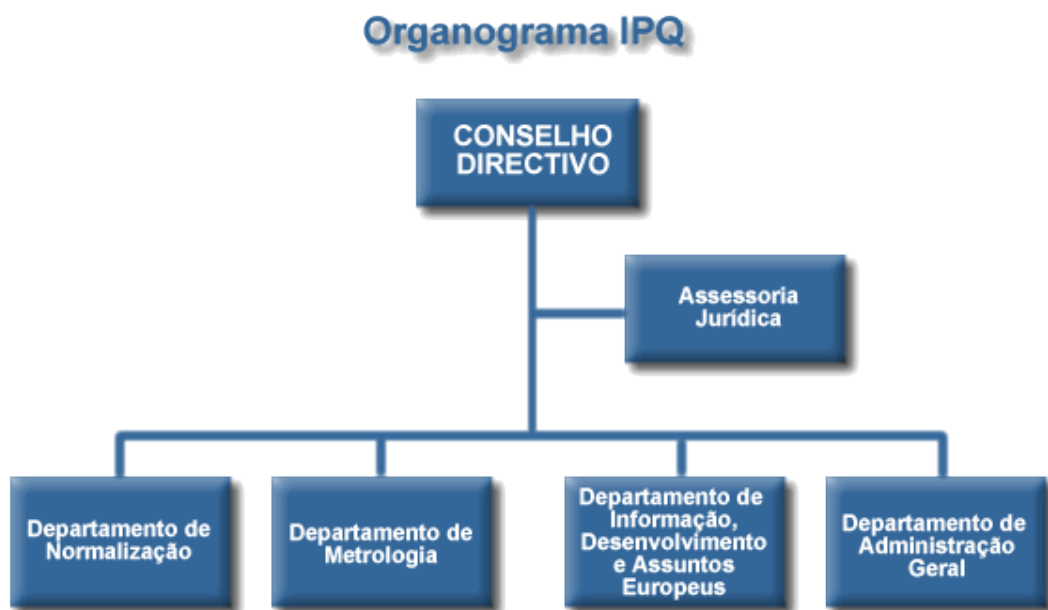
Fonte: Relatório Final da Comissão Técnica do PRACE – Micro Estruturas \* MEI, p. 91.

Organograma actual do IAPMEI, I.P.:



## Instituto Português da Qualidade, I.P.

Organograma adoptado pelo IPQ:



Fonte: <http://www.ipq.pt/custompage.aspx?modid=1256>